

Itaú

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 08/2022

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	Prestação de serviço de pagamento da folha de salário dos servidores ativos e inativos do Ministério Público do Estado de Alagoas, em conformidade com o Edital e seus Anexos.	2.000.005,00 (dois milhões e cinco reais)

VALIDADE DA PROPOSTA: conforme edital.

DADOS DA PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL: ITAÚ UNIBANCO S.A.

CNPJ: 60.701.190/0001-04

END.: Pc. Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Jabaquara, SP/SP, 04344-902

TELEFONES: (81) 98169-6952 / (81) 98526-6169

E-MAIL: tiago.patu@itau-unibanco.com.br

DADOS DO REPRESENTANTE RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO FUTURO CONTRATO:

NOME: Tiago Bezerra Patú

E-MAIL: tiago.patu@itau-unibanco.com.br

ESTADO CIVIL: casado

PROFISSÃO: bancário

IDENTIDADE: 6.308.666 SDS-PE

CPF: 051.259.684-04

DOMICÍLIO: Pc. Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Jabaquara, SP/SP, 04344-902

DADOS DOS RESPONSÁVEIS PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome	Vania Cristina La Falce	Gustavo Trovisco Lopes
Cargo	Superintendente	Dirigente
RG nº	253146811	239105990
CPF nº	181.754.158-78	129.345.808-22

Nos preços cotados já estão incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para a perfeita execução do objeto desta licitação, tais como impostos, tributos, fretes e demais despesas inerentes.

Maceió/AL, 02 de agosto de 2022

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
046975726

Representante Legal:

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
RG: 6.308.666 SDS-PE
CPF: 051.259.684-04

60 701 190/0001-04
ITAÚ UNIBANCO S/A
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100
Torre Olavo Setubal
Jabaquara-CEP:04344-902
São Paulo/SP



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	60.701.190/0001-04	DUNS®: 89*****68
Razão Social:	ITAU UNIBANCO S.A.	
Nome Fantasia:	EST UNIF	
Situação do Fornecedor:	Credenciado	Data de Vencimento do Cadastro: 10/03/2023
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA	
MEI:	Não	
Porte da Empresa:	Demais	

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	Consta
Impedimento de Litar:	Nada Consta

Níveis cadastrados:

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	13/11/2022
FGTS	Validade:	16/08/2022
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	16/01/2023

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	12/12/2022
Receita Municipal	Validade:	18/12/2022

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade:	31/05/2023
-----------	-------------------

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 05/07/2022 09:47:25

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **ITAU UNIBANCO S.A.**
CNPJ: **60.701.190/0001-04**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



Itaú Unibanco S.A.

CNPJ 60.701.190/0001-04 - NIRE 35300023978

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: Em 30.04.2021, às 12h00, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Parque Jabaquara, em São Paulo (SP). **MESA:** Leila Cristiane Bárboza Braga de Melo - Presidente; e André Balestrin Cestare - Secretário. **PRESENÇA LEGAL:** Administradores da Companhia e representantes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. **QUORUM:** Totalidade do capital social. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação conforme artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76. **AVISO AOS ACIONISTAS:** Dispensada a publicação conforme o artigo 133, § 5º, da Lei 6.404/76. **DELIBERAÇÕES TOMADAS:** I. Em pauta ordinária: 1. Aprovados o Balanço Patrimonial, as demais Demonstrações Financeiras Notas Explanativas, acompanhadas dos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2020, publicados em 9.3.2021 no "O Estado de S. Paulo" (páginas B13 a B18) e no "Diário Oficial do Estado de São Paulo, Caderno Empresarial" (páginas 55 a 65). 2. Aprovada nova destinação do lucro líquido do exercício de 2020, no valor total de R\$ 12.110.145.429,13, da seguinte forma: a) R\$ 605.507.271,46 para a conta de Reserva Legal; b) R\$ 8.269.872.311,84 para a conta de Reserva Estatutária; b.1) consignada a destinação do valor de R\$ 643.693,58, referente à realização da Reserva de Reavaliação, para a conta de Reserva Estatutária; c) R\$ 3.235.409.539,42 para pagamento de proventos aos acionistas, imputados ao dividendo mínimo obrigatório de 2020, sendo: (i) R\$ 2.395.000.000,00 a título de juros sobre o capital próprio, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, já integralmente pagos aos acionistas, sendo ratificadas as deliberações tomadas em 29.05.2020, 29.06.2020, 24.07.2020, 26.08.2020, 30.09.2020, 30.10.2020, 30.11.2020 e 21.12.2020; e (ii) R\$ 840.409.539,42 a título de dividendos complementares ao valor total do dividendo mínimo obrigatório de 2020, declarados nesta data, a serem pagos até 31.12.2021, tendo como base de cálculo a posição acionária hoje registrada. 3. Realizadas as seguintes alterações na composição da Diretoria, no mandato trienal em curso que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2022: 3.1. Eleitos para o cargo de Diretor **MILTON MALUHY FILHO** e **RENATO GIONGO VICHI**, ambos adianta qualificados. 3.2. Registrada que os diretores eleitos (i) apresentaram os documentos comprobatórios do atendimento das condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da LSA e na regulamentação vigente, em especial na Resolução 4.122/12 do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), incluindo as declarações de desimpedimento, sendo que todos os documentos foram arquivados na sede da Companhia; e (ii) serão investidos após homologação de suas eleições pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). 3.3. Registradas as transferências das responsabilidades por: (i) Carteira de crédito imobiliário - Resolução CMN 2.212/95 do Diretor Danilo Aleixo Caffaro para o Diretor Thales Ferreira Silva, desde 19.04.2021; e (ii) Cadastro de Clientes do SFN - Circular BACEN 3.347/07 do Diretor Badi Maani Shaikhzadeh para o Diretor Renato Giogno Vichi, sendo que até a sua investidura, a responsabilidade será mantida com Badi Maani Shaikhzadeh. 3.4. Registrada a atribuição da responsabilidade por Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI) e Conta Pagamentos Instantâneos (Conta PI) - Circular BACEN 4.027/20 e Instrução Normativa BACEN 47/20 para o Diretor Carlos Eduardo Mori Peyer desde 01.07.2020 e sua transferência para o Diretor Marcos Alexandre Pina Cavagnoli desde 06.04.2021. 4. Fixado em até R\$ 790.000.000,00 o montante global para a remuneração dos membros da Diretoria, relativa ao exercício social de 2021. Esse valor aprovado para remuneração poderá ser pago em moeda corrente nacional, em ações do Itaú Unibanco Holding S.A. ou em outra forma que a administração considerar conveniente. 5. Em observância às disposições do artigo 11 do Estatuto Social, mantida a designação de **ROGÉRIO TALTASSORI** como Ouvidor da Companhia e da Ouvidoria Única do Conglomerado Itaú Unibanco, instituída nessa Companhia, em observância à Resolução 4.860/20 do CMN, à Instrução Normativa 529/12 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e à Resolução 279/13 do Conselho Nacional de Seguros Privados. O mandato do Ouvidor é de 12 (doze) meses e vigorará até a Assembleia Geral Ordinária de 2022. II. Em pauta extraordinária: 1. Alterado o *caput* do artigo 7º, incluído o parágrafo 1º do artigo 9º do Estatuto Social e alterado o parágrafo 2º do referido artigo com consequente remuneração dos demais parágrafos para: (i) simplificar a composição da Diretoria, deixando de existir os cargos de Diretor Geral, de Diretor Vice-Presidente e de Diretor Executivo, passando a Diretoria a ser composta apenas pelos cargos de Diretor Presidente e de Diretor; e (ii) prever a competência do Diretor Presidente na Companhia. 2. Incluído o parágrafo 1º do artigo 7º do Estatuto Social e renumerados os demais parágrafos do referido artigo, com a finalidade de prever a competência pela Assembleia Geral em definir os Diretores que, além do Diretor Presidente, irão compor o Comitê Executivo, órgão executivo de instância máxima na Companhia. 3. Alterado o *caput* e o parágrafo 1º do artigo 10 do Estatuto Social para definir a nova regra de representação, que passará a ser realizada por dois diretores em conjunto, sendo que quando o valor envolvido na transação superar R\$ 500 milhões, pelo menos um dos dois diretores deverá ser, obrigatoriamente, o Diretor Presidente ou um Diretor membro do Comitê Executivo. 4. Alterado o parágrafo 3º do artigo 10 do Estatuto Social para estabelecer que dois diretores em conjunto, sendo obrigatoriamente o Diretor Presidente ou Diretor membro do Comitê Executivo poderão (i) deliberar sobre a distribuição de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, por conta do dividendo obrigatório ou a débito da reserva de lucros; e (ii) prever ou instituir exceções adicionais. 5. Consolidado o Estatuto Social, a fim de consignar as alterações aprovadas nos itens 1 a 4, que passará a vigorar conforme rubricado pelos presentes, após a homologação das deliberações desta Assembleia pelo BACEN. 6. Em consequência da reforma estatutária, registrados os seguintes remanejamentos para os cargos de: (i) Diretor Presidente: **MILTON MALUHY FILHO**; e (ii) Diretor: **ALEXANDRE GROSSMANN ZANCANI**, **ALEXSANDRO BROEDEL LOPES**, **ANDRÉ LUIS TEIXEIRA RODRIGUES**, **ANDRÉ SAPOZNICK**, **CARLOS FERNANDO ROSSI CONSTANTINI**, **CARLOS ORESTES VANZO**, **CARLOS RODRIGO FORMIGARI**, **CRISTIANO GUIMARÃES DUARTE**, **FERNANDO BARÇANTE TOSTES MALTA**, **FLÁVIO AUGUSTO AGUIAR DE SOUZA**, **LEILA CRISTIANE BARBOZA BRAGA DE MELO**, **LUIS EDUARDO GROSS SIQUEIRA CUNHA**, **PAULA MAGALHÃES CARDOSO NEVES**, **PEDRO PAULO GIUBBINA LORENZINI**, **RICARDO RIBEIRO MANDACARU GUERRA** e **SÉRGIO GUILLINET FAJERMAN**, todos adianta qualificados, no mandato trienal em curso, que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2022. 6.1 Registrado que **MILTON MALUHY FILHO** será empossado no cargo de Diretor Presidente da Companhia tão logo sua eleição e reforma estatutária sejam homologadas pelo BACEN. 7. A Diretoria passará a ser composta pelas pessoas a seguir qualificadas, sendo que o Diretor Presidente e outros 11 Diretores serão integrantes do Comitê Executivo, conforme indicado abaixo: **DIRETORIA: Diretor Presidente e Integrante do Comitê Executivo: MILTON MALUHY FILHO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG-SSP/SP 27.462.284-1, CPF 252.026.488-0, domiciliado na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Itaú Unibanco, Parque Jabaquara, CEP: 04344-902. **Diretores e Integrantes do Comitê Executivo: ALEXANDRE GROSSMANN ZANCANI**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 27.561.321-5, CPF 288.246.148-84, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, 8º Andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **ALEXSANDRO BROEDEL LOPES**, brasileiro, casado, contador, RG-SSP/ES 1.215.567, CPF 031.212.717-09, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Terraço, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **ANDRÉ LUIS TEIXEIRA RODRIGUES**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 35.318.961-3, CPF 799.914.406-15, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP: 04344-902; **ANDRÉ SAPOZNICK**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 21.615.978-7, CPF 165.085.128-62, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Itaú Unibanco, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **CARLOS FERNANDO ROSSI CONSTANTINI**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 23.943.904-11, CPF 166.945.868-76, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 02º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **FLÁVIO AUGUSTO AGUIAR DE SOUZA**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 56.891.471-5, CPF 747.438.136-20, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, Itaim Bibi, 2º Andar, São Paulo, CEP 04538-132; **LEILA CRISTIANE BARBOZA BRAGA DE MELO**, brasileira, divorciada, advogada, RG-SSP/SP 20.187.093-9, CPF 153.451.838-05, domiciliada em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 1º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **MATIAS GRANATA**, argentino, casado, economista, RNE-CGPI/DIREX/DPF/V343726-G, CPF 228.724.568-56, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Terraço, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **PEDRO PAULO GIUBBINA LORENZINI**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 12.276.359-2, CPF 103.594.548-79, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 02º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **RICARDO RIBEIRO MANDACARU GUERRA**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 162.572.558-21, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Terraço, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **ADRIANO MACIEL PEDROTI**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 22.608.459-0, CPF 213.507.618-00, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **ADRIANO CABRAL VOLPINI**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 22.346.052-7, CPF 162.572.558-21, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **ALESSANDRO ANASTASI**, brasileiro, casado, economista, RG-SSP/SP 26.281.782-2, CPF 156.921.268-69, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 07º andar, Itaim Bibi, CEP: 04538-132; **ALEXANDRE BORIN RIBEIRO**, brasileiro, casado, contabilista, RG-SSP/SP- 25.981.976-1, CPF 216.376.208-45, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Eudoro Vilela, 3º andar, Parque Jabaquara, CEP: 04344-902; **ÁLVARO DE ALVARENGA FREIRE PIMENTEL**, brasileiro, casado, economista, RG-SSP/SP 13.131.577-8, CPF 136.386.138-79, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **ÁLVARO FELIPE RIZZI RODRIGUES**, brasileiro, divorciado, advogado, RG-SSP/SP M-6.087.593, CPF 166.644.028-07, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **ANDRÉ HENRIQUE CALDEIRA DARÉ**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG-SSP/SP 23.619.748-4, CPF 252.256.058-18, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **ANDRÉ MAURICIO GERALDES MARTINS**, brasileiro, solteiro, economista, RG-SSP/SP 20.370.022-3, CPF 276.540.908-03, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Eudoro Vilela, Subsolo 1, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **ANDREA CARPES BLANCO**, brasileira, divorciada, economista, RG-SSP/SP 0838386-8, CPF 016.661.217-03, domiciliada em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 7º Andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **ATILIO LUIZ MAGILA ALBIERO JUNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 23.078.482-3, CPF 213.021.358-80, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Terraço, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **BADI MAANI SHAIKHZADEH**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SJS/RS 6029853915, CPF 899.434.900-63, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **BRUNO MACHADO FERREIRA**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 22.251.413-9, CPF 292.291.338-41, domiciliado em São Paulo (SP),

na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **CARLOS AUGUSTO SALAMONDE**, brasileiro, casado, economista, RG IFP/RJ 063.603.64-1, CPF 011.393.467-09, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 04º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA MAZZEI**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, RG-SSP/SP 26.503.576-4, CPF 223.863.918-76, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida do Estado, 5.533, 8º andar, Mooca, CEP 03105-000; **CARLOS EDUARDO MORI PEYSER**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG-SSP/SP 24.610.021-7, CPF 173.707.468-01, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **CARLOS HENRIQUE DONEGÁ AIDAR**, brasileiro, casado, economista, RG-SSP/SP 14.047.712-3, CPF 076.630.558-96, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Terraço, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **CARLOS ORESTES VANZO**, brasileiro, casado, bacharel em direito, RG-SSP/SP 19.972.959-1, CPF 122.230.988-27, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal - 8º andar - Parque Jabaquara - CEP: 04344-902; **CARLOS RODRIGO FORMIGARI**, brasileiro, casado, estatístico, RG-SSP/SP 21.345.528-6, CPF 115.534.128-77, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 7º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **CINTIA CARBONIERI FLEURY DE CAMARGO**, brasileira, casada, administradora, RG-DETRAN/SP 22.491.502-2, CPF 192.272.578-10, domiciliada em São Paulo (SP), Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **CHRISTIANO GUIMARÃES DUARTE**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG-SSP/SP 52.635.293-0, CPF 024.311.796-56, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **DANIEL NASCIMENTO GORETTI**, brasileiro, casado, engenheiro naval, RG-SSP/MG 10632432, CPF 051.319.496-70, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 3º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **DANIEL SPOSITO PASTORE**, brasileiro, casado, advogado, RG-SSP/SP 26.744.689-5, CPF 283.484.258-29, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 1º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **DANILO ALEIXO CAFFARO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG-SSP/SP 52.635.293-0, CPF 024.311.796-56, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **EDUARDO CARDOSO ARMONIA**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 18.157.602-8, CPF 112.008.838-02, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400 - 7º andar - Itaim Bibi - CEP: 04538-132; **EDUARDO CORSETTI**, brasileiro, casado, economista, RG-SSP/SP 9.948.937-5, CPF 118.455.578-83, domiciliado no Rio de Janeiro (RJ), na Praia de Botafogo, 300, 12º andar, sala 1201, Botafogo, CEP 22250-040; **EDUARDO ESTEBAN MATO AMORIN**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 36.110.400-5, CPF 128.677.348-27, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 07º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **EDUARDO HIROYUKI MIYAKI**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 50.018.159-7, CPF 159.882.722-92, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Piso Terraço, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **EDUARDO QUEIROZ TRACANELLA**, brasileiro, divorciado, publicitário, RG-SSP/SP 14.009.158-0, CPF 272.



Itaú Unibanco S.A.

(continuação) **PEDRO BARROS BARRETO FERNANDES**, brasileiro, casado, engenheiro, RG-SSP/SP 28.819.304-0; CPF 269.313.988-06, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **RENATA CRISTINA DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, administradora de empresas, RG-SSP/SP-24.867.443-2, CPF 253.721.518-46, domiciliada em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Eudoro Villela, 3º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **RENATO CESAR MANSUR**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 25.609.109-2, CPF 269.319.048-76, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **RENATO DA SILVA CARVALHO**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, RG-IFP/RJ 10.073.128-0, CPF 033.810.967-61, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, Piso Térreo, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **RENATO GIONGO VICHI**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, RG-SSP/SP 24.536.869-3, CPF 286.036.758-64, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **RENATO LULIA JACOB**, brasileiro, casado, bancário, RG-SSP/SP 13598470-1, CPF 118.058.578-00, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, Piso Terraço, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **RICARDO NUNO DELGADO GONÇALVES**, português, divorciado, administrador, RNE-CGPI/DIREX/DPF-W613015-1, CPF 251.863.858-08, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 3º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **RODNEI BERNARDINO DE SOUZA**, brasileiro, casado, estatístico, RG-SSP/SP 19.495.737-8, CPF 108.114.418-14, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 7º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **RODRIGO JORGE DANTAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, divorciado, administrador, RG-IFP/RJ 11.865.283-3, CPF 021.332.997-26, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Walther Moreira Salles, 12º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **RODRIGO RODRIGUES BAIÁ**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 65.735.369-3, CPF 836.341.696-72, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **ROGERIO VASCONCELOS COSTA**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 19.294.696-1, CPF 111.766.598-47, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 8º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **RUBENS FOGLI NETTO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG-SSP/SP 16.775.917-6, CPF 255.989.658-36, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Walther Moreira Salles, 12º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **TATIANA GRECCO**, brasileira, casada, tecnóloga em construção civil, RG-SSP/SP 22.539.046-2, CPF 167.629.258-63, domiciliada em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 3º andar, Itaim Bibi - CEP: 04538-132; **TERESA CRISTINA ATHAYDE MARCONDES FONTES**, brasileira, casada, advogada, RG-SSP/SP 30.246.165-6, CPF 307.447.828-48, domiciliada em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Alfredo Egydio, 3º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902; **THALES FERREIRA SILVA**, brasileiro, casado, economista, RG-SSP/SP 37.075.036-6, CPF 831.623.301-06, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132; **TIAGO LUIZ CHARNET ELLERO**, brasileiro, casado, bacharel em Ciências da Computação, RG-SSP/SP 30.327.311-2; CPF 279.978.618-90, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Walther Moreira Salles, 12º andar, Parque Jabaquara, CEP 04344-902. 8. Observada a nova composição da Diretoria e em atendimento às normas do CMN, do BACEN e da CVM, registrar e consolidar as atribuições de responsabilidades aos diretores da Companhia, na forma abaixo:

ADRIANA MARIA DOS SANTOS, Contas de Depósitos - Resolução CMN 4.753/19. **ADRIANO MACIEL PEDROTI**, Registro de garantias sobre veículos e imóveis - Resolução CMN 4.088/12. **ÁLVARO DE ALVARENGA FREIRE PINTEL**, Administração da carteira de valores mobiliários (administração fiduciária) - Instrução CVM 558/15 (essa responsabilidade permanece temporariamente com a Roberta Anchieta da Silva, até que Álvaro obtenha as certificações necessárias perante a CVM); Prestação de serviços de custódia de valores mobiliários - Instrução CVM 542/13; Prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários e de emissão de certificados de valores mobiliários - Instrução CVM 543/13; e Representante de investidor não residente - Resolução CMN 4.373/14 e Instrução CVM 560/15. **ANDRÉ HENRIQUE CALDEIRA DARE**, Carteira de crédito, financiamento e investimento - Resolução CMN 2.212/95. **BADI MAANI SHAIKHZADEH**, Assuntos do SELIC - Resolução BACEN 55/20; Assuntos relativos ao SPB - Circular BACEN 3.281/05; e Requerimento de margem bilateral de garantia em operações de derivativos - Resolução CMN 4.662/18. **BRUNO MACHADO FERREIRA**, Contas de Depósitos - Resolução CMN 4.753/19. **CARLOS AUGUSTO SALAMONDE**, Administração de carteiras de valores mobiliários (gestão de recursos) - Instrução CVM 558/15; e Administração de recursos de terceiros - Resolução CMN 2.451/97. **CARLOS FERNANDO ROSSI CONSTANTINI**, Adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente - Instrução CVM 539/13. **CARLOS HENRIQUE DONEGÁ AIDAR**, Área Contábil - Resolução CMN 3.198/04; Atualização do Unicad - Circular BACEN 3.165/02; SCR - Circular BACEN 3.870/17; e Registro de operações de cessão de crédito - Resolução CMN 3.998/11. **CARLOS ORESTES VANZO**, Carteira Comercial - Resolução CMN 2.212/95; e Contas de Depósitos - Resolução CMN 4.753/19. **CLAUDIO CÉSAR SANCHES**, Operações realizadas com valores mobiliários em mercados regulamentados - Instrução CVM 505/11. **CRISTIANO GUIMARÃES DUARTE**, Carteira de investimento - Resolução CMN 2.212/95. **DANIEL NASCIMENTO GORETTI**, Operações compromissadas - Resolução CMN 3.339/06; e Operações de empréstimo e troca de títulos - Resolução CMN 3.197/04. **EDUARDO HIROYUKI MIYAKI**, Cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos relativos à administração da carteira de valores mobiliários - Instrução CVM 558/15; Procedimentos e controles internos relativos à negociação de valores mobiliários em mercados regulamentados - Instrução CVM 505/11; Procedimentos e controles internos à prestação de serviços de custódia de valores mobiliários - Instrução CVM 542/13; Supervisão das regras, procedimentos e controles internos à prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários e de emissão de certificados de valores mobiliários - Instrução CVM 543/13; Gestão de riscos relativos à administração da carteira de valores mobiliários - Instrução CVM 558/15; e Implementação e cumprimento de regras, procedimentos e controles internos à analista de valores mobiliários - Instrução CVM 598/18. **ERIC ANDRÉ ALTAFIM**, Acordos para Compensação no SFN - Resolução CMN 3.263/05; Emissão, distribuição ou negociação de Certificados de Operações Estruturadas - Resolução CMN 4.263/13; Operações de swap - Resolução CMN 3.505/07; Operações dos derivativos de crédito - Resolução CMN 2.933/02; Operação de emissão de letra imobiliária garantida - Resolução CMN 4.598/17; e Operações relacionadas ao mercado do câmbio - Resolução CMN 3.568/08. **FELIPE DE SOUZA WEY**, Contas de Depósitos - Resolução CMN 4.753/19. **FELIPE SAMPAIO NABUCO**, Contas de Depósitos - Resolução CMN 4.753/19 (essa responsabilidade será atribuída a partir da sua posse). **FERNANDO BARÇANTE TOSTES MALTA**, Prevenção e combate à lavagem de dinheiro - Lei 9.613/98 e regulamentação específica. **FLAVIO RIBEIRO IGLESIAS**, Procedimentos para autorização e cancelamento de autorização de débitos em conta de depósitos e em conta-salário - Resolução CMN 4.790/20. **FRANCISCO VIEIRA CORDEIRO NETO**, Contratação de correspondentes - Resolução CMN 3.954/16. **LAILA REGINA DE OLIVEIRA PENA DE ANTONIO**, Contas de Depósitos - Resolução CMN 4.753/19. **LEILA CRISTIANE BARBOZA BRAGA DE MELO**, Ouvidoria - Resolução CMN 4.860/20; e Sistema RDR - Circular BACEN 3.729/14. **LEON GOTTLIEB**, Contas de Depósitos - Resolução CMN 4.753/19. **MARCOS ALEXANDRE PINA CAVAGNOLI**, Atendimento às demandas do BACEN relacionadas a questões concernentes ao arranjo de pagamentos instantâneos (PIX) - Instrução Normativa BACEN 49/20; Compartilhamento Open Banking - Resolução Conjunta 1/20; e Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI) e Conta Pagamentos Instantâneos (Conta PI) - Circular BACEN 4.027/20 e Instrução Normativa BACEN 47/20. **PEDRO BARROS BARRETO FERNANDES**, Área de crédito rural - Resolução CMN 3.556/08. **RENATO CESAR MANSUR**, Contas de Depósitos - Resolução CMN 4.753/19. **RENATO GIONGO VICHI**, Cadastro de Clientes do SFN - Circular BACEN 3.347/07 (essa responsabilidade será mantida com Badi Maani Shaikhzadeh até a sua posse). **RODNEI BERNARDINO DE SOUZA**, Carteira de Arrendamento Mercantil - Resolução CMN 2.212/95. **ROGERIO VASCONCELOS COSTA**, Contas de Depósitos - Resolução CMN 4.753/19. **TATIANA GRECCO**, Apuração do Montante RWA, PR e Capital Principal - Resolução CMN 4.193/13. **THALES FERREIRA SILVA**, Carteira de crédito imobiliário - Resolução CMN 2.212/95. **CONSELHO FISCAL**: Não houve manifestação por não se encontrar em funcionamento. **DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA SEDE**: Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras; Relatórios dos Administradores e dos Auditores Independentes e declaração de desimpedimento do administrador eleito. **ENCERRAMENTO**: Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 30 de abril de 2021. (aa) Leila Cristiane Barboza Braga De Melo - Presidente; Andre Balestrin Cestare - Secretário. **Acionista**: Itaú Unibanco Holding S.A. (aa) Leila Cristiane Barboza Braga De Melo e Andre Balestrin Cestare - Diretora Executiva e Diretor, respectivamente. Certificamos ser a presente cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo (SP), 30 de abril de 2021. (aa) Leila Cristiane Barboza Braga De Melo - Presidente; Andre Balestrin Cestare - Secretário Homologada pelo BACEN. JUCESP - Registro nº 464.523/21-7, em 24.09.2021 (a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **ESTATUTO SOCIAL**: **CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE E PRAZO**: Artigo 1º - A companhia fechada regida por este estatuto social é denominada ITAÚ UNIBANCO S.A. ("Companhia"), tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e prazo indeterminado de duração, podendo, por deliberação de dois diretores, instalar, extinguir e remanejar dependências em qualquer localidade, no País ou no exterior (artigo 10, "caput"). **CAPÍTULO II - OBJETO SOCIAL**: Artigo 2º - A Companhia tem por objeto a atividade bancária em todas as modalidades autorizadas, inclusive a de operações de câmbio. Parágrafo único. O exercício das atividades relacionadas ao objeto social da Companhia deverá considerar: (i) os interesses de curto e longo prazo da Companhia e de seus acionistas; e (ii) os efeitos econômicos, sociais, ambientais e jurídicos de curto e longo prazo das operações da Companhia em relação aos seus colaboradores, fornecedores, consumidores e credores, como também em relação à comunidade em que ela atua local e globalmente. **CAPÍTULO III - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**: Artigo 3º - O capital social subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 69.872.675.921,00 (sessenta e nove bilhões, oitocentos e setenta e dois milhões, seiscentos e setenta e

cinco mil, novecentos e vinte e um reais), representado por 6.674.016.228 (seis bilhões, seiscentos e setenta e quatro milhões, dezessete mil, duzentas e vinte e oito) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 3.390.407.265 (três bilhões, trezentos e noventa milhões, quatrocentos e sete mil, duzentas e sessenta e cinco) ordinárias e 3.283.608.963 (três bilhões, duzentos e oitenta e uma mil, novecentas e sessenta e três) preferenciais, estas sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens: I - prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,022 por ação, não cumulativo, que será ajustado em caso de desdobramento ou grupamento; e II - direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias, mas com prioridade no recebimento de dividendos não cumulativos, nunca inferiores aos atribuídos às ações ordinárias. Parágrafo único. A Companhia poderá adquirir as próprias ações a fim de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria para posterior alienação, mediante autorização da Diretoria. **CAPÍTULO IV - ASSEMBLEIA GERAL**: Artigo 4º - As Assembleias Gerais serão presididas e secretariadas por qualquer dos presentes, conforme indicado pelos acionistas. Parágrafo único. Da ata respectiva serão extraídas certidões, que poderão ser assinadas pelos membros da mesa ou por dois diretores da Companhia. **CAPÍTULO V - DIRETORIA**: Artigo 5º - A administração da Companhia é exercida pela Diretoria. Artigo 6º - Os administradores perceberão remuneração e participação nos lucros, observados os limites legais. A Assembleia Geral fixará a verba global e anual, cabendo ao Comitê de Remuneração do Conglomerado Itaú Unibanco, constituído na instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú Unibanco Holding"), regulamentar a utilização dessa verba e da participação nos lucros devida aos administradores. Artigo 7º - A Diretoria compõe-se de, no mínimo, 40 (quarenta) e, no máximo, 150 (cento e cinquenta) membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, compreendendo os cargos de Diretor Presidente e Diretor, com mandato unificado de 3 (três) anos, podendo ser reeleito. § 1º. A Assembleia Geral definirá, além do Diretor Presidente, os membros da Diretoria que irão compor o Comitê Executivo, órgão executivo de instância máxima na Companhia; § 2º. Os diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. § 3º. Não poderá ser eleito membro da Diretoria a pessoa que tiver completado 60 (sessenta) anos de idade até a data da eleição. O diretor que completar 60 (sessenta) anos de idade no curso do mandato será desinvestido na data da Assembleia Geral Ordinária subsequente. § 4º. Os diretores serão investidos nos cargos mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, após homologação da eleição pelas autoridades competentes. § 5º. Nas reuniões da Diretoria será permitida a participação por telefone, videoconferência, telepresença, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação. O Diretor, nessa hipótese, será considerado presente à reunião e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais. Artigo 8º - No caso de vacância de cargo na Diretoria, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre o seu provimento. Em caso de ausência ou impedimento de qualquer diretor, a Diretoria poderá escolher o substituto interino dentre seus membros. Artigo 9º - Compete à Diretoria: (i) cumprir e fazer cumprir as diretrizes e deliberações da Assembleia Geral; (ii) promover o exercício das atividades da Companhia; (iii) representar a Companhia e administrar seus negócios; e (iv) declarar e distribuir, "ad referendum" da Assembleia Geral, dividendos intermediários, intercalares e/ou juros sobre o capital próprio. § 1º. Compete ao Diretor Presidente convocar e presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar a atuação desta, estruturar os serviços da Companhia e estabelecer as normas internas e operacionais. § 2º. Os Diretores competem as atividades que lhes sejam atribuídas pela Assembleia Geral. § 3º. No desempenho de suas funções, os diretores da Companhia deverão considerar o melhor interesse da Companhia, incluindo os interesses, as expectativas e os efeitos de curto e longo prazo de seus atos sobre: (i) seus acionistas; (ii) seus colaboradores; (iii) seus fornecedores, consumidores e credores; e (iv) a comunidade e o meio ambiente local e global. Artigo 10 - A representação da Companhia será realizada por dois diretores em conjunto, para: (i) assumir obrigações, exercendo direitos em qualquer ato, contrato ou documento que acarrete responsabilidades, inclusive prestando garantias a obrigações de terceiros; (ii) renunciar direitos, onerar e alienar bens do ativo permanente; e (iii) constituir procuradores para práticas de atos, sendo certo que quando o valor envolvido for superior a R\$ 500 milhões, pelo menos um dos dois diretores deverá ser, obrigatoriamente, o Diretor Presidente ou um Diretor membro do Comitê Executivo. A Companhia será representada por dois diretores em conjunto para decidir sobre instalação, extinção e remanejamento de dependências. § 1º. Nas hipóteses previstas no "caput", à exceção do disposto no item (iii), a representação da Companhia também poderá ser feita por (i) um diretor e um procurador; ou (ii) dois procuradores. § 2º. Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada por apenas um procurador: (i) perante qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, nos atos que não impliquem assunção ou renúncia de direitos e obrigações; (ii) nos mandatos com cláusula "ad judicia"; (iii) em assembleias gerais, reuniões de acionistas ou cotistas de empresas ou fundos de investimento nos quais a Companhia participe; e (iv) em licitações promovidas por órgãos públicos, desde que discriminados no instrumento de representação a finalidade e os limites dos poderes outorgados. Nas hipóteses dos itens (i), (iii) e (iv), a Companhia também poderá ser representada por apenas um diretor. § 3º. Dois diretores, sendo obrigatoriamente o Diretor Presidente ou Diretor membro do Comitê Executivo, em conjunto, poderão (i) deliberar sobre a distribuição de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, por conta do dividendo obrigatório ou a débito da reserva de lucros; e (ii) prever ou instituir exceções adicionais às previstas no parágrafo anterior. § 4º. Os instrumentos de mandato terão prazo de validade de até 1 (um) ano, salvo para fins judiciais. **CAPÍTULO VI - OUVIDORIA**: Artigo 11 - A Companhia terá uma Ouvidoria que atuará como componente organizacional único do Conglomerado Itaú Unibanco, integrado pela instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. e por todas as suas subsidiárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados e pela Comissão de Valores Mobiliários, excetuadas as subsidiárias que, em virtude de sua natureza ou atividade, vierem a constituir ouvidoria própria. § 1º. O Ouvíndor será designado e destituído a qualquer tempo pela Assembleia Geral, inclusive nas hipóteses previstas nos §§ 3º e 4º deste artigo, e terá mandato de 12 (doze) meses, podendo ser renovado. § 2º. São atributos necessários ao exercício do cargo de Ouvíndor: (i) possuir elevado padrão ético e moral, capaz de lhe garantir conduta imparcial e senso de justiça; (ii) trabalhar com senso de igualdade, transparéncia, integridade e respeito; (iii) exercer sua atividade com coerência, independência e autonomia e ter compromisso na busca de soluções efetivas; e (iv) atuar de modo diligente e fiel no exercício de seus deveres e responsabilidades. § 3º. Caso o exercício do função do Ouvíndor seja constatada qualquer irregularidade, improbidade ou situação de conflito que implique em risco de imagem à sociedade ou prejuízo aos clientes e usuários ou à sociedade, o Ouvíndor será destituído de suas funções e imediatamente substituído, conforme deliberação da Assembleia Geral. § 4º. O Ouvíndor será permanentemente avaliado no exercício de suas funções e poderá ser destituído pela Assembleia Geral caso seu desempenho seja considerado aquém do esperado pela Companhia. § 5º. A Ouvidoria tem por finalidade: (a) atender em última instância as demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços das instituições do Conglomerado Itaú Unibanco, que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário das instituições; e (b) atuar como canal de comunicação entre as instituições do Conglomerado Itaú Unibanco e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos



06 04 22



ITAÚ UNIBANCO S.A.

CNPJ 60.701.190/0001-04

NIRE 35300023978

**ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021**

DATA, HORA E LOCAL: Em 15.12.2021, às 10h, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, Parque Jabaquara, em São Paulo (SP).

MESA: Leila Cristiane Barboza Braga de Melo – Presidente; e Carlos Henrique Donegá Aidar – Secretário.

QUORUM: Totalidade do capital social.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Dispensada a publicação conforme art. 124, § 4º, da Lei 6.404/76 (“LSA”).

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:

1. Aprovada a redução do capital social da Companhia, por julgá-lo excessivo em relação ao seu objeto, no montante de R\$ 88.704.544,19 (oitenta e oito milhões, setecentos e quatro mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e dezenove centavos), passando de R\$ 69.872.675.921,00 (sessenta e nove bilhões, oitocentos e setenta e dois milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, novecentos e vinte e um reais) para R\$ 69.783.971.376,81 (sessenta e nove bilhões, setecentos e oitenta e três milhões, novecentos e setenta e um mil, trezentos e setenta e seis reais e oitenta e um centavos), sem o cancelamento de ações, mantendo-se inalterado o percentual de participação do atual acionista no capital social da Companhia.
2. Em decorrência da redução de capital, registrado que será restituído ao acionista ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (CNPJ 60.872.504/0001-23) o valor de R\$ 88.704.544,19 (oitenta e oito milhões, setecentos e quatro mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e dezenove centavos), mediante entrega de: (a) 3.235.656 (três milhões, duzentas e trinta e cinco mil, seiscentas e cinquenta e seis) quotas que a Companhia detém no capital social da IU CORRETORA DE SEGUROS LTDA. (CNPJ 08.457.828/0001-85); e (b) 4.874.160 (quatro

ÓUÇO E S.P.

06 04 22

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO ITAÚ UNIBANCO S.A. DE 15.12.2021

fls.2

milhões, oitocentas e setenta e quatro mil, cento e sessenta) ações ordinárias e 82.079.668 (oitenta e duas milhões, setenta e nove mil, seiscentas e sessenta e oito) ações preferencias que a Companhia detém no capital social da IGA PARTICIPAÇÕES S.A. (CNPJ 04.238.150/0001-99), todas entregues ao acionista pelo seu valor patrimonial registrado em 30.11.2021.

3. Registrado, ainda, que a deliberação de redução de capital somente será plenamente eficaz após aprovação pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) e decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de publicação da ata desta Assembleia sem qualquer impugnação por credores quirografários, nos termos do art. 174, da Lei 6.404/76. Em seguida, esta ata será registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

4. Autorizada a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à consecução das deliberações ora tomadas.

5. Em consequência das deliberações anteriores, observadas as condições mencionadas, alterada a redação do *caput* do art. 3º do Estatuto Social para:

“Art. 3º - O capital social subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 69.783.971.376,81 (sessenta e nove bilhões, setecentos e oitenta e três milhões, novecentos e setenta e um mil, trezentos e setenta e seis reais e oitenta e um centavos), representado por 6.674.016.228 (seis bilhões, seiscentos e setenta e quatro milhões, dezesseis mil, duzentas e vinte e oito) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 3.390.407.265 (três bilhões, trezentos e noventa milhões, quatrocentos e sete mil, duzentas e sessenta e cinco) ordinárias e 3.283.608.963 (três bilhões, duzentos e oitenta e três milhões, seiscentos e oito mil, novecentas e sessenta e três) preferenciais, estas sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens: I - prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,022 por ação, não cumulativo, que será ajustado em caso de desdobramento ou grupamento; e II - direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias, mas com prioridade no recebimento de dividendos não cumulativos, nunca inferiores aos atribuídos às ações ordinárias”.

JUCESP

06 04 22

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO ITAÚ UNIBANCO S.A. DE 15.12.2021

fls.3

6. Consolidado o Estatuto Social que, consignando a alteração ora deliberada, passará a ser redigido na forma rubricada pelos presentes e a vigorar após a homologação das deliberações desta Assembleia pelo BACEN.

CONSELHO FISCAL: Não houve manifestação por não se encontrar em funcionamento.

ENCERRAMENTO: Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 15 de dezembro de 2021. (aa) Leila Cristiane Barboza Braga de Melo – Presidente; e Carlos Henrique Donegá Aidar – Secretário. **Acionista:** Itaú Unibanco Holding S.A. (aa) Leila Cristiane Barboza Braga de Melo e Renato da Silva Carvalho – Diretores.

CERTIFICAMOS SER A PRESENTE CÓPIA FIEL DA ORIGINAL LAVRADA EM LIVRO PRÓPRIO. São Paulo (SP), 15 de dezembro de 2021. (aa) Leila Cristiane Barboza Braga de Melo – Presidente; e Carlos Henrique Donegá Aidar – Secretário.



JUÍZES
06 04 22

ITAÚ UNIBANCO S.A.

CNPJ 60.701.190/0001-04

NIRE 35300023978

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE E PRAZO

Art. 1º - A companhia fechada regida por este estatuto social é denominada **ITAÚ UNIBANCO S.A.** (“Companhia”), tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e prazo indeterminado de duração, podendo, por deliberação de dois diretores, instalar, extinguir e remanejar dependências em qualquer localidade, no País ou no exterior (art. 10, “caput”).

CAPÍTULO II – OBJETO SOCIAL

Art. 2º - A Companhia tem por objeto a atividade bancária em todas as modalidades autorizadas, inclusive a de operações de câmbio.

Parágrafo único. O exercício das atividades relacionadas ao objeto social da Companhia deverá considerar: (i) os interesses de curto e longo prazo da Companhia e de seus acionistas; e (ii) os efeitos econômicos, sociais, ambientais e jurídicos de curto e longo prazo das operações da Companhia em relação aos seus colaboradores, fornecedores, consumidores e credores, como também em relação à comunidade em que ela atua local e globalmente.

CAPÍTULO III – CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Art. 3º - O capital social subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 69.783.971.376,81 (sessenta e nove bilhões, setecentos e oitenta e três milhões, novecentos e setenta e um mil, trezentos e setenta e seis reais e oitenta e um centavos), representado por 6.674.016.228 (seis bilhões, seiscentos e setenta e quatro milhões, dezesseis mil, duzentas e vinte e oito) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 3.390.407.265 (três bilhões, trezentos e noventa milhões, quatrocentos e sete mil, duzentas e sessenta e cinco) ordinárias e 3.283.608.963 (três bilhões, duzentos e oitenta e três milhões, seiscentos e oito mil, novecentas e sessenta e três) preferenciais, estas sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens: I - prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,022 por ação, não cumulativo, que será ajustado em caso de desdobramento ou grupamento; e II - direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações

ordinárias, mas com prioridade no recebimento de dividendos não cumulativos, nunca inferiores aos atribuídos às ações ordinárias.

Parágrafo único. A Companhia poderá adquirir as próprias ações a fim de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria para posterior alienação, mediante autorização da Diretoria.

CAPÍTULO IV – ASSEMBLEIA GERAL

Art. 4º - As Assembleias Gerais serão presididas e secretariadas por qualquer dos presentes, conforme indicado pelos acionistas.

Parágrafo único. Da ata respectiva serão extraídas certidões, que poderão ser assinadas pelos membros da mesa ou por dois diretores da Companhia.

CAPÍTULO V – DIRETORIA

Art. 5º - A administração da Companhia é exercida pela Diretoria.

Art. 6º - Os administradores perceberão remuneração e participação nos lucros, observados os limites legais. A Assembleia Geral fixará a verba global e anual, cabendo ao Comitê de Remuneração do Conglomerado Itaú Unibanco, constituído na instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. (“Itaú Unibanco Holding”), regulamentar a utilização dessa verba e da participação nos lucros devida aos administradores.

Art. 7º - A Diretoria compõe-se de, no mínimo, 40 (quarenta) e, no máximo, 150 (cento e cinquenta) membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, compreendendo os cargos de Diretor Presidente e Diretor, com mandato unificado de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

§ 1º. A Assembleia Geral definirá, além do Diretor Presidente, os membros da Diretoria que irão compor o Comitê Executivo, órgão executivo de instância máxima na Companhia;

§ 2º. Os diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

§ 3º. Não poderá ser eleito membro da Diretoria a pessoa que tiver completado 60 (sessenta) anos de idade até a data da eleição. O diretor que completar 60 (sessenta) anos de idade no curso do mandato será desinvestido na data da Assembleia Geral Ordinária subsequente.

§ 4º. Os diretores serão investidos nos cargos mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, após homologação da eleição pelas autoridades competentes.

JUICE SP

06 04 22

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO NA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO ITAÚ UNIBANCO S.A. DE 15.12.2021.

fls.6

§ 5º. Nas reuniões da Diretoria será permitida a participação por telefone, videoconferência, telepresença, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação. O Diretor, nessa hipótese, será considerado presente à reunião e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais.

Art. 8º - No caso de vacância de cargo na Diretoria, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre o seu provimento. Em caso de ausência ou impedimento de qualquer diretor, a Diretoria poderá escolher o substituto interino dentre seus membros.

Art. 9º - Compete à Diretoria: (i) cumprir e fazer cumprir as diretrizes e deliberações da Assembleia Geral; (ii) promover o exercício das atividades da Companhia; (iii) representar a Companhia e administrar seus negócios; e (iv) declarar e distribuir, "ad referendum" da Assembleia Geral, dividendos intermediários, intercalares e/ou juros sobre o capital próprio.

§ 1º. Compete ao Diretor Presidente convocar e presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar a atuação desta, estruturar os serviços da Companhia e estabelecer as normas internas e operacionais.

§ 2º. Aos Diretores competem as atividades que lhes sejam atribuídas pela Assembleia Geral.

§ 3º. No desempenho de suas funções, os diretores da Companhia deverão considerar o melhor interesse da Companhia, incluindo os interesses, as expectativas e os efeitos de curto e longo prazo de seus atos sobre: (i) seus acionistas; (ii) seus colaboradores; (iii) seus fornecedores, consumidores e credores; e (iv) a comunidade e o meio ambiente local e global.

Art. 10 - A representação da Companhia será realizada por dois diretores em conjunto, para: (i) assumir obrigações, exercendo direitos em qualquer ato, contrato ou documento que acarrete responsabilidade, inclusive prestando garantias a obrigações de terceiros; (ii) renunciar direitos, onerar e alienar bens do ativo permanente; e (iii) constituir procuradores para práticas de atos, sendo certo que quando o valor envolvido for superior a R\$ 500 milhões, pelo menos um dos dois diretores deverá ser, obrigatoriamente, o Diretor Presidente ou um Diretor membro do Comitê Executivo. A Companhia será representada por dois diretores em conjunto para decidir sobre instalação, extinção e remanejamento de dependências.

§ 1º. Nas hipóteses previstas no "caput", à exceção do disposto no item (iii), a representação da Companhia também poderá ser feita por (i) um diretor e um procurador; ou (ii) dois procuradores.

§ 2º. Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada por apenas um procurador: (i) perante qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, nos atos que não impliquem assunção ou renúncia de direitos e obrigações; (ii) nos mandatos com cláusula "ad judicia"; (iii) em assembleias gerais, reuniões de acionistas ou cotistas de empresas ou fundos de

investimento nos quais a Companhia participe; e (iv) em licitações promovidas por órgãos públicos, desde que discriminados no instrumento de representação a finalidade e os limites dos poderes outorgados. Nas hipóteses dos itens (i), (iii) e (iv), a Companhia também poderá ser representada por apenas um diretor.

§ 3º. Dois diretores, sendo obrigatoriamente o Diretor Presidente ou Diretor membro do Comitê Executivo, em conjunto, poderão (i) deliberar sobre a distribuição de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, por conta do dividendo obrigatório ou a débito da reserva de lucros; e (ii) prever ou instituir exceções adicionais às previstas no parágrafo anterior.

§ 4º. Os instrumentos de mandato terão prazo de validade de até 1 (um) ano, salvo para fins judiciais.

CAPÍTULO VI – OVIDORIA

Art. 11 - A Companhia terá uma Ouvidoria que atuará como componente organizacional único do Conglomerado Itaú Unibanco, integrado pela instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. e por todas as suas subsidiárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados e pela Comissão de Valores Mobiliários, excetuadas as subsidiárias que, em virtude de sua natureza ou atividade, vierem a constituir ouvidoria própria.

§ 1º. O Ouvidor será designado e destituído a qualquer tempo pela Assembleia Geral, inclusive nas hipóteses previstas nos §§ 3º e 4º deste artigo, e terá mandato de 12 (doze) meses, podendo ser renovado.

§ 2º. São atributos necessários ao exercício do cargo de Ouvidor: (i) possuir elevado padrão ético e moral, capaz de lhe garantir conduta imparcial e senso de justiça; (ii) trabalhar com senso de igualdade, transparência, integridade e respeito; (iii) exercer sua atividade com coerência, independência e autonomia e ter compromisso na busca de soluções efetivas; e (iv) atuar de modo diligente e fiel no exercício de seus deveres e responsabilidades.

§ 3º. Caso, no exercício da função do Ouvidor, seja constatada qualquer irregularidade, improbidade ou situação de conflito que implique em risco de imagem à sociedade ou prejuízo aos clientes e usuários ou à sociedade, o Ouvidor será destituído de suas funções e imediatamente substituído, conforme deliberação da Assembleia Geral.

§ 4º. O Ouvidor será permanentemente avaliado no exercício de suas funções e poderá ser destituído pela Assembleia Geral caso seu desempenho seja considerado aquém do esperado pela Companhia.

§ 5º. A Ouvidoria tem por finalidade:

- (a) atender em última instância as demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços das instituições do Conglomerado Itaú Unibanco, que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário das instituições; e
- (b) atuar como canal de comunicação entre as instituições do Conglomerado Itaú Unibanco e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

§ 6º. Compete à Ouvidoria:

- (a) atender, receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços das instituições do Conglomerado Itaú Unibanco;
- (b) prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas;
- (c) informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não poderá ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período;
- (d) encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado na alínea “c”;
- (e) informar à Diretoria da instituição, a respeito das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria;
- (f) manter a Diretoria da instituição informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da instituição para solucioná-los.

§ 7º. A Companhia: (a) manterá condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; (b) assegurará o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades, no cumprimento de suas atribuições.

§ 8º. O Diretor designado responsável pela Ouvidoria perante o Banco Central do Brasil elaborará relatório semestral quantitativo e qualitativo sobre as atividades desenvolvidas pela Ouvidoria, nas datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro, e deverá encaminhá-lo à Auditoria

Interna, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding S.A.

CAPÍTULO VII – CONSELHO FISCAL

Art. 12 - A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. A eleição, instalação e funcionamento do Conselho Fiscal atenderá aos preceitos dos arts. 161 a 165 da Lei 6.404/76.

CAPÍTULO VIII – DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Art. 13 - Juntamente com as demonstrações financeiras, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observados os preceitos dos arts. 186 e 191 a 199 da Lei 6.404/76 e as disposições seguintes:

- a) antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) será especificada a importância destinada a dividendos aos acionistas, atendendo ao disposto no art. 14; e
- c) o saldo terá o destino que for proposto pela Diretoria, inclusive para a formação da reserva de que trata o art. 15, “ad referendum” da Assembleia Geral.

CAPÍTULO IX – DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

Art. 14 - Os acionistas têm direito ao dividendo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas alíneas “a” e “b”, inciso I, do art. 202 da Lei 6.404/76, observado o disposto no inciso II do mesmo artigo.

Parágrafo único. Por deliberação da Diretoria poderão ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no art. 9º, § 7º, da Lei 9.249/95.

CAPÍTULO X – RESERVA ESTATUTÁRIA

Art. 15 - Será constituída reserva com a finalidade de formar recursos para: (i) absorver eventuais prejuízos de exercícios subsequentes; (ii) efetuar investimentos estratégicos para a Companhia; (iii) exercer o direito de preferência na subscrição de futuros aumentos do capital social das empresas em que a Companhia participe; (iv) realizar aumentos no capital social da

JUICESP
06 04 22

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO NA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO ITAÚ UNIBANCO S.A. DE 15.12.2021.

fls.10

Companhia; e (v) pagar os dividendos intermediários de que trata o § 2º do art. 204 da Lei 6.404/76.

§ 1º. Esta reserva será formada por valores provenientes do saldo do lucro líquido.

§ 2º. O saldo da reserva estatutária, somado ao da reserva legal, não poderá ultrapassar o capital social.

§ 3º. A reserva estatutária discriminará em subcontas distintas, segundo os exercícios de formaçāo, os lucros destinados à sua constituição.

CAPÍTULO XI – EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 16 - O exercício social coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo único. A Companhia poderá levantar balanços semestrais e intermediários em qualquer data.

DUCESP
PROTÓCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Itaú Unibanco S.A.. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://itau-unibanco.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/BE5D-14A5-4143-FC43> ou vá até o site <https://itau-unibanco.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: BE5D-14A5-4143-FC43



Hash do Documento

DDBA6E42A54D88C2C94D7309F07B8705CACAAADF1EF2928CCFDA20CFF4ADE0F27

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 04/03/2022 é(são) :

CARLOS HENRIQUE DONEGÁ AIDAR (Signatário) -

076.630.558-96 em 12/01/2022 11:21 UTC-03:00

Nome no certificado: Carlos Henrique Donega Aidar

Tipo: Certificado Digital

LEILA CRISTIANE BARBOZA BRAGA DE MELO (Signatário) -

153.451.838-05 em 11/01/2022 16:36 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



**9º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO
PAULO ROBERTO FERNANDES**



LIVRO - 11352 FOLHAS - 177
Hodlich - ITB 0045/2022

= LIVRO Nº 11.352 - PÁG. Nº 177 - AM - PRIMEIRO TRASLADO =

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: ITAÚ UNIBANCO S.A.

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem que aos **SEIS (06)** dias do mês de Junho do ano de **DOIS MIL E VINTE E DOIS (2022)**, nesta Cidade e Capital do Estado de São Paulo, por meio de videoconferência, no ambiente digital do e-notariado, nos termos do provimento nº 100/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), perante mim, escrevente autorizada do 9º Tabelião de Notas, apresentou-se como OUTORGANTE: **ITAÚ UNIBANCO S.A.**, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, Parque Jabaquara, São Paulo/SP, CEP: 04344-902, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, com seu estatuto social aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15/12/2021, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob nº 181.112/22-0, em 06/04/2022; neste ato, nos termos do artigo 10º de seu referido estatuto social consolidado, representado por seu Diretor **ANDRÉ LUÍS TEIXEIRA RODRIGUES**, brasileiro, união estável, engenheiro, RG nº 35.318.961-3, CPF nº 799.914.406-15 e por seu Diretor **LEANDRO ROBERTO DOMINIQINI**, brasileiro, casado, economista, RG nº 25.730.732-1, CPF nº 294.299.308-18, com endereço profissional, na sede do Outorgante, eleitos através da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30/04/2019, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob nº 410.678/19-3 em 29/07/2019; através da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30/04/2020, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob nº 214.228/20-4, em 23/06/2020; através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 22/06/2020, registrada na JUCESP sob nº 444.838/20-0, em 21/10/2020; através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31/08/2020, registrada na JUCESP sob nº 487.230/20-6, em 17/11/2020; através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 02/10/2020, registrada na JUCESP sob nº 98.584/21-2, em 16/02/2021; através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11/11/2020, registrada na JUCESP sob nº 98.586/21-0, 16/02/2021 e através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11/12/2020, registrada na JUCESP sob nº 98.589/21-0, em 16/02/2021; através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23/02/2021, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob nº 404.335/21-4, em 23/08/2021; através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16/04/2021, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob nº 404.211/21-5, em 23/08/2021; através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31/05/2021, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob nº 464.524/21-0, em 24/09/2021, através da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30/04/2021, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob nº 464.523/21-7, em 24/09/2021 e através da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16/08/2021, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob nº 547.996/21-4, em 17/11/2021. O

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER AUTENTICAÇÃO, BASURA OU ENVELHA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO.



10202602081253.001500630-1

R Marconi 124 Andar 1 Ao 6 República - São Paulo - SP
Fone: 11-2174-6858

Esse documento foi assinado por RENATO HODLICH FIGUEIREDO.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código SGSK4-33Y2H-SUUF-4VHYH





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Estado de São Paulo

outorgante tem seus atos societários arquivados nesta serventia sob nº 001/2021. O presente e seus representantes foram reconhecidos como os próprios através dos documentos apresentados do que dou fé. E, pelo OUTORGANTE, na forma como vem representado me foi dito que por este público instrumento de procura nomeia e constitui como seus procuradores: **GRUPO 1:** ANDREA HAMU CAMARGO NUCADA, brasileira, casada, bancária, RG nº 00003110130, CPF nº 758.553.131-15; ANTONIO CARLOS GONCALVES, brasileiro, solteiro, bancário, RG nº M4206635, CPF nº 642.329.646-49; CLEBER GOBBY, brasileiro, casado, bancário, RG nº 21.501.752-3 - SSP/SP, CPF nº 112.080.848-01; CYRO DE OLIVEIRA SANTOS, brasileiro, casado, bancário, RG nº 4007005, CPF nº 633.163.316-20; DARLY FIRMIANO ANDRADE, brasileiro, solteiro, bancário, RG nº MG15807702, CPF nº 117.283.906-99; ELAINE MURCIA MANETTI, brasileira, divorciada, bancária, RG nº 26.138.994-4, CPF nº 254.315.078-18; ELIANE CASTRO E SILVA, brasileira, união estável, bancária, RG nº 169888320017, CPF nº 008.774.423-63; ELTON GUSTAVO VAZ, brasileiro, casado, bancário, RG nº 62399422, CPF nº 020.489.369-03; ENZO THALLES DE CARVALHO, brasileiro, solteiro, bancário, RG nº 392750119, CPF nº 474.595.238-44; FABIO AUGUSTO DE ALMEIDA ALVES, brasileiro, casado, bancário, RG nº 6736960, CPF nº 004.455.199-16; FABIO PEDRO DE SOUZA, brasileiro, casado, bancário, RG nº 16178484, CPF nº 112.174.778-70; FERNANDO DE SA PINTO, brasileiro, casado, bancário, RG nº M5099917, CPF nº 954.249.896-91; HEDERSON MARCIO CANTOS, brasileiro, casado, bancário, RG nº 203725761, CPF nº 105.220.298-50; JOAO LIBERIO PORTO, brasileiro, casado, bancário, OAB nº 13997/GO, CPF nº 458.050.321-04; JONATHAN LUIZ SILVA, brasileiro, casado, bancário, RG nº 0125467951, CPF nº 053.747.597-44; JOSE GERALDO MARTINS, brasileiro, casado, bancário, RG nº 1.896.297, CPF nº 402.480.461-87; JULYANNA RIBEIRO, brasileira, casada, bancária, RG nº 336256127, CPF nº 329.390.138-70; KARLA VANESSA DOS SANTOS RAMALHO DE OLIVEIRA, brasileira, casada, bancária, RG nº 09269522-0 SECC, CPF nº 026.524.457-90; LETICIA DONATONI CASADO, brasileira, casada, bancária, RG nº 371088859, CPF nº 383.159.468-62; MARA RUBIA DOS SANTOS CEZAR, brasileira, solteira, bancária, RG nº 273875826, CPF nº 122.005.948-01; MARCIA BARBOSA MARRA, brasileira, casada, bancária, RG nº 000M5854758, CPF nº 807.772.286-53; MAURO LUCIO ALCANTARA DO CARMO, brasileiro, casado, bancário, RG nº 7731753, CPF nº 001.872.196-64; MONICA OROSCO MORGANTI, brasileira, casada, bancária, RG nº 443362191, CPF nº 329.446.858-05; PATRICIA SILVA SOARES CURY VIEIRA, brasileira, casada, bancária, RG nº 2109974, CPF nº 000.208.241-14; RICARDO ANDRE VASTA, brasileiro, casado, bancário, RG nº M2282345, CPF nº 509.560.786-72; ROBERTO DE LIMA RODRIGUES, brasileiro, casado, bancário, RG nº 042910000, CPF nº 001.383.287-57; RODRIGO FIGUEIREDO SILVA, brasileiro, casado, bancário, RG nº 261461047, CPF nº 261.163.968-01; RODRIGO GARCIA COUTINHO, brasileiro, casado, bancário, RG nº 42428485, CPF nº 018.976.209-85; SIMONE DA CRUZ SIMOES, brasileira, divorciada, bancária, RG nº 12349914-7, CPF nº 084.385.347-67; TIAGO BEZERRA PATU, brasileiro, casado, bancário, RG nº 6308666, CPF nº 051.259.684-04; VICTOR BUSTAMANTE, brasileiro, divorciado, bancário, RG nº 117490011, CPF nº 086.894.257-05; VICTOR EDUARDO LONGO MAITAN, brasileiro, casado, bancário, RG nº 1690489, CPF nº 859.018.491-91; VITOR OLIVEIRA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, bancário, RG nº 498623440, CPF nº 469.846.228-24; **GRUPO 2:** ANTONIO CARLOS MUHLERT E SILVA, brasileiro, casado, bancário, RG nº 4231681, CPF nº 019.715.524-37; ANTONIO MANUEL PALMEIRA, brasileiro, casado, bancário, RG nº 088557335, CPF nº 016.734.547-80; JOEL MELQUIADES DE SOUZA, brasileiro, casado, bancário, RG nº 00040121137, CPF nº 531.438.929-00; KESLLEY ROMANELLI CRISPIM, brasileiro, casado, bancário, RG nº 217185411, CPF nº 185.332.928-21; **GRUPO 3:** GILBERTO MIRABELLI

**9º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO
PAULO ROBERTO FERNANDES**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ALTERAÇÃO, NUSCIA OU ENVELHA, ANULADA ESTE DOCUMENTO

JUNIOR, brasileiro, divorciado, bancário, RG nº 24.413.410-8, CPF nº 179.621.978-97; **VALÉRIA LIMEIRA**, brasileira, divorciada, bancária, RG nº 21.299.483-9, CPF nº 181.824.118-82; **VANIA CRISTINA LA FALCE**, brasileira, casada, bancária, RG nº 253146811, CPF nº 181.754.158-78; **GRUPO 4: CARLOS ORESTES VANZO**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 199729591, CPF nº 122.230.988-27; **LEANDRO ROBERTO DOMINIQINI**, brasileiro, casado, bancário, RG nº 257307321, CPF nº 294.299.308-18, todos com endereço profissional na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, 1º Andar, Parque Jabaquara, São Paulo/SP, CEP 04344-902; aos quais confere poderes para a) I. Representar o Outorgante, ativa e passivamente, perante terceiros, inclusive pessoas jurídicas de direito público interno ligadas às administrações direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, podendo receber e enviar correspondências, assinar ofícios, intimações ou quaisquer impugnações ou recursos; II. participar de licitação pública e privada, em qualquer localidade do território nacional, em todas as suas modalidades e tipos, certames competitivos, Request for Proposal - RFP, credenciar representantes, comparecer às audiências e sessões de julgamento, anuir nos termos, assinar e apresentar as respectivas propostas, inclusive apresentar lances verbais, documentos, declarações ou quaisquer instrumentos, estipular preços, concordar com cláusulas e condições, aceitar e cumprir exigências, assinar atas e requerimentos, interpor recursos, impugnar, desistir, praticar enfim, todos e quaisquer atos necessários a sua participação até conclusão do respectivo processo; III. requerer certidões, declarações e demais documentos de natureza fiscal, requisitar levantamento de dados, guias e outros documentos para quitação de débitos existentes e regularizações de pendências; b) Assinar contratos, convênios, aditivos e distratos referentes a cobrança de tributos, rendas, interveniência e anuência em operação de vinculação de receitas, cessão e transferências de créditos envolvendo garantias e ou contragarantias prestadas pela União junto a Organismos e/ou Fundos Nacionais e Internacionais e demais serviços bancários; c) Substabelecer com reservas de iguais os poderes descritos nas alíneas 'a' e 'd'; d) I. Representar o Outorgante, ativa e passivamente, perante a União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Empresas públicas, Autarquias, Fundações e Sociedades de economia mista, para assinatura de contratos de financiamento, empréstimo, mútuo, garantia, contragarantia, acordo entre credores sindicalizados, propostas, ofícios, intimações, aditivos e documentos em geral, cessão definitiva de direitos creditórios, participações especiais e compensações financeiras pela utilização de recursos hídricos e minerais, cédula de crédito bancário e demais produtos de crédito, podendo praticar todos os atos necessários ao fiel desempenho do presente mandato. II. Nomear instituição pública ou privada como líder para representação em sindicatos. Substabelecimento restrito ao Grupo 3. **FORMA DE REPRESENTAÇÃO:** Os poderes da alínea 'a' serão exercidos **isoladamente**, independentemente da ordem de nomeação, por qualquer integrante dos Grupos 1 ou 2 ou 3 ou 4; Os poderes da alínea 'b' serão exercidos **em conjunto**, sendo necessariamente um integrante do Grupo 1 e um integrante do Grupo 2; Os poderes da alínea 'c' serão exercidos **isoladamente**, independentemente da ordem de nomeação, por qualquer integrante do Grupo 3; Os poderes da alínea 'd' serão exercidos **em conjunto**, por quaisquer integrantes dos Grupos 2 ou 3 ou 4. **Os Outorgados ora constituídos ficam cientes de que ao se desligarem do quadro de administradores/funcionários/prestadores de serviços do Conglomerado Itaú Unibanco, do qual fazem parte, não mais poderão exercer quaisquer poderes constantes neste instrumento, ficando sem efeito os atos praticados após o seu desligamento, sendo inclusive responsáveis por perdas e danos causados pelo uso indevido dos poderes revogados em decorrência do seu desligamento. Esta procuraçao vigorará até 26 de maio de 2023.** - Declaram os Outorgantes que uma cópia da presente está arquivada na Unidade Paralegal Societária conforme registro sob o nº ITB-0045/2022-3. **ÓRGÃO DE DÉBITO 48856.** - De como assim o disse, dou fé. Pediu-me e eu lhe lavrei este instrumento o qual foi feito e lido em voz alta, aceita, outorga e assina eletronicamente, conforme manifesto de assinatura, nos termos do



10202602081253.001500631-0

R Marconi 124 Andar 1 Ao 6 Republica - São Paulo - SP
Fone: 11-2174-6858

Esse documento foi assinado por RENATO HODLICH FIGUEIREDO.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código SGSK4-33Y2H-SUUFR-4VHYH





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo



Provimento CNJ nº 100/2020, cuja manifestação de vontade foi confirmada através de videoconferências realizadas por (a) **TAMIRIS APARECIDA LOPES RIBEIRO**, do que dou fé. Eu, (a) **RENATO HODLICH FIGUEIREDO**, Tabelião Substituto, a subscrevo e assino. (a.) **RENATO HODLICH FIGUEIREDO** //// Assinaturas digitais: **ANDRÉ LUÍS TEIXEIRA RODRIGUES** //// **LEANDRO ROBERTO DOMINIQUINI** //// Nada mais: Trasladada na mesma data, dou fé. Eu, **(Renato Hodlich Figueiredo)** Tabelião Substituto, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.

EM TEST.^º DA VERDADE

9º TABELIÃO DE NOTAS
 Bel. PAULO ROBERTO FERNANDES
 TABELIÃO
 Bel. JOSÉ SOLON NETO
 TABELIÃO SUBSTITUTO
 Bel. AIRTON FERNANDO POLETO
 TABELIÃO SUBSTITUTO
 Bel. DONALDO FOGAROLI
 TABELIÃO SUBSTITUTO
RENATO HODLICH FIGUEIREDO
 TABELIÃO SUBSTITUTO

ROGÉRIO APARECIDO ALVES DA CRUZ
 TABELIÃO SUBSTITUTO

 Rua Marconi, 124 - S. Paulo

*9º CARTÓRIO DE NOTAS DA CAPITAL/SP
 RENATO HODLICH FIGUEIREDO
 Tabelião Substituto*

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código
U6MCG5FBR5-3GA5V-YYU66

	<p>Confira à procedência deste documento, efetue a leitura do QR-Code impresso ou acesse o endereço eletrônico: https://selodigital.tjsp.jus.br</p> <hr/> <p>Recibo: 216478 Selo Digital: 1137871PR000000001079122Q</p>
---	--

Assinado digitalmente por:
RENATO HODLICH FIGUEIREDO
 CPF: 121.109.978-42
 Certificado emitido por AC Certisign RFB G5
 Data: 07/06/2022 09:41:50-03:00



Emolumentos R\$ 162,60. Estado R\$ 46,22. Sefaz R\$ 31,63. Reg. Civil R\$ 8,56. TJSP R\$ 11,16. Santa Casa R\$ 1,63. ISS R\$ 3,47. MP R\$ 7,81. Total R\$ 273,08.

Esse documento foi assinado por **RENATO HODLICH FIGUEIREDO**.

Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código **SGSK4-33Y2H-SUUFR-4VHYH**





MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: SGSK4-33Y2H-SUUFR-4VHYH

Este documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

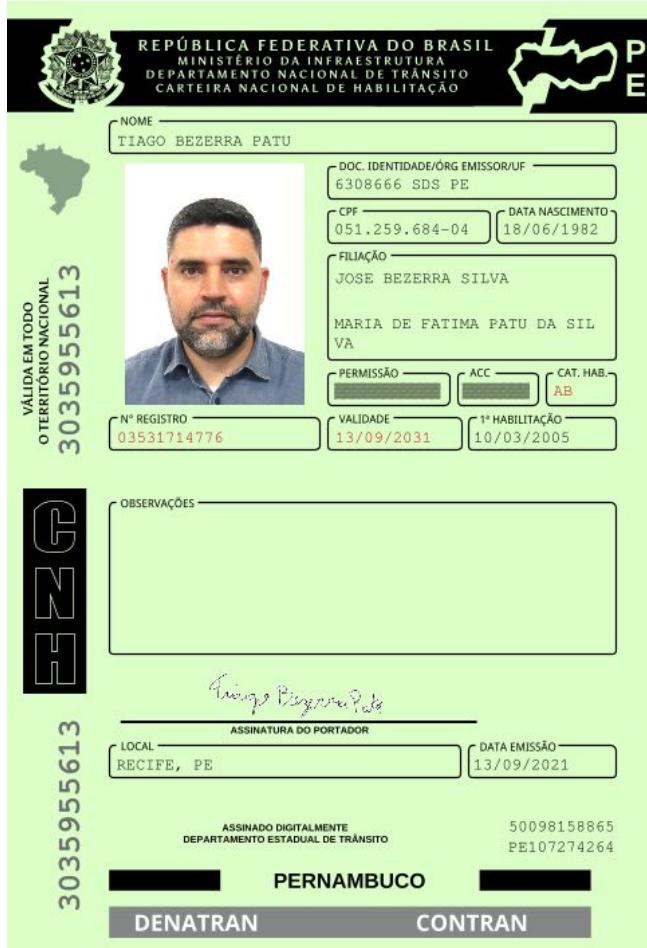
- ✓ RENATO HODLICH FIGUEIREDO (CPF 121.109.978-42) em 07/06/2022 09:41

Para verificar as assinaturas acesse <https://assinatura.e-notariado.org.br/validate> e informe o código de validação ou siga o link a abaixo:

<https://assinatura.e-notariado.org.br/validate/SGSK4-33Y2H-SUUFR-4VHYH>

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 60.701.190/0001-04 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 22/08/1944
NOME EMPRESARIAL ITAU UNIBANCO S.A.			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EST UNIF			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.22-1-00 - Bancos múltiplos, com carteira comercial			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada			
LOGRADOURO PC ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA 100		NÚMERO .	COMPLEMENTO TORRE OLAVO SETUBAL
CEP 04.344-902	BAIRRO/DISTRITO PARQUE JABAQUARA	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO ITAUJUDICIAL@ITAU-UNIBANCO.COM.BR		TELEFONE (11) 3003-4828	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/07/2022 às 11:57:28** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ITAU UNIBANCO S.A.
CNPJ: 60.701.190/0001-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 12:01:31 do dia 17/05/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/11/2022.

Código de controle da certidão: **4994.59E5.7002.F286**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 60.701.190/0001-04

Razão Social: ITAU UNIBANCO SA

Endereço: PCA ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA 100 TORRE OLAVO / PARQUE JABAQUARA / SAO PAULO / SP / 04344-902

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Emitido em atendimento a determinação judicial.

Validade: 18/07/2022 a 16/08/2022

Certificação Número: 2022071807333561326007

Informação obtida em 18/07/2022 10:27:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS COM EFEITO DE NEGATIVA

Nome: ITAU UNIBANCO S.A. (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 60.701.190/0001-04

Certidão nº: 22966778/2022

Expedição: 20/07/2022, às 10:03:17

Validade: 16/01/2023 – 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ITAU UNIBANCO S.A. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **60.701.190/0001-04**, **CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

0012600-65.1995.5.01.0005 – TRT 01ª Região * (5ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0293900-67.1992.5.01.0006 – TRT 01ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0155700-75.1995.5.01.0006 – TRT 01ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0012100-25.1997.5.01.0006 – TRT 01ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0064700-23.1997.5.01.0006 – TRT 01ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0107100-13.2001.5.01.0006 – TRT 01ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0094700-59.2004.5.01.0006 – TRT 01ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0138600-92.2004.5.01.0006 – TRT 01ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0067500-55.1996.5.01.0007 – TRT 01ª Região * (7ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0179300-51.1997.5.01.0008 – TRT 01ª Região * (8ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0218700-16.1990.5.01.0009 – TRT 01ª Região * (9ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0029600-31.1993.5.01.0011 – TRT 01ª Região * (11ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0134100-65.2004.5.01.0011 – TRT 01ª Região * (11ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)

0001143-22.2012.5.01.0011 – TRT 01ª Região * (11ª VARA DO TRABALHO DO RIO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

DE JANEIRO)

0147600-66.2002.5.01.0013 - TRT 01ª Região * (13ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0001063-52.2012.5.01.0013 - TRT 01ª Região * (13ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0139200-72.1993.5.01.0015 - TRT 01ª Região * (15ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0161400-10.2006.5.01.0018 - TRT 01ª Região * (18ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0087200-93.2001.5.01.0022 - TRT 01ª Região * (22ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0050700-49.2006.5.01.0023 - TRT 01ª Região * (23ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0010091-34.2014.5.01.0026 - TRT 01ª Região * (26ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0100332-44.2020.5.01.0026 - TRT 01ª Região * (26ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0201000-26.1997.5.01.0027 - TRT 01ª Região * (27ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0000900-98.1987.5.01.0029 - TRT 01ª Região * (29ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0073700-12.1996.5.01.0029 - TRT 01ª Região * (29ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0000185-79.2012.5.01.0029 - TRT 01ª Região * (29ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0010194-95.2015.5.01.0029 - TRT 01ª Região * (29ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0067000-16.1993.5.01.0032 - TRT 01ª Região * (32ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0198800-37.1988.5.01.0035 - TRT 01ª Região * (35ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0178100-23.1991.5.01.0039 - TRT 01ª Região * (39ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0001003-89.2012.5.01.0042 - TRT 01ª Região * (42ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0145900-22.2003.5.01.0045 - TRT 01ª Região * (45ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0173400-98.1996.5.01.0048 - TRT 01ª Região * (48ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0201300-35.1996.5.01.0055 - TRT 01ª Região * (55ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0038500-16.1994.5.01.0060 - TRT 01ª Região * (60ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

DE JANEIRO)

0204200-39.1997.5.01.0060 - TRT 01ª Região * (60ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0011231-92.2014.5.01.0062 - TRT 01ª Região * (62ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0136100-34.2008.5.01.0064 - TRT 01ª Região * (64ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0193500-20.1996.5.01.0066 - TRT 01ª Região * (66ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0134700-19.1998.5.01.0069 - TRT 01ª Região * (69ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0144700-31.2005.5.01.0070 - TRT 01ª Região ** (70ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0094700-10.1994.5.01.0071 - TRT 01ª Região * (71ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0100908-24.2019.5.01.0074 - TRT 01ª Região * (74ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO)
0187100-66.2004.5.01.0241 - TRT 01ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE NITERÓI)
0053600-37.2000.5.01.0242 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE NITERÓI)
0126000-78.2002.5.01.0242 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE NITERÓI)
0268400-81.2003.5.01.0242 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE NITERÓI)
0101100-30.1999.5.01.0244 - TRT 01ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE NITERÓI)
0000483-28.2012.5.01.0302 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE PETRÓPOLIS)
0000576-88.2012.5.01.0302 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE PETRÓPOLIS)
0001647-62.2011.5.01.0302 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE PETRÓPOLIS)
0017500-59.1984.5.01.0302 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE PETRÓPOLIS)
0101047-68.2019.5.01.0302 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE PETRÓPOLIS)
0178100-34.1996.5.01.0302 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE PETRÓPOLIS)
0296300-69.1999.5.01.0342 - TRT 01ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE VOLTA REDONDA)
0100835-26.2016.5.01.0343 - TRT 01ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

VOLTA REDONDA)

0001267-17.2011.5.01.0471 - TRT 01ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE ITAPERUNA)
0052400-93.1996.5.01.0481 - TRT 01ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE MACAÉ)
0251600-76.1999.5.01.0481 - TRT 01ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE MACAÉ)
0011600-06.1991.5.01.0511 - TRT 01ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE NOVA FRIBURGO)
0043000-23.2000.5.01.0511 - TRT 01ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE NOVA FRIBURGO)
0151200-80.1993.5.02.0014 - TRT 02ª Região ** (14ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)
0138000-30.1998.5.02.0014 - TRT 02ª Região ** (14ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)
0312100-60.1995.5.02.0016 - TRT 02ª Região * (16ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)
0333800-41.1999.5.02.0020 - TRT 02ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)
0001626-71.2012.5.02.0028 - TRT 02ª Região * (28ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)
0131100-36.2005.5.02.0030 - TRT 02ª Região * (30ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)
0099700-27.2007.5.02.0032 - TRT 02ª Região ** (32ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)
0002665-85.2012.5.02.0034 - TRT 02ª Região * (34ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)
0078700-97.2000.5.02.0037 - TRT 02ª Região * (37ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)
0002879-06.2013.5.02.0046 - TRT 02ª Região * (46ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)
0201400-07.1998.5.02.0050 - TRT 02ª Região * (50ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)
0254400-63.2005.5.02.0053 - TRT 02ª Região ** (53ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)
0002014-94.2011.5.02.0064 - TRT 02ª Região * (64ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)
0002532-94.2010.5.02.0072 - TRT 02ª Região ** (72ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)
0105200-97.2007.5.02.0089 - TRT 02ª Região * (89ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO)
0000790-19.2013.5.02.0431 - TRT 02ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

SANTO ANDRÉ)

0010135-34.2015.5.03.0003 - TRT 03ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE)
0000777-67.2010.5.04.0011 - TRT 04ª Região * (11ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)
0001492-41.2012.5.04.0011 - TRT 04ª Região * (11ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)
0057800-46.2007.5.04.0020 - TRT 04ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)
0096100-77.2007.5.04.0020 - TRT 04ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)
0001001-75.2010.5.04.0020 - TRT 04ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)
0000037-77.2013.5.04.0020 - TRT 04ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)
0000184-06.2013.5.04.0020 - TRT 04ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)
0020009-27.2013.5.04.0022 - TRT 04ª Região * (22ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)
0107300-03.2006.5.04.0025 - TRT 04ª Região * (25ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)
0000170-29.2012.5.04.0029 - TRT 04ª Região * (29ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)
0198600-31.2006.5.04.0030 - TRT 04ª Região * (30ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)
0000619-18.2011.5.04.0030 - TRT 04ª Região * (30ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE)
0000201-35.2010.5.04.0121 - TRT 04ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE RIO GRANDE)
0000108-98.2012.5.04.0122 - TRT 04ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE RIO GRANDE)
0020370-64.2015.5.04.0122 - TRT 04ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE RIO GRANDE)
0010787-98.2012.5.04.0271 - TRT 04ª Região * (VARA DO TRABALHO DE OSÓRIO)
0000092-40.2013.5.04.0404 - TRT 04ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE CAXIAS DO SUL)
0001678-83.2011.5.04.0404 - TRT 04ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE CAXIAS DO SUL)
0022020-42.2016.5.04.0404 - TRT 04ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE CAXIAS DO SUL)
0000291-30.2014.5.04.0662 - TRT 04ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE PASSO FUNDO)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0080900-57.2009.5.04.0732 - TRT 04ª Região ** (2ª VARA DO TRABALHO DE SANTA CRUZ DO SUL)
0152300-14.2009.5.04.0771 - TRT 04ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE LAJEADO)
0000089-09.2012.5.04.0861 - TRT 04ª Região * (VARA DO TRABALHO DE SÃO GABRIEL)
0014300-72.1998.5.05.0001 - TRT 05ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0057900-24.1990.5.05.0002 - TRT 05ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0106400-16.2007.5.05.0006 - TRT 05ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0052400-10.2005.5.05.0015 - TRT 05ª Região * (15ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0021100-83.1994.5.05.0025 - TRT 05ª Região * (25ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000944-23.2012.5.05.0032 - TRT 05ª Região * (32ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0124400-11.2006.5.05.0035 - TRT 05ª Região * (35ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0061700-93.2006.5.05.0036 - TRT 05ª Região * (36ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0180900-88.2006.5.05.0038 - TRT 05ª Região * (38ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0071500-37.2009.5.05.0038 - TRT 05ª Região * (38ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0000451-28.2012.5.05.0038 - TRT 05ª Região * (38ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR)
0001548-43.2010.5.05.0132 - TRT 05ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE CAMAÇARI)
0094600-83.2005.5.05.0192 - TRT 05ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE FEIRA DE SANTANA)
0170900-31.1997.5.06.0001 - TRT 06ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0145100-30.1999.5.06.0001 - TRT 06ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0152400-27.1996.5.06.0008 - TRT 06ª Região * (8ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
9418400-56.2002.5.06.0008 - TRT 06ª Região * (8ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0000588-73.2012.5.06.0008 - TRT 06ª Região * (8ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0138300-87.1998.5.06.0011 - TRT 06ª Região * (11ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
9886100-66.2002.5.06.0013 - TRT 06ª Região * (13ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0000789-84.2011.5.06.0013 - TRT 06ª Região * (13ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0001375-53.2013.5.06.0013 - TRT 06ª Região * (13ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0055100-13.1997.5.06.0014 - TRT 06ª Região * (14ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0000511-56.2011.5.06.0022 - TRT 06ª Região * (22ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE)
0137100-14.2003.5.06.0191 - TRT 06ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE IPOJUCA)
4000100-45.1999.5.06.0351 - TRT 06ª Região * (VARA ÚNICA DO TRABALHO DE GARANHUNS)
0010086-39.2012.5.07.0018 - TRT 07ª Região * (18ª VARA DO TRABALHO DE FORTALEZA)
1930500-59.2002.5.09.0002 - TRT 09ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
0512100-88.1993.5.09.0004 - TRT 09ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
0508500-02.2006.5.09.0005 - TRT 09ª Região * (5ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
0959600-64.2002.5.09.0006 - TRT 09ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
0354201-03.2002.5.09.0007 - TRT 09ª Região * (7ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
2130600-15.2002.5.09.0007 - TRT 09ª Região * (7ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
9952701-83.2005.5.09.0007 - TRT 09ª Região ** (7ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
0301600-17.2002.5.09.0008 - TRT 09ª Região * (8ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
0505300-57.1992.5.09.0011 - TRT 09ª Região * (11ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
2110100-33.2004.5.09.0014 - TRT 09ª Região * (14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
9951500-35.2005.5.09.0014 - TRT 09ª Região * (14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
3195100-08.2009.5.09.0014 - TRT 09ª Região * (14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

1648800-69.2003.5.09.0015 - TRT 09ª Região * (15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
9951700-02.2006.5.09.0016 - TRT 09ª Região ** (16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
0049100-28.2002.5.09.0017 - TRT 09ª Região * (VARA DO TRABALHO DE JACAREZINHO)
0400400-47.2002.5.09.0019 - TRT 09ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE LONDRINA)
0000929-70.2012.5.09.0023 - TRT 09ª Região * (VARA DO TRABALHO DE PARANAVAÍ)
0002864-77.2014.5.09.0023 - TRT 09ª Região * (VARA DO TRABALHO DE PARANAVAÍ)
0065700-63.2003.5.09.0026 - TRT 09ª Região * (VARA DO TRABALHO DE UNIÃO DA VITÓRIA)
1268601-23.2005.5.09.0029 - TRT 09ª Região * (20ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)
0044200-65.2001.5.09.0072 - TRT 09ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE PATO BRANCO)
0048600-88.2002.5.09.0072 - TRT 09ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE PATO BRANCO)
0057800-17.2005.5.09.0072 - TRT 09ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE PATO BRANCO)
9962101-23.2005.5.09.0072 - TRT 09ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE PATO BRANCO)
0079200-75.2001.5.09.0089 - TRT 09ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE APUCARANA)
0178600-29.1996.5.09.0092 - TRT 09ª Região * (VARA DO TRABALHO DE CIANORTE)
0001340-71.2010.5.09.0092 - TRT 09ª Região * (VARA DO TRABALHO DE CIANORTE)
0067800-52.2001.5.09.0093 - TRT 09ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE CORNÉLIO PROCÓPIO)
0000148-32.2012.5.09.0093 - TRT 09ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE CORNÉLIO PROCÓPIO)
0001019-52.2015.5.09.0127 - TRT 09ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE CORNÉLIO PROCÓPIO)
0000217-20.2016.5.09.0127 - TRT 09ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE CORNÉLIO PROCÓPIO)
9953400-25.2006.5.09.0303 - TRT 09ª Região ** (3ª VARA DO TRABALHO DE FOZ DO IGUAÇU)
0202300-22.2002.5.09.0513 - TRT 09ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE LONDRINA)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

9951100-86.2006.5.09.0660 - TRT 09ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE PONTA GROSSA)
0000620-09.2011.5.09.0662 - TRT 09ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE MARINGÁ)
0001732-70.2012.5.09.0664 - TRT 09ª Região * (5ª VARA DO TRABALHO DE LONDRINA)
0009400-20.2002.5.09.0672 - TRT 09ª Região * (VARA DO TRABALHO DE WENCESLAU BRAZ)
0163900-02.2006.5.09.0673 - TRT 09ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DE LONDRINA)
0001657-16.2012.5.09.0863 - TRT 09ª Região * (7ª VARA DO TRABALHO DE LONDRINA)
0001560-15.2015.5.10.0012 - TRT 10ª Região * (12ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA - DF)
0236701-92.2004.5.15.0001 - TRT 15ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS)
0081000-85.2007.5.15.0017 - TRT 15ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO)
0023200-66.2007.5.15.0028 - TRT 15ª Região ** (1ª VARA DO TRABALHO DE CATANDUVA)
0100800-02.2008.5.15.0038 - TRT 15ª Região * (VARA DO TRABALHO DE BRAGANÇA PAULISTA)
0001645-37.2010.5.15.0044 - TRT 15ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO)
0000252-09.2012.5.15.0044 - TRT 15ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO)
0158500-17.2006.5.15.0066 - TRT 15ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE RIBEIRÃO PRETO)
0011301-96.2017.5.15.0068 - TRT 15ª Região * (VARA DO TRABALHO DE ADAMANTINA)
0001523-43.2011.5.15.0091 - TRT 15ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE BAURU)
0011463-45.2019.5.15.0093 - TRT 15ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS)
0011448-67.2015.5.15.0109 - TRT 15ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE SOROCABA)
0085600-52.2007.5.15.0114 - TRT 15ª Região * (9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS)
0002301-13.2013.5.15.0133 - TRT 15ª Região * (4ª VARA DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO)
0496000-74.2006.5.15.0153 - TRT 15ª Região * (6ª VARA DO TRABALHO DE RIBEIRÃO PRETO)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0054301-16.2005.5.17.0003 - TRT 17ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA)
0028200-57.2010.5.17.0005 - TRT 17ª Região * (5ª VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA)
0165901-35.2002.5.17.0007 - TRT 17ª Região * (7ª VARA DO TRABALHO DE VITÓRIA)
0000533-81.2010.5.18.0001 - TRT 18ª Região * (1ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA)
0002413-19.2012.5.18.0008 - TRT 18ª Região * (8ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA)
0188800-83.2005.5.18.0010 - TRT 18ª Região * (10ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA)
0137500-81.2007.5.20.0002 - TRT 20ª Região * (2ª VARA DO TRABALHO DE ARACAJU)
0030900-95.2005.5.20.0005 - TRT 20ª Região * (5ª VARA DO TRABALHO DE ARACAJU)
0131500-37.2009.5.22.0003 - TRT 22ª Região * (3ª VARA DO TRABALHO DE TERESINA)

* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

** Débito com exigibilidade suspensa.

Total de processos: 191.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário, penhora de bens suficientes ou, ainda, tenha sido deferida, no caso de empresa, a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

sua recuperação judicial, de acordo com a Lei 11.101/2005.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Certidão de Pessoa Jurídica não inscrita no Cadastro de Contribuintes

CNPJ 60.701.190/0001-04

Não existe Inscrição Estadual no cadastro de contribuintes do Estado de São Paulo associado ao CNPJ 60.701.190/0001-04 até a data e hora de emissão desta certidão.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio <https://www.cadesp.fazenda.sp.gov.br>.

Data e hora de emissão: 15/07/2022 11:55:36

Código de controle da certidão: 1ea0ba48-e76c-4f42-9749-daf11899948c

Obs.: esta certidão não é válida para produtores rurais.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Positiva de Débitos Inscritos na Dívida Ativa

CNPJ BASE: 60701190

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

Inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a) constam os seguintes débitos tributários:

Relativos a: Multa Ipcá
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.701.190/0001-04 **IE:**
Situação: Inscrito / Garantia: SEGURO GARANTIA
CDA
1.152.667.110.1.219.714.172



Assinado com senha por VALERIA LUCHIARI MAGALHAES - PROCURADORA DO ESTADO / PF-5-CPEN-1000061 - 15/06/2022 às 22:26:28.

Autenticado com senha por VALERIA LUCHIARI MAGALHAES - PROCURADORA DO ESTADO / PF-5-CPEN-1000061 - 15/06/2022 às 22:26:26.

15/06/2022 às 22:20:20.
Documento N°: 44645214-6898 - consulta à autenticidade em

<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigae/public/app/autenticar?n=44645214-6898>

DGENDC12022114582

SIGA >



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Positiva de Débitos

Inscritos na Dívida Ativa

CNPJ BASE: 60701190

Local de emissão :	Responsável :
PGE	

CRDA nº 37045756	Folha	2 de	5
Data e hora da emissão 15/06/2022 22:20:28 (horário de Brasília)			
Prazo de validade da certidão: 180 (CENTO E OITENTA) dia(s) conforme portaria SubG CTF 20/2021			

A standard linear barcode is positioned vertically on the left side of the page. To its right, the text "BGEDEC002211582" is printed vertically.

Assinado com senha por VALERIA LUCHIARI MAGALHAES - PROCURADORA DO ESTADO / PF-5-CPEN-1000061 - 15/06/2022 às 22:26:28

15/06/2022 às 22:26:28.
Autenticado com senha por VALERIA LUCHIARI MAGALHAES - PROCURADORA DO ESTADO / PF-5-CPEN-1000061 -
15/06/2022 às 22:26:26

15/06/2022 às 22:26:26.
Documento Nº: 44645214-6898 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaeq/public/app/autenticar?p=44645214-6898>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Positiva de Débitos Inscritos na Dívida Ativa

CNPJ BASE: 60701190

Relativos a: Multa Ipcá
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.701.190/0001-04 **IE:** 100000000000000
Situação: Inscrito / Suspensão
CDA

Relativos a: Multas
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.701.190/0001-04
Situação: Inscrito / Suspenso
CDA

Relativos a: IPVA
Origem: SECRETARIA DA FAZENDA
CNPJ: 60.701.190/0001-04
Situação: Inscrito / Suspenso / Garantia: DEPÓSITO JUDICIAL
CDA

Relativos a: Multa Ipcá
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.701.190/0001-04 **IE:**
Situação: Inscrito / Suspensa / Garantia: DÉPÓSITO JUDICIAL
CDA

Relativos a:	Multa Ipcा
Origem:	FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ:	60.701.190/0114-83
Situação:	Inscrito / Suspenso / Garantia: <u>DEPÓSITO JUDICIAL</u>
CDA	
1.319.582.082	
Relativos a:	Multa Ipcा
Origem:	FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ:	60.701.190/0114-83
I-	
I-	

Assinado com senha por VALERIA LUCHIARI MAGALHAES - PROCURADORA DO ESTADO / PF-5-CPEN-1000061 - 15/06/2022 às 22:26:28.
Autenticado com senha por VALERIA LUCHIARI MAGALHAES - PROCURADORA DO ESTADO / PF-5-CPEN-1000061 - 15/06/2022 às 22:26:26.
Documento Nº: 44645214-6898 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigae/public/app/autenticar?n=44645214-6898>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Positiva de Débitos
Inscritos na Dívida Ativa

CNPJ BASE: 60701190

Situação: Inscrito / Suspensão / Garantia: DÉPÓSITO JUDICIAL
CDA 1.308.074.830
Relativos a: Multa Ipcá
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.701.190/0623-98 IE:
Situação: Inscrito / Suspensão / Garantia: DÉPÓSITO JUDICIAL
CDA 1.308.771.699
Relativos a: Multa Ipcá
Origem: FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
CNPJ: 60.701.190/0001-04 IE:
Situação: Inscrito / Suspensão / Garantia: SEGURO GARANTIA
CDA 1.308.421.808

Anotação PGE:

A CERTIDÃO POSITIVA TEM EFEITO DE NEGATIVA PARA O(S) DÉBITO(S) ACIMA CITADO(S) CONFORME MANIFESTAÇÃO DA PGE EXARADA EM 15/06/2022 NO PGE-EXP-2022/17483.
PARA ELABORAÇÃO DA CERTIDÃO FORAM PESQUISADOS TODOS OS DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA ATÉ A PRESENTE DATA.

Final da Certidão _____

Local de emissão :	Responsável :
PGE	
CRDA nº 37045756 Data e hora da emissão 15/06/2022 22:20:28 (horário de Brasília) Prazo de validade da certidão: 180 (CENTO E OITENTA) dia(s) conforme portaria SubG CTF 20/2021	Folha 5 de 5

Assinado com senha por VALERIA LUCHIARI MAGALHAES - PROCURADORA DO ESTADO / PF-5-CPEN-1000061 - 15/06/2022 às 22:26:28.
Autenticado com senha por VALERIA LUCHIARI MAGALHAES - PROCURADORA DO ESTADO / PF-5-CPEN-1000061 - 15/06/2022 às 22:26:26.
Documento Nº: 44645214-6898 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=44645214-6898>



PGEDC202211582



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO
FAZENDA**

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0544544 - 2022

CPF/CNPJ Raiz: 60.701.190/

Contribuinte: ITAU UNIBANCO S.A.

Liberação: 21/06/2022

Validade: 18/12/2022

Tributos Abrangidos: Imposto Sobre Serviços - ISS

Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento

Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA

Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE

Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)

Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 1.023.917-0- Início atv :20/06/73 (PC ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA, 00100 - CEP: 04344-902)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR**. Certificamos que os Alis 0060465492, 0060467487, 0060469536, 0060470178, 0060470186, 0060470216, 0060470321, 0063192632, 0063192640, 0066569753, 0066569770, 0066569800, 0066569818 e 0066569826 estão com a sua exigibilidade suspensa (6017.2021/0031540-0). Certificamos também que a presente certidão é válida somente para o CCM 1.023.917-0 (6017.2021/0031546-0)*****

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.

Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 10:00:00 horas do dia 24/06/2022 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: D275192F

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Secretaria Municipal da Fazenda

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Imobiliários

Certidão Número: 0000172301-2022
Número do Contribuinte: 089.314.0052-7
Nome do Contribuinte: INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL
Local do Imóvel: AV ENG ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA , 774 , BL A B C , JABAQUARA - CEP: 04308-000
Cep: 04308-000
Liberação: 22/02/2022
Validade: 21/08/2022

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria-Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano, Taxa de Limpeza Pública, Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, Taxa de Combate e Sinistros e Contribuição de Melhoria incidentes sobre o imóvel acima identificado inscritos e não inscritos na Dívida Ativa até a presente data é: **REGULAR.** .

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>. Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 4 , de 05 de janeiro de 2012; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 10:32:19 horas do dia 22/02/2022 (hora e data de Brasília)

Código de autenticidade: E8B3F5D2

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>

Secretaria Municipal da Fazenda (SF)

Atualização de Dados Cadastrais do IPTU

 Atualização feita pelo COMPRADOR Atualização feita pelo VENDEDOR**DADOS DO IMÓVEL**Número de Cadastro no IPTU: **089.314.0052-7**

Endereço do Imóvel:

AV ENG ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA

Número: **00774**

Complemento:

BL A B C

Cep:

04308-000**DADOS DO NOVO CONTRIBUINTE (preencher se houver alteração na propriedade do imóvel)**

Nome do contribuinte:

 *

CPF/CNPJ:

 *

Tipo de documento de propriedade:

 Selecionar um item

Número da Matrícula:

Número do Cartório:

DATA DA AQUISIÇÃO DO IMÓVEL(data do registro na matrícula,data do contrato ou data da escritura):

 Anexar Documentos

Selecionar o documento

 Escolher arquivo | Nenhum arquivo selecionado

*São permitidos até 5 arquivos do tipo PDF

Nome do Arquivo

Anexado em

Status

Excluir

ENDEREÇO DE ENTREGA DA NOTIFICAÇÃO DO IPTUO endereço de ENTREGA da notificação do IPTU é igual ao endereço do imóvel? Sim Não***DATA DE PAGAMENTO DO IPTU**

Escolha o dia do mês para pagar o seu IPTU:

 Selecionar...

<< Página Anterior

Encaminhar



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Secretaria Municipal da Fazenda

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Imobiliários

Certidão Número: 0000165937-2022
Número do Contribuinte: 089.562.0302-4
Nome do Contribuinte: INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL
Local do Imóvel: R TTE MAURO DE MIRANDA , 36 , BLOCO D , PQUE JABAQUARA - CEP: 04345-030
Cep: 04345-030
Liberação: 21/02/2022
Validade: 20/08/2022

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria-Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano, Taxa de Limpeza Pública, Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, Taxa de Combate e Sinistros e Contribuição de Melhoria incidentes sobre o imóvel acima identificado inscritos e não inscritos na Dívida Ativa até a presente data é: **REGULAR** .

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>. Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 4 , de 05 de janeiro de 2012; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 10:36:05 horas do dia 22/02/2022 (hora e data de Brasília)

Código de autenticidade: B81A9532

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>

Secretaria Municipal da Fazenda (SF)

Atualização de Dados Cadastrais do IPTU

 Atualização feita pelo COMPRADOR Atualização feita pelo VENDEDOR**DADOS DO IMÓVEL**Número de Cadastro no IPTU: **089.562.0302-4**

Endereço do Imóvel:

R TTE MAURO DE MIRANDA

Número: **00036**

Complemento:

BLOCO D

Cep:

04345-030**DADOS DO NOVO CONTRIBUINTE (preencher se houver alteração na propriedade do imóvel)**

Nome do contribuinte:

 *

CPF/CNPJ:

 *

Tipo de documento de propriedade:

 Selecionar um item

Número da Matrícula:

Número do Cartório:

DATA DA AQUISIÇÃO DO IMÓVEL(data do registro na matrícula,data do contrato ou data da escritura):

 Anexar Documentos

Selecionar o documento

 Escolher arquivo | Nenhum arquivo selecionado

*São permitidos até 5 arquivos do tipo PDF

Nome do Arquivo

Anexado em

Status

Excluir

ENDEREÇO DE ENTREGA DA NOTIFICAÇÃO DO IPTUO endereço de ENTREGA da notificação do IPTU é igual ao endereço do imóvel? Sim Não***DATA DE PAGAMENTO DO IPTU**

Escolha o dia do mês para pagar o seu IPTU:

 Selecionar...

<< Página Anterior

Encaminhar



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Secretaria Municipal da Fazenda

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Imobiliários

Certidão Número: 0000172353-2022
Número do Contribuinte: 047.194.0355-7
Nome do Contribuinte: INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL
Local do Imóvel: AV DR HUGO BEOLCHI , 900 , BLOCO E , PQUE JABAQUARA
- CEP: 04310-030
Cep: 04310-030
Liberação: 22/02/2022
Validade: 21/08/2022

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria-Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano, Taxa de Limpeza Pública, Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, Taxa de Combate e Sinistros e Contribuição de Melhoria incidentes sobre o imóvel acima identificado inscritos e não inscritos na Dívida Ativa até a presente data é: **REGULAR.** .

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>. Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 4 , de 05 de janeiro de 2012; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 10:38:58 horas do dia 22/02/2022 (hora e data de Brasília)

Código de autenticidade: 6B8DB7F6

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>

Secretaria Municipal da Fazenda (SF)

Atualização de Dados Cadastrais do IPTU

 Atualização feita pelo COMPRADOR Atualização feita pelo VENDEDOR**DADOS DO IMÓVEL**Número de Cadastro no IPTU: **047.194.0355-7**

Endereço do Imóvel:

AV DR HUGO BEOLCHI

Número: **00900**

Complemento:

BLOCO E

Cep:

04310-030**DADOS DO NOVO CONTRIBUINTE (preencher se houver alteração na propriedade do imóvel)**

Nome do contribuinte:

 *

CPF/CNPJ:

 *

Tipo de documento de propriedade:

 Selecionar um item

Número da Matrícula:

Número do Cartório:

 DATA DA AQUISIÇÃO DO IMÓVEL(data do registro na matrícula,data do contrato ou data da escritura): **Anexar Documentos**

Selecionar o documento

 Escolher arquivo | Nenhum arquivo selecionado

*São permitidos até 5 arquivos do tipo PDF

Nome do Arquivo

Anexado em

Status

Excluir

ENDEREÇO DE ENTREGA DA NOTIFICAÇÃO DO IPTUO endereço de ENTREGA da notificação do IPTU é igual ao endereço do imóvel? Sim Não***DATA DE PAGAMENTO DO IPTU**

Escolha o dia do mês para pagar o seu IPTU:

 Selecionar...

<< Página Anterior

Encaminhar



Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal de Finanças

Departamento de Arrecadação e Cobrança

FDC - Ficha de dados cadastrais

Cadastro de Contribuintes Mobiliários-CCM

CNPJ: 60.701.190/0001-04

C.C.M: 1.023.917-0

Contribuinte	: ITAU UNIBANCO S.A.
Pessoa Jurídica	: Comum
Tipo de unidade	:
Endereço	: PC ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA 00100 TORRE OLAVO SETUBAL
Bairro	: PARQUE JABAQUARA
CEP	: 04344-902
Telefone	: Não Consta
Início de Funcionamento	: 22/09/1944
Data de Inscrição	: 20/06/1973
CCM Centralizador	: 2.473.833-6
Tipo de Endereço	: Comercial
Nro. do Contribuinte de IPTU	: 089.562.0302-4
Última Atualização Cadastral	: 06/04/2021
Credenciamento DEC	: 06/05/2016



Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal de Finanças

Departamento de Arrecadação e Cobrança

FDC - Ficha de dados cadastrais

Cadastro de Contribuintes Mobiliários-CCM

CNPJ: 60.701.190/0001-04

C.C.M: 1.023.917-0

Código(s) de tributo(s)				
Código	Data de Início	Tributo	Alíquota do Imposto	Qtd.Anúncios
2447	15/11/2017	ISS	5	
2461	01/03/2004	ISS	5	
2660	13/02/2018	ISS	2,9	
2684	13/02/2018	ISS	2,9	
3093	01/03/2004	ISS	5	
3115	01/03/2004	ISS	5	
3158	01/03/2004	ISS	5	
3204	01/03/2004	ISS	5	
5870	01/01/2008	ISS	5	
5871	01/01/2008	ISS	5	
5872	01/01/2008	ISS	5	
5873	01/01/2008	ISS	5	
5874	01/01/2008	ISS	5	
5875	01/01/2008	ISS	5	
5876	01/01/2008	ISS	5	
5877	01/01/2008	ISS	5	
5878	01/01/2008	ISS	5	
5879	01/01/2008	ISS	5	
5881	01/01/2008	ISS	5	
5885	01/01/2008	ISS	5	
5886	01/01/2008	ISS	5	
5887	09/07/2011	ISS	2	
5889	09/07/2011	ISS	5	
5891	09/07/2011	ISS	5	
5893	09/07/2011	ISS	5	
6076	01/03/2004	ISS	5	
6297	01/03/2004	ISS	5	
6299	01/01/2022	ISS	2	
6301	01/01/2022	ISS	2	
6817	01/01/2022	ISS	2	
32107	01/01/2003	TFE	-	
51349	01/01/2003	TFA	-	1



Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal de Finanças

Departamento de Arrecadação e Cobrança

FDC - Ficha de dados cadastrais

Cadastro de Contribuintes Mobiliários-CCM

CNPJ: 60.701.190/0001-04

C.C.M: 1.023.917-0



Dados da dependência

Tipo de dependência	Posto de Atendimento Eletrônico - PAE
Código interno da dependência	
Possui contabilidade própria	N
Sufixo do unificador contábil	0001-04

Expedida em 18/05/2022 via Internet com base na Portaria SF nº 018/2004, de 25 de março de 2004.

A Ficha de Dados Cadastrais (FDC) tem os mesmos efeitos da Declaração Cadastral, informando a condição cadastral mobiliária do contribuinte perante a municipalidade (ativo ou cancelado), além de outros dados cadastrados no órgão fiscal emissor do presente documento, sendo válida por 3 meses a contar da data de emissão.

Código para verificação de autenticidade: **Ci7f6H5J**

Data de validade: **18/08/2022**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS



CERTIDÃO N°: 8547259

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 04/07/2022, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

ITAÚ UNIBANCO S.A., CNPJ: 60.701.190/0001-04, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 5 de julho de 2022.

PEDIDO N°:

0058545277



Itaú Unibanco S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Apresentamos as Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco S.A., relativas aos períodos de 31/12/2021 e 31/12/2020 para contas patrimoniais e de 01/01 a 31/12 de 2021 e de 2020 para resultado, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e o Conselho Monetário Nacional (CMN).

Resultado e Patrimônio Líquido

O Lucro Líquido do Itaú Unibanco S.A. no período alcançou R\$ 20.862 milhões e o Patrimônio Líquido R\$ 115.508 milhões. O Lucro Líquido por ação foi de R\$ 3,13.

Ativos e Recursos Captados

Os Ativos totalizaram R\$ 1.527.403 milhões e estavam substancialmente formados por R\$ 749.510 milhões de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 404.836 milhões de Operações de Crédito

e Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos e R\$ 107.194 milhões de Investimentos em Coligadas e Controladas. Os Recursos Captados e Administrados representaram R\$ 1.299.386 milhões.

Circular nº 3.068/01 - BACEN

O Itaú Unibanco S.A. declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos assim classificados, no montante de R\$ 129.165 milhões, representando apenas 29,0% do total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que nos é depositada.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				Circulante e Não Circulante			
Circulante e Não Circulante		1.404.619.564	1.393.113.752	Depósitos		1.411.599.324	1.397.907.538
Disponibilidades	2c I	13.176.247	16.825.251	Depósitos à Vista	2c II, 6a	758.715.836	722.008.308
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2c II, 3	304.770.156	365.312.999	Depósitos de Poupança		100.184.948	85.168.923
Aplicações no Mercado Aberto		159.815.337	236.562.432	Depósitos Interfinanceiros		167.023.583	160.543.008
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		139.154.819	128.750.567	Depósitos a Prazo		65.859.536	78.475.172
Aplicações Voluntárias no Banco Central do Brasil		5.800.000	--	Captações no Mercado Aberto		425.647.769	397.821.205
Títulos e Valores Mobiliários	2c III, 4a	381.513.196	344.741.521	Carteira Própria	2c II, 6a	302.452.760	309.099.951
Carteira Própria		191.981.791	209.453.562	Carteira de Terceiros		101.867.837	55.109.282
Vinculados a Compromissos de Recompra		102.685.440	55.816.585	Carteira Livre Movimentação		137.798.549	173.721.957
Vinculados a Prestação de Garantias		26.947.200	12.701.320	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		62.786.374	80.268.712
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		59.893.598	60.751.377	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	6a	90.910.857	86.158.013
Vinculados ao Banco Central do Brasil		5.167	6.018.677	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		79.420.177	73.108.603
Instrumentos Financeiros Derivativos	2c IV, 4e	63.226.646	80.854.142	Captação por Certificados de Operações Estruturadas		10.733.279	12.091.340
Relações Interfinanceiras		121.719.691	102.270.517	Relações Interfinanceiras		757.401	958.070
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		17.092.838	12.187.115	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		846.530	939.447
Depósitos no Banco Central do Brasil	2c II	104.591.977	90.054.317	Correspondentes		495.746	549.321
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		20.601	12.624	Relações Interdependências		350.784	390.126
Correspondentes		14.275	16.461	Recursos em Trânsito de Terceiros		8.798.358	7.632.650
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	5a	372.946.855	310.276.198	Transferências Internas de Recursos		8.797.514	7.583.231
Operações com Características de Concessão de Crédito		396.408.660	336.392.145	Obrigações por Empréstimos e Repasses		844	49.419
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)		(23.461.805)	(26.115.947)	Emprestimos	2c II, 6a	62.642.807	54.612.632
Outros Créditos		145.302.841	171.054.018	Repasses		51.936.704	43.240.785
Ativos Fiscais Correntes		1.629.157	3.990.555	Instrumentos Financeiros Derivativos		10.706.103	11.371.847
Ativos Fiscais Diferidos	9b I	40.748.476	45.225.196	Provisões para Garantias Financeiras Prestadas e Compromissos de Empréstimos	5e	2.785.981	2.522.858
Diversos	8a	102.925.208	121.838.267	Provisões	7b	13.958.042	13.792.521
Outros Valores e Bens	2c VII	1.963.932	1.779.106	Outras Obrigações		107.285.271	119.468.152
Despesas Antecipadas		1.798.415	1.644.306	Obrigações Fiscais Correntes	2c XII, 9b	3.897.564	3.531.109
Outros Valores e Bens		403.638	507.840	Obrigações Fiscais Diferidas	9b II	1.196.055	1.734.576
(Provisões para Desvalorizações)		(238.121)	(373.040)	Diversas	8c	102.191.652	114.202.467
Permanente		122.783.250	117.005.691	Resultado de Exercícios Futuros		294.987	363.480
Investimentos	2c VIII, 10	107.349.541	106.005.166	Patrimônio Líquido	11	115.508.503	111.848.425
Investimentos em Controladas e Coligadas		107.194.444	105.853.668	Capital Social		69.783.971	75.925.426
Outros Investimentos		230.569	226.985	Reservas de Capital		725.088	792.711
(Provisões para Perdas)		(75.472)	(75.487)	Reservas de Reavaliação		4.724	4.905
Imobilizado		4.881.444	4.695.908	Reservas de Lucros		46.861.590	35.102.949
Imóveis		3.614.922	3.373.533	Outros Resultados Abrangentes	2c III, 2c IV, 2c XII	(1.866.870)	22.434
Outras Imobilizações		12.454.884	11.452.692	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.527.402.814	1.510.119.443
(Depreciações Acumuladas)		(11.188.362)	(10.130.317)				
Ágio e Intangível	2c IX	10.552.265	6.304.617				
Ativos Intangíveis		19.175.918	13.095.706				
(Amortizações Acumuladas)		(8.623.653)	(6.791.089)				
Total do Ativo		1.527.402.814	1.510.119.443				

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais)

	Nota	01/07 a	01/01 a	01/01 a		01/07 a	01/01 a	01/01 a
		31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Receitas da Intermediação Financeira		60.246.281	95.726.445	76.552.282	Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado		(8.422.046)	10.713.197
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	2c V	26.280.798	46.749.605	46.587.853	Lucro Líquido / (Prejuízo)		10.782.721	20.861.696
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	2c III	31.837.240	44.972.482	26.865.087	Ajustes ao Lucro Líquido / (Prejuízo):		(19.204.767)	(10.148.499)
Resultado de Operações de Câmbio		(399.169)	411.058	913.446	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		3.214.837	5.584.648
Resultado das Aplicações Compulsórias		2.527.412	3.593.300	2.185.896	Resultado de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		513.521	916.963
Despesas da Intermediação Financeira		(43.920.131)	(55.956.260)	(70.518.750)	Depreciações e Amortizações		1.727.792	3.128.878
Operações de Captação no Mercado	12a	(31.110.662)	(42.875.452)	(45.834.020)	Amortização de Ágio		60.353	135.068
Operações de Empréstimos e Repasses		(12.809.469)	(13.080.808)	(24.684.730)	Tributos Diferidos (excluindo os efeitos fiscais do Hedge)		5.147.330	6.921.408
Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa		16.326.150	39.770.185	6.033.532	Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(57.560)	(170.377)
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa		(2.280.600)	(3.864.631)	(11.409.948)	Despesa de Atualização / Encargos de Provisões		82.631	463.660
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(3.214.837)	(5.584.648)	(13.072.987)	Constituição / (Reversão) Provisões			

Itaú Unibanco S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total
	69.872.676	719.457	4.814	6.620.453	32.556.862	(343.905)	109.430.357
Saldos em 01/07/2021	69.872.676	719.457	4.814	6.620.453	32.556.862	(343.905)	109.430.357
Aumento / (Redução) de Capital	(88.705)	—	—	—	—	—	(88.705)
Realização da Reserva de Reavaliação	—	—	(90)	—	—	90	—
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	—	5.631	—	—	—	—	5.631
Total do Resultado Abrangente	—	—	—	—	—	(1.522.965)	10.782.721
Lucro Líquido / (Prejuízo)	—	—	—	—	—	—	10.782.721
Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda	—	—	—	—	—	(1.552.216)	10.782.721
Remunerações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	—	—	—	—	36.986	—	36.986
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	—	—	—	—	700.205	—	700.205
Ganhos e Perdas - Hedge (1)	—	—	—	—	(707.940)	—	(707.940)
Destinações:							
Reservas	—	—	—	539.129	7.145.146	—	(7.684.275)
Dividendos	—	—	—	—	—	(976.836)	(976.836)
Juros sobre o Capital Próprio	—	—	—	—	—	(2.121.700)	(2.121.700)
Saldos em 31/12/2021	69.783.971	725.088	4.724	7.159.582	39.702.008	(1.866.870)	115.508.503
Mutações do Período	(88.705)	5.631	(90)	539.129	7.145.146	(1.522.965)	6.078.146
Saldos em 01/01/2020	61.925.426	710.560	5.549	5.511.005	20.722.062	(1.380.670)	87.493.932
Aumento / (Redução) de Capital	14.000.000	—	—	—	—	—	14.000.000
Realização da Reserva de Reavaliação	—	—	(644)	—	—	644	—
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	—	82.151	—	—	—	—	82.151
Outros	—	—	—	—	(5.477)	—	(5.477)
Total do Resultado Abrangente	—	—	—	—	—	1.403.104	12.110.125
Lucro Líquido / (Prejuízo)	—	—	—	—	—	—	13.513.229
Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda	—	—	—	—	—	(495.866)	12.110.125
Remunerações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	—	—	—	—	—	(187.136)	(187.136)
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	—	—	—	—	—	2.771.814	2.771.814
Ganhos e Perdas - Hedge (1)	—	—	—	—	—	(685.708)	(685.708)
Destinações:							
Reservas	—	—	—	605.507	8.269.852	—	(8.875.359)
Dividendos	—	—	—	—	—	—	(840.410)
Juros sobre o Capital Próprio	—	—	—	—	—	—	(2.395.000)
Saldos em 31/12/2020	75.925.426	792.711	4.905	6.116.512	28.986.437	22.434	111.848.425
Mutações do Período	14.000.000	82.151	(644)	605.507	8.264.375	1.403.104	24.354.493
Saldos em 01/01/2021	75.925.426	792.711	4.905	6.116.512	28.986.437	22.434	111.848.425
Aumento / (Redução) de Capital	(88.705)	—	—	—	—	—	(88.705)
Realização da Reserva de Reavaliação	—	—	(181)	—	—	181	—
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	—	(67.623)	—	—	—	—	(67.623)
Cisão Parcial	(6.052.750)	—	—	—	(3.446.700)	—	(9.499.450)
Total do Resultado Abrangente	—	—	—	—	—	(1.889.304)	20.861.696
Lucro Líquido / (Prejuízo)	—	—	—	—	—	—	20.861.696
Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda	—	—	—	—	—	(2.035.065)	(2.035.065)
Remunerações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	—	—	—	—	—	39.752	39.752
Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	—	—	—	—	—	37.557	37.557
Ganhos e Perdas - Hedge (1)	—	—	—	—	—	68.452	68.452
Destinações:							
Reservas	—	—	—	1.043.070	14.162.271	—	(15.205.341)
Dividendos	—	—	—	—	—	—	(976.836)
Juros sobre o Capital Próprio	—	—	—	—	—	—	(4.679.700)
Saldos em 31/12/2021	69.783.971	725.088	4.724	7.159.582	39.702.008	(1.866.870)	115.508.503
Mutações do Período	(6.141.455)	(67.623)	(181)	1.043.070	10.715.571	(1.889.304)	3.660.078

(1) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Itaú Unibanco S.A. (ITÁU UNIBANCO ou empresa) é uma sociedade anônima que tem por objeto a atividade bancária em todas as modalidades autorizadas, inclusive as de operações de câmbio, operando na forma de banco múltiplo, através de suas carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário e de arrendamento mercantil financeiro.

As operações do ITÁU UNIBANCO são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2022.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

a) Base de Preparação

As demonstrações contábeis da empresa foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, Lei nº 11.941, de 27/05/2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Conforme determinado pelo BACEN, as Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco S.A. abrangem a consolidação de suas dependências no exterior (ITÁU UNIBANCO) (Nota 14d).

A diferença no Lucro Líquido e no Patrimônio Líquido entre o Itaú Unibanco S.A. (ITÁU UNIBANCO INDIVIDUAL) e ITÁU UNIBANCO (Nota 11c) resulta, substancialmente, da adoção de critérios distintos na amortização de ágios originados nas aquisições de investimentos e no registro da variação cambial, anterior a 1º de janeiro de 2017, sobre os investimentos no exterior e hedge desses investimentos, cuja moeda funcional é diferente da controladora, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

Com a entrada em vigor da Resolução BCB nº 2/2020, a partir de janeiro de 2021 as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade.

b) Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis, devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As estimativas e julgamentos que apresentam risco significativo e podem ter impacto relevante nos valores de ativos, passivos e líquidos divulgados a seguir. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e julgamentos.

I - Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos, quando aplicável, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precipitação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de inputs específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

II - Redução ao Valor Recuperável (Impairment) do Ágio

A revisão do ágio por redução ao valor recuperável reflete a melhor estimativa da Administração sobre os fluxos de caixa futuros das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), com a identificação das UGC e a estimativa de seu valor justo menos custos de venda e/ou valor em uso. Estes fluxos estão sujeitos a condições de mercado e fatores incertos, tais como, fluxos de caixa projetados e taxas de desconto.

III - Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa a compensar na medida em que i) se considera provável que gerará lucro tributável futuro para a sua utilização; e ii) apresente histórico de lucros ou receitas tributáveis em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais. A realização esperada do ativo fiscal diferido é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos.

IV - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A análise da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações concedidas é realizada a partir da avaliação da classificação do atraso (Ratings AA-H), de forma individual ou coletiva, estabelecida na Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN. Além dos seguintes aspectos:

- Horizonte de 12 meses, com utilização de cenários macroeconômicos base, ou seja, sem ponderação.

- Classificação de maior risco de acordo com a operação, cliente, atraso, renegociação, dentre outros.

V - Provisões, Contingências e Obrigações Legais

As contingências são revisadas periodicamente. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitem a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

c) Resumo das Principais Políticas Contábeis

I - Caixa e Equivalentes de Caixa

É definido como caixa, contas correntes em bancos e aplicações financeiras, considerados no Balanço Patrimonial, quando aplicável, nas rubricas Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Aplicações no Mercado Aberto (Posição Bancada) e Aplicações Voluntárias no Banco Central do Brasil com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

II - Aplicações, Captações, Operações Ativas e Passivas

As operações com rendas e encargos prefixados são contabilizados pelo valor presente. As operações com rendas e encargos pós-fixados ou flutuantes são contabilizadas pelo valor do principal atualizado. As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial são contabilizadas pelo valor correspondente em moeda nacional. As operações passivas de emissão própria são apresentadas líquidas dos custos de transação incorridos, quando relevantes, calculadas pro rata die.

III - Títulos e Valores Mobiliários

Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN.

Itaú Unibanco S.A.

NOTA 4 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

a) Resumo por Vencimento

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores justos.

31/12/2021

31/12/2020

	Ajuste ao Valor Justo refletido no:							
	Custo	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Justo	%	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Valor Justo
Títulos Públicos - Brasil	188.898.377	(1.391.400)	(1.376.255)	186.130.722	41,8%	16.179.066	169.951.656	209.955.546
Letras Financeiras do Tesouro	2.283.078	36	1	2.283.115	0,5%	1.419.129	863.986	6.390.635
Letras do Tesouro Nacional	62.329.845	(910.270)	(134.947)	61.284.628	13,8%	5.568.696	55.715.932	88.772.321
Notas do Tesouro Nacional	72.589.835	(467.092)	(1.210.845)	70.911.898	15,9%	9.190.663	61.721.235	62.716.843
Tesouro Nacional / Securitização	110.236	(243)	29.991	139.984	11,6%	46	139.938	183.689
Títulos da Dívida Externa Brasileira	51.585.383	(13.831)	(60.455)	51.511.097	—	532	51.510.565	51.892.058
Títulos Públicos - Outros Países	24.420.335	(3.695)	(16.450)	24.400.190	5,5%	21.764.946	2.635.244	19.913.534
Títulos de Empresas	170.830.468	14.201	137.615	170.982.284	50,3%	63.440.031	107.542.253	114.872.441
Ações	5.493.036	48.078	9.226	5.550.340	1,3%	5.550.340	—	4.862.888
Cédula do Produtor Rural	12.639.190	—	113.593	12.752.783	2,9%	5.766.080	6.986.703	5.833.617
Certificados de Recebíveis Imobiliários	4.732.790	(1.679)	(41.961)	4.689.150	1,1%	12.371	4.676.779	5.317.452
Cotas de Fundos	51.375.520	8.696	360.117	51.744.333	11,6%	41.129.586	10.614.747	25.915.930
Direito Creditorio	10.828.910	—	—	10.828.910	2,4%	214.163	4.136.197	4.136.197
Renda Variável no Exterior	610.689	8.629	—	619.318	0,1%	619.318	—	542.419
Renda Fixa	39.935.921	67	360.117	40.296.105	9,1%	40.296.105	—	21.237.314
Debêntures	77.988.606	1.410	(388.997)	77.601.019	17,5%	6.125.139	71.475.880	59.418.608
Eurobonds e Assemelhados	8.668.652	(39.889)	40.889	8.669.652	2,0%	1.545.330	7.124.322	4.599.755
Letras Financeiras	1.140.517	(503)	(652)	1.139.362	0,3%	219.849	919.513	639.036
Notas Promissórias e Comerciais	7.226.709	—	30.389	7.257.098	1,6%	3.066.616	4.190.482	7.222.186
Outros	1.565.448	(1.912)	15.011	1.578.547	0,4%	24.720	1.553.827	1.062.971
Subtotal - Títulos e Valores Mobiliários	384.149.180	(1.380.894)	(1.255.090)	381.513.196	85,8%	101.384.043	280.129.153	344.741.521
Títulos para Negociação	97.692.238	(1.380.894)	—	96.311.344	21,7%	19.192.028	77.119.316	121.459.884
Títulos Disponíveis para Venda	157.292.134	—	(1.255.090)	156.037.044	35,1%	72.804.324	83.232.720	181.439.658
Títulos Mantidos até o Vencimento	129.164.808	—	—	129.164.808	29,0%	9.387.691	119.777.117	41.841.979
Instrumentos Financeiros Derivativos	47.399.002	15.827.644	—	63.226.646	14,2%	35.979.510	27.247.136	80.854.142
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo)	431.548.182	14.446.750	(1.255.090)	444.739.842	100,0%	137.363.553	307.376.289	425.595.663
Instrumentos Financeiros Derivativos (Passivo)	(40.590.886)	(22.611.996)	—	(63.202.882)	100,0%	(39.295.330)	(23.907.552)	(81.673.006)

Nos títulos classificados como Títulos Mantidos até o Vencimento, o valor justo não contabilizado é de R\$ 1.059.969 (R\$ 2.537.076 em 31/12/2020).

De forma a refletir a atual estratégia de gerenciamento de riscos, no período findo em 31/12/2021, a empresa alterou a classificação de Títulos Disponíveis para Venda, sendo R\$ 19.138.311 de Títulos Públicos - Brasil, R\$ 33.033.156 de Debêntures e R\$ 11.394.677 de Títulos Soberanos para Títulos Mantidos até o Vencimento e alterou a classificação de R\$ 4.415.214 Títulos Públicos - Brasil de Títulos Disponíveis para Negociação para Títulos Disponíveis para Venda.

b) Resumo por Nível

	31/12/2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Títulos para Negociação	78.434.785	17.876.513	46
Letras Financeiras do Tesouro	2.276.321	—	2.276.321
Letras do Tesouro Nacional	25.845.168	—	25.845.168
Notas do Tesouro Nacional	39.491.225	1.979.337	41.470.562
Tesouro Nacional / Securitização	—	—	46
Títulos da Dívida Externa Brasileira	2.310.006	—	2.310.006
Títulos Públicos - Outros Países	252.924	—	252.924
Ações	1.402.195	—	1.402.195
Certificados de Recebíveis Imobiliários	—	121.721	121.721
Cotas de Fundos	619.318	14.805.571	15.424.889
Debêntures	446.695	793.832	1.240.527
Eurobonds e Assemelhados	5.790.933	—	5.790.933
Letras Financeiras	—	42.223	42.223
Outros	—	133.829	133.829
Títulos Disponíveis para Venda	50.329.845	103.422.686	2.284.513
Letras Financeiras do Tesouro	6.794	—	6.794
Letras do Tesouro Nacional	2.781.121	—	2.781.121

c) Movimentações do Nível 3

	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado / não Realizado)			
	Valor Justo em 31/12/2020	Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	Compras
Ativos Financeiros para Negociação	38.954	(124.038)	—	321.746
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	3.425.139	(656.288)	247.609	1.008.797
Instrumentos Financeiros Derivativos - Ativo	90.853	(16.330)	—	355.955
Instrumentos Financeiros Derivativos - Passivo	(91.557)	133.831	—	(289.387)

d) Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 é mensurado utilizando-se técnicas baseadas em correlações com produtos associados e negociados em mercados ativos, estimativas internas e modelos internos.

Os dados não observáveis significativos usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são: taxas de juros, preços de ativo objeto e a volatilidade. Variações significativas em quaisquer desses inputs isolados podem resultar em alterações significativas no valor justo.

A tabela a seguir, demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos ou em cenários que variam choques nos preços e nas volatilidades para ativos não lineares:

Sensibilidade - Operações Nível 3

	31/12/2021	31/12/2020
	Impactos	Impactos
Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Resultados	Patrimônio
Taxa de Juros	I (4.100) II (102.460) III (204.870)	(570) (14.260) (28.370)
Commodities, Índices e Ações	I — II —	— —
Não Lineares	I — II —	(10.850) (14.600)

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Commodities, Índices e Ações

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.</

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação / Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365 dias	31/12/2021	31/12/2020
Contratos de Futuros.....	214.503.401	93.558.809	36.122.089	160.230.756	504.415.055	494.981.458
Contratos de Swaps.....	236.321.346	140.765.449	111.824.831	754.886.558	1.243.798.184	1.300.607.435
Contratos de Opções.....	1.089.831.573	291.781.774	85.626.234	71.102.582	1.538.342.163	1.761.353.123
Operações a Termo.....	2.826.785	12.797.376	9.516.624	2.592	25.143.377	23.645.066
Derivativos de Crédito.....	—	6.408.438	674.906	13.762.757	20.846.101	18.826.393
NDF - Non Deliverable Forward.....	41.795.432	110.794.436	37.663.481	26.628.274	216.881.623	224.021.798
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos.....	35.771	565.026	410.982	3.821.040	4.832.819	5.139.895

II - Derivativos por Valor Referencial

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor referencial, por local de negociação (mercado organizado ou balcão) e contrapartes:

	Contratos Futuros	Contratos de Swaps	Contratos de Opções	Operações a Termo	Derivativos de Crédito	NDF - Non Deliverable Forward	Outros Instrumentos Financeiros Derivativos
Bolsa.....	504.415.055	665.525.797	1.369.794.980	24.381.185	7.534.791	17.899.655	—
Balcão.....	—	578.272.387	168.547.183	762.192	13.311.310	198.981.968	4.832.819
Instituições Financeiras.....	—	488.132.713	146.105.459	762.192	13.311.310	100.017.973	4.832.819
Empresas.....	—	86.745.136	21.390.885	—	—	98.152.582	—
Pessoas Físicas.....	—	3.394.538	1.050.839	—	—	811.413	—
Total.....	504.415.055	1.243.798.184	1.538.342.163	25.143.377	20.846.101	216.881.623	4.832.819
Total 31/12/2020.....	494.981.458	1.300.607.435	1.761.353.123	23.645.066	18.826.393	224.021.798	5.139.895

III - Derivativos de Crédito

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio de Referência Exigido.

	31/12/2021	31/12/2020
Valor nominal da proteção vendida	Valor nominal da proteção comprada com valor subjacente idêntico	Posição Líquida
CDS (Credit Default Swap).....	(9.104.028)	6.131.647
TRS (Total Return Swap).....	(5.610.426)	(5.610.426)
Total.....	(14.714.454)	6.131.647
	(8.582.807)	(15.121.702)
		3.704.691
		(11.417.011)

Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

IV - Hedge Contábil

Fluxo de Caixa - O objetivo deste hedge é proteger os fluxos de caixa de recebimento e pagamento de juros (CDB / Operações Ativas / Captações / Compromissadas) e as exposições de taxa de câmbio futuro (transações previstas altamente prováveis não contabilizadas) referente ao seu risco de taxa de juros variável (CDI / LIBOR / Selic) e risco de taxa de câmbio, tornando o fluxo de caixa constante (prefixado) e independente das variações do DI Cetip Over, LIBOR, Selic e Taxas de câmbio.

31/12/2021

	Objetos de Hedge	Instrumentos de Hedge
Valor Contábil	Variação no valor reconhecido no Patrimônio Líquido (1)	Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa
Ativos	Passivos	
Estratégias		Valor Nominal
Risco de Taxa de Juros		Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas.....	—	37.154.436
Hedge de Operações Ativas.....	8.620.506	(408.715)
Hedge de Compromissadas Ativas.....	40.526.261	(1.686.070)
Risco Cambial		
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável.....	—	(37.981)
Total.....	49.146.767	(1.075.523)
		84.971.424
		(1.079.422)

	Objetos de Hedge	Instrumentos de Hedge
Valor Contábil	Variação no valor reconhecido no Patrimônio Líquido (1)	Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa
Ativos	Passivos	
Estratégias		Valor Nominal
Risco de Taxa de Juros		Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas.....	—	98.135.346
Hedge de Operações Ativas.....	5.673.444	65.548
Hedge de Compromissadas Ativas.....	29.532.944	696.622
Risco Custos Variáveis		
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável.....	31.594.071	(2.539)
Risco Cambial		
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável.....	742.765	(64.298)
Total.....	67.543.224	(1.727.010)
		153.345.167
		(1.734.489)

(1) Registrado na rubrica Outros Resultados Abrangentes.

Os ganhos ou perdas relativos ao Hedge Contábil de Fluxo de Caixa, que o ITAÚ UNIBANCO espera reconhecer no resultado nos próximos 12 meses, totalizam R\$ 378.352 (R\$ 1.727.829) em 31/12/2020. No período findo em 31/12/2021, não houve montante reconhecido em resultado (R\$ 524.911) de 31/12/2020.

Risco de Mercado - As estratégias de hedge de risco de mercado consiste em hedges de exposição à variação no risco de mercado, em recebimentos de juros, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

31/12/2021

	Objetos de Hedge	Instrumentos de Hedge
Valor Contábil	Variação no valor reconhecido no Resultado (1)	Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge
Ativos	Passivos	Reconhecida no Resultado
Estratégias		
Risco de Taxa de Juros		
Hedge de Títulos Disponíveis para Venda.....	6.924.055	(893.787)
Hedge de Outros Ativos Financeiros.....	6.333.279	(362.498)
Total.....	13.257.334	(1.256.285)
		12.117.985
		1.255.441
		(844)

	Objetos de Hedge	Instrumentos de Hedge
Valor Contábil	Variação no valor reconhecido no Resultado (1)	Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge
Ativos	Passivos	Reconhecida no Resultado
Estratégias		
Risco de Taxa de Juros		
Hedge de Títulos Disponíveis para Venda.....	22.729.168	1.148.163
Total.....	22.729.168	1.148.163
		24.975.948
		(1.149.092)
		(929)

(1) Registrado na rubrica Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

No período, o montante de R\$ 13.140.972 foi revogado do relacionamento de hedge, cuja parcela efetiva é de R\$ 193.552, sem efeito no resultado por se tratar de um hedge de risco de mercado de títulos disponíveis para venda.

Investimento Líquido em Operações no Exterior - A estratégia de hedge de investimento líquido no exterior do ITAÚ UNIBANCO consiste em um hedge de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz.

31/12/2021

	Objetos de Hedge	Instrumentos de Hedge
Valor Contábil	Variação no valor reconhecido no Resultado (1)	Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge
Ativos	Passivos	Reconhecida no Resultado
Estratégias		
Risco Cambial		
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior.....	—	(3.039.509)
Total.....	—	(3.039.509)
		—
		(3.059.831)
		(20.322)

(1) Registrado na rubrica Outros Resultados Abrangentes.

No período, o montante de R\$ 3.399.055 foi revogado do relacionamento de hedge, cujo saldo remanescente na reserva de conversão de moeda estrangeira (Patrimônio líquido) é de R\$ (3.039.509), sem efeito no resultado em função da manutenção dos investimentos no exterior. A seguir, apresentamos quadro com o prazo de vencimento das estratégias de Hedge.

31/12/2021

	Objetos de Hedge	Instrumentos de Hedge

<tbl_r cells="3" ix="1"

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)

Os Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio são compostos por Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio e Rendas de Adiantamentos Concedidos, reclassificados de Obrigações - Carteira de Câmbio / Outros Créditos.

b) Composição por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco

	31/12/2021									31/12/2020	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	
	Operações em Curso Anormal (1)										
Parcelas Vencidas.....	---	---	919.341	1.124.652	1.079.139	899.386	1.006.387	1.053.211	2.996.231	9.078.347	7.589.327
01 a 60.....	---	---	77.012	101.977	100.912	89.416	95.337	92.054	281.522	838.230	775.314
61 a 90.....	---	---	28.207	52.449	52.729	47.254	50.831	51.420	145.059	427.949	312.879
91 a 180.....	---	---	73.958	121.625	126.870	106.715	121.279	121.828	353.742	1.026.017	872.851
181 a 365.....	---	---	118.304	193.328	216.158	172.835	226.834	206.263	588.321	1.722.043	1.423.244
Acima de 365 dias.....	---	---	621.860	655.273	582.470	483.166	512.106	581.646	1.627.587	5.064.108	4.205.039
Parcelas Vencidas.....	---	---	86.088	195.853	255.719	273.513	456.775	1.985.007	2.989.582	6.242.537	4.561.703
01 a 60.....	---	---	86.088	181.530	146.575	141.784	212.169	171.511	398.271	1.337.928	1.322.297
61 a 90.....	---	---	---	10.365	86.262	43.389	92.213	79.515	183.289	495.033	655.589
91 a 180.....	---	---	3.958	22.882	80.701	132.526	1.688.561	624.534	2.553.162	1.184.399	1.270.968
181 a 365.....	---	---	---	---	7.639	19.867	45.420	1.624.392	1.697.318	1.284.500	1.284.500
Acima de 365 dias.....	---	---	---	---	---	---	159.096	159.096	159.096	159.096	159.096
Subtotal.....	---	---	1.005.429	1.320.505	1.334.858	1.172.899	1.463.162	3.038.218	5.985.813	15.320.884	12.151.030
Parcelas Vencidas.....	273.575.198	51.150.571	26.498.332	22.917.351	6.512.952	1.798.337	2.079.417	2.100.306	1.842.932	388.475.396	328.572.282
01 a 60.....	38.179.468	10.217.524	5.042.632	4.609.961	2.283.221	206.250	351.356	156.544	377.452	61.424.408	43.499.875
61 a 90.....	15.413.581	2.288.848	1.167.219	1.066.043	242.936	73.375	287.348	84.053	57.975	20.681.378	18.210.755
91 a 180.....	28.920.406	6.173.086	2.959.208	2.520.697	578.920	173.963	141.586	84.572	135.125	41.687.563	42.079.844
181 a 365.....	38.061.622	9.135.381	4.232.334	4.161.768	950.964	263.700	513.177	298.955	253.026	50.267.635	50.267.635
Acima de 365 dias.....	153.000.121	23.335.732	13.096.939	10.558.882	2.456.911	1.081.049	785.950	1.476.182	1.019.354	206.811.120	174.514.173
Parcelas Vencidas até 14 dias.....	644.764	116.333	34.330	47.321	51.117	33.761	62.208	20.904	29.290	1.040.028	794.499
Subtotal.....	274.219.962	51.266.904	26.532.662	22.964.672	6.564.069	1.832.098	2.141.625	2.121.210	1.872.222	389.515.424	329.366.781
Total da Carteira.....	274.219.962	51.266.904	27.538.091	24.285.177	7.898.927	3.004.997	3.604.787	5.159.428	7.858.035	404.836.308	341.517.811
Provisão Existente (2).....	(1.863.064)	(588.947)	(1.166.378)	(3.042.387)	(2.685.112)	(1.502.198)	(2.500.759)	(4.593.096)	(7.858.035)	(26.247.786)	(28.638.805)
Mínima.....	---	---	(255.502)	(272.588)	(714.262)	(759.706)	(894.560)	(1.782.743)	(3.453.060)	(7.858.035)	(15.990.456)
Garantias Financeira Prestadas.....	---	---	---	---	---	---	---	---	---	(447.810)	(420.466)
Complementar.....	(1.863.064)	(333.445)	(893.790)	(2.328.125)	(1.925.406)	(607.638)	(718.016)	(1.140.036)	---	(9.809.520)	(10.189.823)
Provisão Existente Circulante.....										(9.984.347)	(10.602.905)
Provisão Existente Não Circulante.....										(16.263.439)	(18.035.900)

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias ou com composições efetuadas ou de responsabilidade de empresas concordatárias ou em processo de falência.

(2) O valor justo do total da Provisão para Créditos de Liquidação Dividida é igual ao valor contábil.

A Provisão Complementar inclui provisão de Compromissos de Empréstimos.

c) Por Setores de Atividade

	31/12/2021	%	31/12/2020	%	Write-Off.....	31/12/2021	31/12/2020
Setor Público.....	2.834.271	0,7%	3.562.113	1,0%	Outros, principalmente Variação Cambial.....	8.173.261	8.639.572
Setor Privado.....	402.002.037	99,3%	337.955.698	99,0%	Saldo Final.....	(197.594)	(746.791)
Pessoa Jurídica.....	232.350.466	57,4%	214.026.034	62,7%	Mínima.....	(26.247.786)	(28.638.805)
Pessoa Física.....	169.651.571	41,9%	123.929.664	36,3%	Garantias Financeiras Prestadas.....	(15.990.456)	(18.028.516)
Total.....	404.836.308	100,0%	341.517.811	100,0%	Complementar.....	(447.810)	(420.466)

d) Garantias Financeiras Prestadas por Tipo

	31/12/2021		31/12/2020		Ativo.....	Passivo (1).....	Ativo.....	Passivo (1).....	Ativo.....	Passivo (1).....
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Tipo de Garantia										
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Adm. de Natureza Fiscal.....	26.432.821	(188.596)	27.190.358	(187.847)	208.956	208.873	208.891	208.808	310.827	321.108
Fianças Bancárias Diversas.....	26.078.472	(191.447)	19.703.707	(207.733)	101.867.083	55.109.282	794.799	794.799	976.615	991.479
Outras Garantias Financeiras Prestadas.....	7.714.379	(14.500)	7.786.027	(11.936)	(1.842)	(3.798)	(8.233)	(12.210)	(15.916)	(49.701)
Vinculadas à Distribuição de TVM por Oferta Pública.....	5.697.575	(5.529)	1.445.255	(591)	237.244	161.186	121.578	109.433	62.504	64.998
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prest. Serv. ou Execução de Obras.....	3.414.783	(42.866)	2.632.150	(10.269)	11.212	(16.119)</				

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)

II - Provisões Fiscais e Previdenciárias

As provisões tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acréscido de juros, multa e, encargos, quando aplicável.

Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões:

	31/12/2021		31/12/2020	
Obrigação Legal - Nota 9c	Ações Fiscais e Previdenciárias	Total	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial - 01/01	2.173.247	2.244.341	4.417.588	5.245.310
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização	—	—	—	—
Subtotal	2.173.247	2.244.341	4.417.588	5.245.310
Atualização/Encargos	36.240	123.000	159.240	149.073
Movimentação do Período Refletida no Resultado	53.179	(26.261)	26.918	44.017
Constituição	60.208	54.276	114.484	85.109
Reversão	(7.029)	(80.537)	(87.566)	(41.092)
Pagamento	(190.535)	(96.609)	(287.144)	(1.020.812)
Subtotal	2.072.131	2.244.471	4.316.602	4.417.588
Saldo Final	2.072.131	2.244.471	4.316.602	4.417.588
Circulante	—	8.978	8.978	40.799
Não Circulante	2.072.131	2.235.493	4.307.624	4.376.789
Saldo Final 31/12/2020	2.173.247	2.244.341	4.417.588	

Para as provisões Fiscais e Previdenciárias, o saldo de Depósitos em Garantia de Recursos está classificado como Não Circulante no valor de R\$ 2.935.352 (R\$ 2.428.404 em 31/12/2020).

A principal discussão relativa à provisão das Ações Fiscais e Previdenciárias está descrita a seguir:

- INSS - Verbas não Remuneratórias - R\$ 1.637.942: defende-se a não incidência da contribuição previdenciária sobre verbas pagas a título de participação nos lucros. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 953.674.

III - Contingências não Provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil basicamente são compostas por:

Ações Civéis e Trabalhistas

Nas Ações Civéis de perda possível, o risco total estimado é de R\$ 3.743.762 (R\$ 3.382.792 em 31/12/2020), sendo que as naturezas referem-se às ações indemnizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes.

Para as Ações Trabalhistas de perda possível, o risco total estimado é de R\$ 398.683 (R\$ 347.210 em 31/12/2020).

Ações Fiscais e Previdenciárias

As Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível totalizam R\$ 17.383.167 (R\$ 15.004.817 em 31/12/2020), sendo as principais discussões a seguir:

- INSS - Verbas não Remuneratórias - R\$ 7.364.183: defende-se a não incidência da contribuição sobre verbas não remuneratórias, participação nos lucros e plano para outorga de opções de ações.

- IRPJ e CSLL - Ágio - Dedução - R\$ 2.494.265: discute-se a dedutibilidade do ágio com expectativa de rentabilidade futura na aquisição de investimentos.

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Despesas de Captação - R\$ 1.581.141: discute-se a dedutibilidade de despesas de captação (DI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas do Grupo.

- ISS - Atividades Bancárias - R\$ 1.543.527: entende-se que a operação bancária não se confunde com serviço e/ou não está listada na Lei Complementar nº 116/03 ou do Decreto-Lei nº 406/68.

- IRPJ e CSLL - Glosa de Prejuízos - R\$ 812.600: discute-se o montante do prejuízo fiscal (IRPJ) e/ou base negativa de CSLL utilizados pela Receita Federal na lavratura de autos de infração, que ainda estão pendentes de decisão definitiva.

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R\$ 623.193: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.

c) Contas a Receber - Reembolso de Provisões

O saldo de valores a receber relativo a reembolso de provisões totaliza R\$ 767.391 (R\$ 767.856 em 31/12/2020), e decorre basicamente da garantia de recomposição patrimonial em Provisões Civais, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias das empresas incorporadas.

d) Garantias de Contingências

As garantias relativas a discussões judiciais que envolvem o ITAÚ UNIBANCO e são compostas basicamente por Títulos e Valores Mobiliários

no montante de R\$ 495.603 (R\$ 4.330.592 em 31/12/2020) e está depositado o montante de R\$ 2.944.210 (R\$ 3.534.004 em 31/12/2020).

NOTA 8 - DETALHAMENTO DE CONTAS

a) Outros Créditos - Diversos

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Carteira de Câmbio	8b	77.251.719	85.833.561
Negociação e Intermediação de Valores		6.392.281	20.285.905
Depósitos em Garantia - Contingências, Provisões e Obrigações Legais	7b I, 7b II	8.704.399	8.928.392
Operações sem Características de Concessão de Crédito, líquidas de provisão		2.506.222	1.572.684
Rendas a Receber		4.519.805	1.874.283
Diversos no País e no Exterior		1.333.990	999.111
Valores Líquidos a Receber de Reembolso de Provisões	7c	767.391	767.856
Ativos de Planos de Benefícios Pós-Emprego	13e	487.587	578.643
Outros		961.814	997.832
Total		102.925.208	121.838.267
Circulante		87.683.472	96.338.752
Não Circulante		15.241.736	25.499.515

b) Carteira de Câmbio

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Outros Créditos	8a	77.251.719	85.833.561
Câmbio Comprado a Liquidar - ME		43.985.771	43.881.248
Direitos sobre venda de Câmbio - MN		33.910.474	42.269.470
(Adiantamentos Recebidos) - MN		(644.526)	(317.157)
Total		69.773.932	81.251.516
Ativo - Outros Créditos		77.251.719	85.833.561
Obrigações por Compras de Câmbio - MN		44.187.364	42.928.704
(- Adiant. sobre Contratos de Câmbio		(8.464.376)	(5.125.306)
Outras		36.005	25.484
Contas de Compensação		1.063.849	916.618
Créditos Abertos para Importação - ME		1.044.698	826.951
Créditos de Exportação Confirmados - ME		19.151	89.667
Total		102.191.652	114.202.467
Circulante		90.120.645	91.126.312
Não Circulante		12.071.007	23.076.155

d) Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Cartões de Crédito e Débito		817.414	682.922
Serviços de Conta Corrente		7.242.974	7.497.645
Administração de Recursos - Fundos		4.732.921	5.449.880
Operações de Crédito e Garantias Financeiras Prestadas		2.463.515	2.192.065
Operações de Crédito		1.234.624	931.641
Garantias Financeiras Prestadas		1.228.891	1.260.424
Serviços de Recebimentos		2.005.861	1.865.166
Assessoria Econômica, Financeira e Corretagem		440.332	339.118
Serviços de Custódia		327.158	314.637
Outras		714.564	586.204
Total		18.744.739	18.927.637

e) Despesas de Pessoal

	01/01 a	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração		(837.485)	(1.410.977)
Participação dos Empregados nos Lucros		(4.103.678)	(3.124.048)
Benefícios Sociais		(3.475.462)	(3.295.437)
Encargos		(3.040.003)	(2.817.525)
Treinamento		(91.015)	(85.558)
Plano de Pagamento Baseado em Ações		(17.172)	(201.928)
Desligamento de Funcionários		(528.945)	(196.946)
Total		(12.093.760)	(11.132.419)

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

	Capital	**Patrimônio Líquido**	**Lucro Líquido / (Prejuízo)**	**% de Participação**	**Quantidade de Ações**	**Investimento em 31/12/2020**	**Dividendos Pagos / Provisionados (1)**	**Outros Eventos (2)**	**Resultado de Participações (3)**	<

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)

NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Está representado por 6.674.016.228 ações nominativas sem valor nominal, sendo 3.390.407.265 ações ordinárias e 3.283.608.963 por ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, em eventual alienação de controle, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

Em AGE de 21/05/2020, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 7.000.000, homologado pelo BACEN em 28/05/2020, com emissão de 458.027.603 ações.

Em AGE de 02/06/2020, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 3.000.000, homologado pelo BACEN em 04/06/2020, com emissão de 196.297.544 ações.

Em AGE de 11/12/2020, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 4.000.000, homologado pelo BACEN em 30/12/2020, com emissão de 246.205.015 ações.

Em AGE de 31/12/2020, homologado pelo BACEN em 23/07/2021, deliberou a cisão parcial do capital social para o Itaú Unibanco Holding no montante de R\$ 6.052.750.

Em AGE de 15/12/2021, foi deliberado a redução de capital no montante de R\$ 88.705, aguardando homologação pelo BACEN, sem cancelamento de ações.

b) Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

Remuneração aos Acionistas

	31/12/2021			31/12/2020		
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	IRRF	Líquido
Pagos.....	4.488.410	(547.200)	3.941.210	4.295.000	(644.250)	3.650.750
Dividendos (Provisionados no período anterior)	840.410	--	840.410	--	--	--
Juros sobre o Capital Próprio	2.558.000	(383.700)	2.174.300	1.305.000	(195.750)	1.109.250
Juros sobre o Capital Próprio (provisionados no período anterior)	1.090.000	(163.500)	926.500	2.990.000	(448.500)	2.541.500
Provisionados (1)	3.098.536	(318.225)	2.780.311	1.930.410	(163.500)	1.766.910
Dividendos.....	976.836	--	976.836	840.410	--	840.410
Juros sobre o Capital Próprio	2.121.700	(318.225)	1.803.475	1.090.000	(163.500)	926.500

(1) Registrados na rubrica Outras Obrigações - Sociais e Estatutárias.

c) Reservas de Lucros

Eventual excesso de Reservas de Lucros em relação ao Capital Social será distribuído ou capitalizado conforme determinação da próxima AGO/E.

d) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

Nota	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido	
	01/01 a	31/12/2021	01/01 a	31/12/2020
ITÁU UNIBANCO INDIVIDUAL.....	20.861.396	12.110.145	115.508.511	111.848.733
Amortização de Ágio	300	(20)	(8)	(308)
ITÁU UNIBANCO	20.861.696	12.110.125	115.508.503	111.848.425

NOTA 12 - PARTES RELACIONADAS

a) Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As principais partes relacionadas são:

- Controladoras - acionistas diretos: Itaú Unibanco Holding S.A. e sua respectiva agência em Cayman e indireto: Itaúsa S.A.
- Empresas do Grupo - as participações diretas do ITÁU UNIBANCO, além das demais empresas sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.
- Coligadas - empresas não controladas pelo Itaú Unibanco Holding S.A.
- Fundos de investimentos - fundos sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.
- Outras - as participações diretas e indiretas da Itaúsa S.A.; entidades fechadas de previdência complementar, que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo Itaú Unibanco Holding S.A., criados exclusivamente para seus colaboradores; e Fundações e Institutos mantidos por doações do Itaú Unibanco Holding S.A., e pelo resultado gerado pelos seus ativos para viabilização de seus objetivos, bem como a manutenção de estrutura operacional e administrativa.

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Taxa Anual	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)	
		31/12/2021	31/12/2020	01/01 a	31/12/2020
Empresas do Grupo	8,98% a 17,81% / 100% SELIC / 100% a 102% DI	101.585.724	117.380.619	4.699.900	3.823.996
Fundos de Investimentos.....					
Outras.....	9,15%				
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos					
Financeiros Derivativos (Posição Ativa e Passiva)					
Controladoras.....	CDI + 3,5%	47.974.734	11.256.308	(2.209.810)	6.317.462
Empresas do Grupo	100% DI	2.055.920	884.849	83.174	765
Fundos de Investimentos.....					
Outras.....	664.145	4.423.269	36.671	276.460	
Operações de Crédito					
CDI + 1,5% a 3,5%	41.239.728	5.110.267	(2.524.652)	6.049.032	
Outras.....	4.014.941	837.923	194.997	(8.795)	
Carteira de Câmbio (Posição Ativa e Passiva)					
Empresas do Grupo	667.679	591.441	34.765	99.897	
Captações no Mercado Aberto					
Controladoras.....	725	(6.867)	(3.849)	61.710	
Empresas do Grupo	(725)	(6.867)	(3.849)	61.710	
Fundos de Investimentos.....					
Outras.....	(35.824.756)	(19.729.054)	(1.805.350)	(547.983)	
Depósitos					
Controladoras.....	9,15%	(7.428.729)	(2.729.293)	(207.007)	(99.835)
Empresas do Grupo	9,15% / 100% SELIC	(12.937.615)	(16.835.233)	(859.958)	(434.488)
Fundos de Investimentos.....	100% SELIC	(5.322)	(5.276)	(226)	(142)
Outras.....	(15.015.368)	--	(703.716)	--	
Depósitos					
Controladoras.....	75% a 101% CDI	(437.722)	(159.252)	(34.443)	(13.518)
Empresas do Grupo	(91.019.245)	(93.350.615)	(3.803.166)	(4.269.431)	
Fundos de Investimentos.....					
Outras.....	(100% SELIC / 100% DI)	(31.920.732)	(29.829.710)	(662.967)	(879.820)
Depósitos					
Controladoras.....	1,57% a 6,6%	(58.314.945)	(63.520.905)	(3.093.811)	(3.283.046)
Empresas do Grupo	100% SELIC / 100% DI	(31.920.732)	(29.829.710)	(662.967)	(879.820)
Fundos de Investimentos.....					
Outras.....	--	--	(1.891)	(1.030)	
Depósitos					
Controladoras.....	(783.568)	--	(44.497)	(105.535)	
Empresas do Grupo	--	--	--	--	
Fundos de Investimentos.....					
Outras.....	--	--	--	--	
Relações Interfinanceiras e Interdependências (Posição Ativa e Passiva)					
Empresas do Grupo	13.991.963	11.951.716	--	--	
Valores a Receber (Pagar)/Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias, Despesas Administrativas e/ou Outras Operacionais					
Empresas do Grupo	(479.181)	(366.548)	(68.335)	385.543	
Aluguéis					
Controladoras.....	(166.431)	(38.830)	1.166	(4.416)	
Empresas do Grupo	(146.608)	(438.260)	111.252	381.468	
Fundos de Investimentos.....					
Outras.....	(5.231)	(9.576)	(63.096)	(45.896)	
Patrocínios					
Outras.....	--	--	996	--	
Doações					
Outras.....	(160.911)	120.118	(118.653)	54.387	
Negociação e Intermediação de Valores (Posição Ativa e Passiva)					
Empresas do Grupo	640.452	(58.179)	--	--	
Fundos de Investimentos.....					
Outras.....	522.881	164.132	--	--	
Imóveis					
Empresas do Grupo	117.571	(222.311)	--	--	
Empréstimos a Participantes					
Outras.....	--	--	(425.000)	--	
Convênio de Rateio de Custos Comuns (Despesa de Pessoal)					
Controladoras.....	--	--	5.708.442	5.607.297	
Empresas do Grupo	--	--	6.444	5.336	
Coligadas.....	--	--	5.699.189	5.596.458	
Fundos de Investimentos.....	--	--	49	115	
Outras.....	--	--	2.760	5.388	
e) Evolução do Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial			</td		

Itaú Unibanco S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado) (Continuação)

	31/12/2020								
	Planos BD e CV				Planos CD		Outros Benefícios pós-Emprego		Total
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Passivo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	22.469.480	(19.144.240)	(3.752.888)	(427.648)	1.470.174	(848.912)	621.262	(967.555)	(73.941)
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3+4)	1.719.796	(1.531.419)	(286.906)	(98.529)	19.578	(64.857)	(45.279)	(75.861)	(219.669)
1 - Custo Serviço Corrente	—	(66.039)	—	(66.039)	—	—	—	—	(66.039)
2 - Custo Serviço Passado	—	—	—	—	—	—	—	—	—
3 - Juros Líquidos (1)	1.719.796	(1.465.380)	(286.906)	(32.490)	111.906	(64.857)	47.049	(75.861)	(61.302)
4 - Outras Despesas (2)	—	—	—	—	(92.328)	—	(92.328)	—	(92.328)
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (5+6+7)	(39.855)	(638.767)	398.181	(280.441)	(41.592)	(37.278)	(78.870)	5.688	(353.623)
5 - Efeito na Restrição do Ativo	—	—	398.181	398.181	—	(37.278)	(37.278)	—	360.903
6 - Remunerações	(39.855)	(638.767)	—	(678.622)	(41.592)	—	(41.592)	5.688	(714.526)
Alterações de premissas demográficas	—	(11.052)	—	(11.052)	—	—	—	—	(11.052)
Alterações de premissas financeiras	—	—	12.757	12.757	—	—	—	11.514	24.271
Experiência do plano (3)	(39.855)	(640.472)	—	(680.327)	(41.592)	—	(41.592)	(5.826)	(727.745)
7 - Variação Cambial	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros (8+9)	(1.164.620)	1.202.069	37.449	—	—	—	—	115.270	152.719
8 - Benefícios Pagos	(1.202.069)	1.202.069	—	—	—	—	—	115.270	115.270
9 - Contribuições e Aportes da Patrocinadora	37.449	—	—	37.449	—	—	—	—	37.449
Valor Final do Período	22.984.801	(20.112.357)	(3.641.613)	(769.169)	1.448.160	(951.047)	497.113	(922.458)	(1.194.514)
Valor Reconhecido no Ativo				81.530			497.113		578.643
Valor Reconhecido no Passivo				(850.699)			—	(922.458)	(1.173.157)

(1) Correspondente ao valor calculado em 01/01/2021 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos / recebimentos de benefícios / contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 7,64% a.a. (Em 01/01/2020 utilizou-se a taxa de desconto de 7,64% a.a.)

(2) Correspondente aos valores de utilização de ativos alocados em fundos previdenciais dos planos CD.

(3) Correspondem aos rendimentos obtidos acima / abaixo do retorno esperado e contemplam as contribuições realizadas pelos participantes.

f) Contribuições de Benefício Definido

	Contribuições Estimadas		Contribuições Efetuadas		
	2022	31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	31/12/2020	
Planos de Aposentadoria - FIU	34.200	29.163	32.235		
Planos de Aposentadoria - FUNBEP	21.840	31.619	5.214		
Total	56.040	60.782	37.449		

g) Perfil de Vencimento das Obrigações de Benefício Definido

Duration (1)	2022						2023	2024	2025	2026	2027 a 2031	01/01 a 31/12/2020
	2022	2023	2024	2025	2026	2027 a 2031	31/12/2021	31/12/2020				
Plano de Aposentadoria - FIU	9.84	1.028.374	921.710	961.784	1.003.466	1.050.544	5.755.169					
Plano de Aposentadoria - FUNBEP	9,10	593.979	614.290	633.666	651.708	667.232	3.540.606					
Outros Benefícios Pós-Emprego	7,09	140.309	157.382	148.874	36.197	37.234	209.349					
Total	1.762.662	1.693.382	1.744.324	1.691.371	1.755.010	9.505.124						

(1) Duration média do passivo dos planos.

NOTA 14 - INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

a) Política de Seguros

O ITAÚ UNIBANCO, apesar de possuir reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

b) Dependências no Exterior

O ITAÚ UNIBANCO realiza operações através de suas agências: Itaú Unibanco S.A. - Grand Cayman Branch, Itaú Unibanco S.A. Miami Branch e Nassau Branch; apenas em 30/06/2020: Itaú Unibanco S.A. Tokyo Branch.

Mais informações de resultado das unidades externas encontram-se no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Resultados e Relatórios / Central de Resultados / Análise Gerencial da Operação.

c) Gerenciamento de Riscos e Capital

A gestão de riscos e capital é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.

Os documentos "Relatório de Acesso Público - Gestão e Controle de Risco de Mercado / Risco de Crédito / Gestão e Controle de Risco de Liquidez e Gestão Integrada Risco Operacional e Controles Internos" que detalham as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco do conglomerado, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

d) Comitê de Auditoria Única

Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do CMN, o ITAÚ UNIBANCO aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. O resumo do relatório do referido Comitê é divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

e) Combate aos efeitos da COVID-19 "Coronavírus"

O ITAÚ UNIBANCO monitora os efeitos econômicos desta pandemia da COVID-19, que podem afetar adversamente seus resultados. Desde o início do surto da COVID-19 no Brasil, foi estruturado o Comitê de Gestão da Crise Institucional, por meio de sua controladora

Itaú Unibanco Holding S.A., estabelecendo uma agenda intensificada de gestão de crise responsável pelo acompanhamento da pandemia e de seus impactos em suas operações, além das ações governamentais para mitigá-los.

O ITAÚ UNIBANCO identificou os seguintes impactos em seus resultados, bem como efeitos nas estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das Demonstrações Contábeis:

(a) aumento em 2020 e 2021 em operações de empréstimo e financiamento, em especial para micro, pequenas e médias empresas.

Através do monitoramento tempestivo dos padrões de comportamento e qualidade de crédito dos clientes, o ITAÚ UNIBANCO manteve o funcionamento normal de suas operações, apesar das condições adversas, e auxiliou os clientes na busca sustentável por seu reequilíbrio financeiro.

(b) impacto nos pedidos de renegociação e prorrogação de prazos para as operações de crédito na medida em que a situação econômica se alterou.

(c) provisão para créditos de liquidação duvidosa foi impactada em função do nível de risco e atraso, devido à alteração das perspectivas financeiras dos clientes e deterioração visível de variáveis macroeconômicas.

(d) impactos temporários na precificação de seus instrumentos financeiros, decorrentes de oscilações de taxas e da alta volatilidade dos preços nos mercados no início da pandemia, no primeiro trimestre de 2020, influenciando na mensuração dos itens avaliados ao valor justo nos seus diversos níveis.

(e) durante o ano de 2020, observou-se uma instabilidade no mercado de renda variável, ocasionando uma migração para instrumentos de renda fixa com liquidez. Este movimento resultou no aumento da carteira de Certificados de Depósito Bancário (CDB), entretanto, ao longo de 2021 observou-se uma variação na carteira, com movimentações não necessariamente relacionadas aos efeitos da pandemia.

(f) impactos no reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferido em 2020 em razão do maior volume de diferenças temporárias dedutíveis registradas no período. A pandemia reduziu as projeções de lucro tributável, entretanto, não foi responsável pela geração de prejuízo fiscal e base negativa no ITAÚ UNIBANCO.

f) Resultado não Recorrente Regulatório

Apresentação do Resultado não Recorrente Regulatório, líquidos dos efeitos fiscais, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020:

01/01 a 31/12/2021 31/12/2020

(1.300.934) (89.544)

(744.079) (167.912)

Majoração da Alíquota da Contribuição Social (75.291) 98.765

Marcação a Mercado em Títulos de Garantia (432.779) (9.215)

Impairment, Provisão para Devolução de Imóveis e Amortizações (309)

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 21/12/2021 | Edição: 239 | Seção: 1 | Página: 37

Órgão: Ministério da Economia/Comissão de Valores Mobiliários/Gerência Executiva

PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021

Publicação das demonstrações financeiras de forma resumida.

1. Objeto deste Parecer de Orientação

Este parecer de orientação procura dar concretude aos requisitos de publicação a serem observados nas demonstrações financeiras resumidas, de acordo com as alterações no artigo 289, I e II, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, introduzidas pela Lei nº 13.818, de 24 de abril de 2019, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.

Em face da evolução tecnológica e da migração dos conteúdos para a forma digital, o custo da publicação de demonstrações financeiras completas em jornais impressos se tornou objeto de críticas, especialmente considerando-se a exigência legal de divulgação simultânea das demonstrações financeiras resumidas em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia e na página do mesmo jornal na internet, além da disponibilização das informações completas, no caso das companhias abertas, nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários, da entidade administradora do mercado e da própria companhia.

Nesse sentido, a nova modalidade de publicação resumida das demonstrações financeiras exige atenção especial para que seja atendido o objetivo do dispositivo legal, no sentido de simplificar e reduzir o custo de observância das companhias, ao mesmo tempo em que sejam fornecidas as informações essenciais sobre as demonstrações financeiras, as notas explicativas, o relatório do auditor independente e, quando houver, o parecer do conselho fiscal.

2. Demonstrações Financeiras resumidas

A nova redação do art. 289, I e II, da Lei nº 6.404/76 cria uma forma especial para a publicação das demonstrações financeiras resumidas em jornais impressos, possibilitando que a companhia publique de maneira desagregada os valores dos grupos de contas individualmente relevantes e de maneira agregada valores de grupos de conta individualmente pouco relevantes. Todas as demonstrações financeiras resumidas devem ser elaboradas a partir dos números auditados das demonstrações financeiras completas, que devem estar devidamente divulgadas em endereço eletrônico claramente referenciado na publicação resumida.

Para evitar quaisquer dúvidas dos leitores das demonstrações financeiras resumidas, estas devem ser precedidas dos seguintes avisos em destaque:

1) Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

2) As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- a) [Inserir o endereço do eletrônico do jornal de grande circulação da publicação];
- b) [Inserir o endereço eletrônico da companhia, se Companhia registrada na Categoria A];
- c) [Inserir o endereço eletrônico da CVM];
- d) [Inserir o endereço eletrônico da B3 no caso de companhias listadas].

As demonstrações financeiras resumidas de um determinado exercício social devem apresentar informações comparativas com o exercício anterior, em menores detalhes do que as demonstrações financeiras completas, contudo, ainda devem ser uma representação estruturada consistente do desempenho e da posição patrimonial da companhia.

Nesse sentido, a CVM entende que, para alcançar os resultados esperados pelo dispositivo legal, os administradores das companhias abertas e demais agentes envolvidos devem divulgar, comparativamente com os dados do exercício social anterior, no mínimo, as seguintes informações:

a) Balanço patrimonial resumido, apresentado de forma condensada, contemplando, no mínimo, os valores relativos aos seguintes grupos de contas:

I. Ativo Circulante, subdividido, no mínimo, em Caixa e Equivalentes, Aplicações Financeiras, Títulos e Valores Mobiliários, Contas a Receber, Estoques, Impostos a Recuperar e Outros Ativos Circulantes;

II. Ativo Não Circulante, subdividido, no mínimo, em Realizável de Longo Prazo, Investimentos, Propriedades para Investimento, Imobilizado, Ativo Biológico, Ativo de Direito de Uso, Ativo Intangível e Outros Ativos Não Circulantes;

III. Passivo Circulante, subdividido, no mínimo, em Fornecedores, Salários e Benefícios a Pagar, Encargos Sociais, Obrigações Fiscais, Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo, IR e CS a pagar, Provisões e Outros Passivos Circulantes;

IV. Passivo Não Circulante, subdividido, no mínimo, em Empréstimos e Financiamentos, Passivo de Arrendamento, IR e CS diferidos, Provisões e Outros Passivos Não Circulantes;

V. Patrimônio Líquido dividido em Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes Acumulados), Reservas de Lucros, Lucros ou Prejuízos Acumulados e Outros itens do PL.

b) Demonstração do resultado do exercício resumida, apresentada de forma condensada, contemplando, no mínimo, os valores relativos às receitas de vendas (líquida), custo dos produtos, das mercadorias ou dos serviços vendidos, lucro bruto, despesas com vendas, gerais e administrativas, perdas por redução ao valor recuperável (impairment), outras despesas e receitas operacionais, resultado da equivalência patrimonial, lucro ou prejuízo antes do resultado financeiro e impostos, resultado financeiro, resultado antes dos impostos sobre o lucro, despesa com imposto de renda e contribuição social e lucro ou prejuízo líquido do exercício;

c) Demonstração do resultado abrangente resumida, apresentada de forma condensada, contemplando, no mínimo, os valores relativos ao lucro ou prejuízo líquido do exercício, outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado, outros resultados abrangentes que poderão ser reclassificados para o resultado e resultado abrangente do exercício;

d) Demonstração dos fluxos de caixa resumida, apresentada de forma condensada, contemplando, no mínimo, os recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais, os recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de investimentos, os recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de financiamentos, o aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício, caixa e equivalentes de caixa no início do exercício, caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício;

e) Demonstração da mutação do patrimônio líquido resumida, apresentada de forma condensada, contemplando, no mínimo, as variações relacionadas ao capital social, as variações das reservas de capital, as variações das contas de ajustes da avaliação patrimonial (outros resultados abrangentes acumulados), variações de reservas de lucros e variações de lucros ou prejuízos acumulados e outras variações patrimoniais;

f) Demonstração do valor adicionado resumida, apresentada de forma condensada, contemplando, no mínimo, a receita, os insumos adquiridos de terceiros, o valor adicionado bruto, a depreciação, amortização e exaustão, o valor adicionado líquido produzido pela companhia, o valor adicionado recebido em transferência, o valor adicionado total a distribuir, e a distribuição do valor adicionado, separando em distribuição para pessoal e administradores, distribuição ao governo (impostos, taxas e contribuições), a remuneração do capital de terceiros e a remuneração do capital próprio.

A companhia deve avaliar a adequação da divulgação resumida sugerida e caso julgue necessário a segregação mais pormenorizada de quaisquer contas ou subcontas em suas demonstrações financeiras resumidas, deve fazê-lo. Caso algum grupo de contas acima elencado não possua saldo ou este não seja material, deve ser suprimida sua apresentação.

As instituições financeiras que sejam companhias abertas devem avaliar, dentro do mesmo escopo dos requisitos apresentados acima e em alinhamento com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional, a melhor forma de apresentação das demonstrações financeiras resumidas.

3. Notas explicativas

A nova redação do art. 289, II, da Lei nº 6.404/76 possibilita a divulgação dos trechos relevantes das notas explicativas. Ressalta-se que, da mesma maneira que as peças contábeis elencadas no item 2 deste Parecer de Orientação, as notas explicativas resumidas devem ser elaboradas a partir das notas explicativas completas das demonstrações financeiras auditadas, que devem estar devidamente divulgadas em endereço eletrônico claramente referenciado na publicação resumida.

As notas explicativas resumidas devem contemplar, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Breve contexto operacional da companhia;
- b) Bases de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras;
- c) Mudanças de práticas contábeis em relação ao exercício social anterior;
- d) Políticas contábeis críticas e as discricionárias;
- e) Eventos subsequentes relevantes.

A companhia deve avaliar a adequação da divulgação das notas explicativas resumidas sugerida e, caso identifique outras informações consideradas como relevantes e essenciais para o entendimento das suas demonstrações financeiras resumidas, deve adicioná-las às notas explicativas resumidas.

Recomenda-se, ainda, que seja divulgada na publicação resumida a proposta da destinação do resultado discriminando, se for o caso, a base de cálculo dos dividendos, inclusive os dividendos já pagos durante o exercício social e o montante do dividendo por ação.

4. Relatório do Auditor Independente resumido e Parecer do Conselho Fiscal resumido

A nova redação do art. 289, II, da Lei nº 6.404/76 possibilita a divulgação dos trechos relevantes do relatório do auditor independente e do parecer do Conselho Fiscal, quando houver.

Relatório do Auditor Independente resumido

Ressalta-se que o relatório do auditor independente resumido deve ser elaborado a partir do relatório do auditor independente completo, que deve estar devidamente divulgado em endereço eletrônico claramente referenciado na publicação resumida.

O relatório do auditor independente resumido deve conter, no mínimo:

- (i) tipo da opinião (sem modificação ou com modificação, especificando se opinião com ressalvas, opinião adversa ou abstenção de opinião);
- (ii) um resumo dos assuntos que levaram a modificações na opinião do auditor, se houver;
- (iii) declaração sobre a existência de um relatório sobre as demonstrações financeiras completas;
- (iv) onde o relatório do auditor se encontra disponível; e
- (v) data de emissão do relatório.

É importante destacar que a publicação de um "extrato das informações relevantes do relatório" consiste na inclusão de uma declaração sobre o conteúdo do relatório e não se confunde com a publicação de partes do relatório, nem consiste em opinião sobre as demonstrações financeiras resumidas que estão sendo publicadas.

O auditor independente deve verificar se as informações publicadas de forma condensada estão em consonância com as demonstrações financeiras completas auditadas e com o relatório emitido pelo auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas, em linha com o disposto no artigo 25, I da Resolução CVM 23/2021.

Parecer do Conselho Fiscal resumido

O parecer do conselho fiscal resumido deve ser elaborado a partir do parecer do conselho fiscal completo, que deve estar devidamente divulgado em endereço eletrônico claramente referenciado na publicação resumida.

O parecer do conselho fiscal resumido deve conter, no mínimo, a opinião do conselho fiscal sobre o processo de elaboração e o conteúdo das demonstrações financeiras e do relatório anual da administração, devendo ser incluídos menção se houve voto divergente e outros assuntos considerados como essenciais pelo conselho fiscal.

5. Menções a LAJIDA (EBITDA) e LAJIR (EBIT)

Quaisquer menções aos termos LAJIDA (EBITDA) e LAJIR (EBIT), incluindo as suas respectivas versões ajustadas, ou seja, EBITDA Ajustado ou EBIT Ajustado, na publicação a que se refere este parecer de orientação, devem ser obrigatoriamente acompanhados de conciliação dos valores apresentados, sendo que todos os números divulgados nessa conciliação deverão constar nas Demonstrações Financeiras da Companhia, em estrita observância à Instrução CVM nº 527/2012 e alinhados com as informações constantes no Relatório de Administração que acompanha as Demonstrações Financeiras da Companhia.

6. Aplicação e efeitos deste parecer

A CVM entende que os procedimentos acima descritos são formas adequadas de dar cumprimento às condições previstas no artigo 289, I e II, da Lei nº 6.404/76, introduzidas pela Lei nº 13.818/2019, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. Todavia, os procedimentos descritos neste parecer não são exclusivos nem exaustivos. No exercício de sua competência fiscalizadora e punitiva, a CVM poderá admitir a utilização de outros modos de cumprimento dos deveres legais.

Por fim, na aplicação deste Parecer, a CVM observará, quando aplicável, o art. 2º, parágrafo único, XIII da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que vedava a incidência retroativa de nova interpretação, e do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, conforme alterado pela Lei nº 13.655, de 25 de abril de 2018, que dispõe sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público.

Aprovado pelo Colegiado em reunião do dia 16 de dezembro de 2021.

MARCELO BARBOSA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Dados selecionados

Selecione o relatório desejado

Data-base: Tipo de instituição: Relatório:

Resumo

Valores monetários em R\$ mil

Informações com base nos documentos entregues até: 22/11/2021

[CSV](#) [Composição de Colunas](#) [Composição de Colunas em PDF](#)

Instituição financeira	Passivo										Patrimônio					Número de Postos de Atendimento		
	Carteira de Crédito				Circulante e Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros				Captações			Patrimônio Líquido		Lucro Líquido		Referência para Comparação com o RWA		
	TCB	SR	TD	TC	UF	Data	Ativo Total	Classificada	↓	↓	↓	↓	↓	↓	↓			
▼	▼	▼	▼	▼	▼	▼	↓ A	▼	▼	▼	▼	▼	▼	▼	▼	▼		
BB - PRUDENCIAL	b1	S1	I	1	BRASILIA	DF	09/2021	1.959.470.213	745.401.380	1.822.459.745	1.551.411.782	137.010.468	4.634.106	167.786.026	19,34%	14,80%	3.988	719
ITAU - PRUDENCIAL	b1	S1	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	1.935.715.336	768.483.906	1.785.602.454	1.330.043.047	150.112.883	5.982.861	161.098.702	14,71%	17,58%	2.904	958
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - PRUDENCIAL	b1	S1	I	1	BRASILIA	DF	09/2021	1.485.966.190	845.013.915	1.409.426.772	1.223.556.036	76.539.418	2.832.540	123.031.986	20,77%	12,85%	3.377	895
BRADESCO - PRUDENCIAL	b1	S1	I	2	OSASCO	SP	09/2021	1.448.810.802	580.194.074	1.301.190.429	1.042.575.018	147.620.373	6.653.244	141.772.638	15,18%	29,42%	3.112	1.388
SANTANDER - PRUDENCIAL	b1	S1	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	983.517.695	447.470.397	899.622.991	694.928.033	83.894.703	4.445.068	85.679.408	14,30%	15,71%	2.609	1.953
BNDES - PRUDENCIAL	b4	S2	I	1	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	724.573.230	298.895.433	605.505.614	211.633.753	119.067.616	11.254.526	182.208.695	37,47%	6,47%	5	0
BTG PACTUAL - PRUDENCIAL	b1	S1	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	366.008.028	96.561.392	328.138.811	263.173.293	37.869.217	1.743.180	36.249.231	16,06%	30,99%	39	0
SAFRA - PRUDENCIAL	b1	S2	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	238.333.042	101.729.739	223.172.843	191.310.586	15.160.199	593.053	21.114.446	14,23%	32,92%	120	4
CITIBANK - PRUDENCIAL	b1	S2	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	137.400.578	25.476.698	126.673.850	70.825.673	10.726.728	320.767	10.517.740	16,98%	2,54%	57	8
VOTORANTIM - PRUDENCIAL	b1	S2	I	2	SAO PAULO	SP	09/2021	120.368.338	65.154.349	108.264.802	84.832.872	12.103.535	377.770	12.359.250	15,66%	17,80%	9	29
BANRISUL - PRUDENCIAL	b1	S2	I	1	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	101.668.567	38.701.792	92.919.417	77.735.865	8.749.150	156.602	6.831.201	14,46%	11,41%	520	127
JP MORGAN CHASE - PRUDENCIAL	b1	S3	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	101.198.589	4.303.514	94.563.630	61.886.757	6.634.959	218.394	6.620.902	14,05%	1,16%	9	0
BCO COOPERATIVO SICREDI - PRUDENCIAL	b1	S3	I	2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	98.206.707	16.479.631	95.702.310	88.750.811	2.504.397	30.297	2.091.621	13,20%	4,79%	7	0
CIELO - PRUDENCIAL	n4	I	2		BARUERI	SP	09/2021	89.516.718	61.234	76.610.976	3.997.643	12.905.741	266.827	NA	NA	1	0	
XP INVESTIMENTOS CCTVM S/A - PRUDENCIAL	b1	S3	I	2	RIO DE JANEIRO	RJ	09/2021	88.188.534	10.547.461	83.517.954	62.966.349	4.670.579	-62.344	3.683.130	15,25%	4,82%	6	0
BANCOOB - PRUDENCIAL	b1	S3	I	2	BRASILIA	DF	09/2021	81.968.792	14.700.756	79.752.476	67.663.567	2.216.316	55.067	2.209.701	13,86%	12,69%	8	0
BNP PARIBAS - PRUDENCIAL	b1	S3	I	3	SAO PAULO	SP	09/2021	80.024.865	14.777.281	75.528.334	23.862.454	4.496.531	68.504	5.032.889	13,55%	1,80%	7	0
NU PAGAMENTOS - PRUDENCIAL	n1	I	2		SAO PAULO	SP	09/2021	73.435.390	28.006.458	70.154.745	44.847.829	3.280.644	-47.014	*	*	*	7	0

Relatórios ()	Instituição financeira / Idioma/Language ()	IF data										Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA					Número de Agências	Número de Postos de Atendimento
		TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Ativo Total	Z A	Carteira de Crédito Classificada	Exigível a Longo Prazo e Resultados de Exercícios Futuros	Captações	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Índice de Basileia	Índice de Imobilização	
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO																		
MÚTUO DOS TRABALHADORES DA COOPER STANDARD AUTOMOTIVE BRASIL SEALING LTDA. E FLUID SYSTEMS LTDA.	b3S S5 I 2	VARGINHA	MG	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	0	1
COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO																		
MÚTUO DOS EMPREGADOS DO SEBRAE BAHIA LTDA.	b3S S5 I 2	SALVADOR	BA	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	0	0
AG. FOMENTO ESTADO DE RORAIMA - PRUDENCIAL	n1 S4 I 1	BOA VISTA	RR	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	11.811	83,50%	6,94%	2	0	
AFAL - PRUDENCIAL	n1 S4 I 1	MACEIO	AL	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	1	0
AG. FOMENTO AMAPA S.A. - PRUDENCIAL	n1 S4 I 1	MACAPA	AP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
LEROSA S.A. CVC - PRUDENCIAL	n2 S4 I 2	SAO PAULO	SP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	-660	-2,12%	3.391,00%	2	0	
RPW SCMEPP - PRUDENCIAL	n1 S5 I 2	SAO PAULO	SP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
ACCESSCREDITO SCMEPP - PRUDENCIAL	n1 S5 I 3	MANAUS	AM	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
MUTUAL APETRIM CI S/A - PRUDENCIAL	n1 S4 I 2	BELO HORIZONTE	MG	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
FACTA S.A. CFI - PRUDENCIAL	n1 S4 I 2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
FRAM CAPITAL DTVM S.A. - PRUDENCIAL	n2 S4 I 2	SAO PAULO	SP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
FFA SCMEPP LTDA - PRUDENCIAL	n1 S5 I 2	SAO PAULO	SP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
QI SCD - PRUDENCIAL	n1 S5 I 2	SAO PAULO	SP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	4	0
MARU SCD - PRUDENCIAL	n1 S5 I 2	SAO PAULO	SP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
NUMBRS SCD - PRUDENCIAL	n1 S5 I 2	SAO PAULO	SP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
BARU SCD - PRUDENCIAL	n1 S5 I 2	PORTO ALEGRE	RS	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	2	0
BNQI SCD - PRUDENCIAL	n1 I 2	SAO PAULO	SP	09/2021	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	NI	*	*	*	*	1	0

▼ TCB - Tipo de Consolidado Bancário

▼ SR - Segmento Resolução nº 4.553/2017

▼ TD - Tipo de Consolidação

▼ TC - Tipo de Controle

^

1. De acordo com a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, as instituições financeiras devem apurar resultados em 30 de junho e em 31 de dezembro de cada ano, obrigatoriamente, com observância às regras contábeis estabelecidas pelo CMN. Dessa forma, em março e setembro, os dados contábeis referentes às receitas e às despesas correspondem aos saldos acumulados entre janeiro e março e entre julho e setembro, respectivamente. Os demonstrativos de resultado de junho e dezembro registram os valores acumulados entre janeiro e junho e entre julho e dezembro, respectivamente.

2. Os dados constantes deste relatório são fornecidos pelas próprias instituições, podendo apresentar diferenças em relação aos dados divulgados na imprensa em atendimento à legislação societária pelas instituições constituídas sob a forma de sociedade anônima.

3. NI: Não informado pela instituição até a publicação do relatório.

4. Na data-base de dezembro, serão republicados os dados contábeis, de capital e de crédito dos últimos quatro trimestres, com as informações mais recentes recebidas das instituições. Dessa forma, os dados poderão ser alterados no caso de reapresentação de documentos.

5. O recurso de "Composição de Colunas" e "Composição de Colunas em PDF" permite consultar as rubricas contábeis de cada coluna do relatório.

6. As informações resumidas de Capital estão disponíveis no relatório Resumo para as instituições selecionadas do tipo Conglomerados Financeiros e Instituições Independentes de dezembro/2000 até dezembro/2014 e para as instituições selecionadas do tipo Conglomerado Prudencial e Instituições Independentes a partir de março/2015.

(*) Limites calculados no relatório 'Informações de Capital' por instituição financeira caracterizada como subsidiária em conglomerado liderado por instituição de pagamento.

7. Entre setembro/2017 e março/2018, o cálculo do número de agências inclui as sedes. A partir de junho/2018, o número de agências exclui as sedes, exceto para cooperativas.

Relatórios () Idioma/Language ()



Itaú Unibanco Holding S.A.

Companhia Aberta - CNPJ 60.872.504/0001-23

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2021

Resultado recorrente gerencial	Índice de eficiência	ROE recorrente gerencial	Despesas não decorrentes de juros
R\$ 26,9 bi	44,0% 42,0% Brasil	19,3% 19,9% Brasil	+2,0% R\$ 51,2 bi VS. 2020

Composição do resultado recorrente gerencial por negócio



Carteira de crédito¹ em bilhões de reais



Prezado leitor,

Chegamos a 2022 com um olhar otimista, com cautela para enfrentar os desafios, e seguiremos com nossos projetos de transformação tecnológica e cultural tendo o cliente no centro de todas as nossas ações.

Como banco brasileiro com a maior parte de nossas operações no Brasil, somos significativamente afetados pelas condições econômicas, políticas e sociais do país. O PIB brasileiro diminuiu 3,9% em 2020 impactado pelo surto de coronavírus. As respostas fiscais, a flexibilização da política monetária e a reabertura gradual das atividades econômicas levaram a uma recuperação no segundo semestre de 2020. Após um avanço significativo no 1º trimestre de 2021, o PIB retraiu no 2º trimestre de 2021. A volatilidade do setor agrícola e as restrições de oferta industrial estiveram por trás dessa queda no desempenho. Houve uma ligeira redução no 3º trimestre por conta da queda no desempenho do setor agrícola, fortemente impactado por problemas climáticos, e dos setores ligados ao consumo de bens. O PIB provavelmente terá uma maior queda no 4º trimestre, e projetamos crescimento de 4,3% para 2021. O nível significativamente alto da taxa SELIC já está impactando a atividade econômica, consequentemente para 2022 esperamos uma redução de 0,5% no PIB, causada principalmente pelo impacto das altas taxas de juros sobre a demanda agregada.

Depois de atingir 2,0% a.a. em agosto de 2020, o Banco Central do Brasil começou um ciclo de alta a partir de março de 2021, com a taxa Selic chegando a 9,25% a.a. em dezembro do mesmo ano, um patamar considerado restritivo.

O ciclo de aperto monetário continuou no início de 2022, com a decisão do Copom de elevar a taxa de juros para 10,75% a.a. em fevereiro. Esperamos uma alta adicional para 11,75% na reunião do comitê em março e que a taxa Selic termine o ciclo de alta em 12,50%, patamar em que esperamos que permaneça até o final deste ano.

O índice de preços ao consumidor, IPCA, fechou o ano em 10,06%. Esse resultado foi ocasionado por choques subsequentes de preços durante o ano, principalmente nos preços de energia, em função da escassez de água no sistema de bandeiras tarifárias, e nos preços de combustível automotivo, por conta do aumento dos preços do petróleo bruto. Os itens alimentícios e industriais também sofreram pressão inflacionária no ano. Em 2022, a inflação deve recuar para 5,5%, devido ao menor impacto de choques passados e pela taxa SELIC, significativamente acima do neutro. Dessa forma, esperamos desinflação nos preços de consumo e em energia.

O compromisso com os clientes segue prioritário e ao final do ano nossa carteira de crédito superou R\$ 1 trilhão

Durante o 1º semestre de 2021, lançamos a campanha #Feito com Você, que nos direciona a reconhecer que quem realmente sabe o que o cliente quer é ele mesmo. O sucesso de nossas ações vem da escuta aberta às suas necessidades.

Nosso cliente agora é digital, e busca no Itaú o conforto e a praticidade de poder ter toda a prateleira de serviços e produtos na palma de sua mão. Para esse fim, iniciamos a implementação de um projeto ambicioso, chamado de iVarejo 2030, que consiste em mudar completamente a experiência dos clientes, ressignificando a proposta de valor de nossos negócios em duas frentes principais, a abordagem Phygital e Omnichannel, mas não se resumindo somente a elas.



Com essas inovações em mente, fomos o primeiro banco brasileiro a criar um serviço de abertura de conta corrente através do WhatsApp, o que acelera esse processo e ainda proporciona toda a segurança. A funcionalidade está em fase piloto com servidores públicos de Minas Gerais, mas deve ser expandida para todos os clientes em breve. O objetivo é reduzir a burocracia, que ainda é muito atribuída aos grandes bancos, e dar ao cliente a possibilidade de iniciar o seu relacionamento conosco da forma que preferir, além de já permitir uma jornada mais customizada desde o início de seu relacionamento conosco.

Nós também expandimos nosso atendimento através dos canais do WhatsApp, e em 2021, quase 5,8 milhões de clientes do banco utilizaram a plataforma como canal de atendimento, totalizando mais de 12,6 milhões de conversas - contemplando diversas funcionalidades, como consulta de saldo e limite de cartão, envio

da 2ª via de faturas de cartão de crédito e do boleto de financiamento imobiliário, renegociação, entre outras.

Nossa carteira de crédito superou R\$ 1 trilhão ao final de 2021

Tivemos um crescimento de 18,1% no comparativo com 2020, com crescimentos importantes em todas as linhas de negócio no Brasil, com destaque para a carteira de pessoas físicas, que cresceu 30,1%.

Batemos recordes de produção no crédito imobiliário para pessoas físicas, nos consolidando como o maior banco privado nesse mercado. Em 2021, originamos R\$ 46 bilhões, um crescimento de 128% em relação ao ano anterior. Com nossa nova jornada digital e menos burocratizada tivemos um aumento em nosso NPS transacional, que foi de 35 pontos em março para 73 pontos em dezembro.

Pula Parcela

Nossos clientes agora podem pular até duas parcelas consecutivas de seus financiamentos imobiliários a cada 12 meses. A adesão ao Pula Parcela é feita de forma 100% digital, apenas por meio do SuperApp Itaú.

Nosso propósito principal é auxiliar a realização de sonhos dos nossos clientes em cada momento de suas vidas, com proximidade e apoio durante toda a jornada de um financiamento imobiliário. A inovação do Pula Parcela auxiliará na organização financeira de nossos clientes, permitindo mais autonomia e flexibilidade no dia a dia.

Precisando de um fôlego?

Itaú tem 3 opções para você reiniciar seu topo.



- contratação online**
Envie sua proposta e acompanhe pelo tracking em nossos canais

- consultores especializados**
Atendimento por WhatsApp e apoio durante toda a contratação

- resposta da sua análise de crédito**
Retorno em até 1 hora para financiamentos de até R\$ 1,5 milhão

- use seu FGTS**
Para compor o valor de entrada ou durante o seu contrato

- ajuda extra**
Inclua os gastos de cartório e impostos em seu financiamento

- seguro habitacional**
Em caso de emergência, segurança pra você e seu imóvel

Atingimos marcos importantes com o iti



4,7 milhões de clientes nesse trimestre, sendo que 86,3% não são correntistas



+ 14,6 milhões de contas*

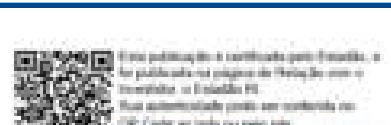


+ 66% de cliente com até 35 anos



Cartão inclusivo do iti vence prêmio Brasil Design Awards de impacto positivo

Vencemos a 11ª edição do Brasil Design Awards na categoria Impacto Positivo, a mais importante premiação de design do país, por termos lançado de forma pioneira no Brasil cartões que oferecem atributos de acessibilidade para pessoas com deficiência visual, como escrita em braile, ausência de números no plástico e recorte na lateral para identificação de qual lado deve ser inserido em maquininhas na hora do pagamento.





Itaú Unibanco Holding S.A.

Companhia Aberta - CNPJ 60.872.504/0001-23

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2021 (continuação)

Com o iti, nosso banco digital, expandimos a estratégia de atrair para nossa operação um novo público, que antes não tinha acesso a uma carteira completa de produtos e serviços. Mais de 66% dos clientes do iti tem menos de 35 anos, o que mostra que estamos atingindo nosso objetivo de atrair um público mais jovem, que busca além de uma jornada menos burocrática e mais personalizada, a praticidade de ter todos os serviços que precisa na palma de sua mão. Confirmando a assertividade de nossa estratégia, observamos números sólidos de aberturas de contas, sendo 2 milhões de aberturas apenas no último mês do ano, totalizando 14,6 milhões de clientes em 31 de dezembro de 2021. Com o open finance, que já começamos a implantar no iti, desde o segundo trimestre de 2021, demos ao cliente que possui conta no Itaú, a possibilidade de visualizar seu saldo agregado dentro do app, com a expectativa de que futuramente seja possível também consolidar o saldo com outras instituições financeiras. Em 2022, o open finance trará novas aplicações e possibilidades para continuarmos inovando cada vez mais.

Toda essa mudança estratégica e tecnológica depende de uma mudança de mentalidade, que está sendo conduzida em todas as áreas da instituição. Desde setembro estamos testando três formatos de trabalho: Híbrido com escala, em que as pessoas têm dias e frequência para trabalhar de forma presencial; Híbrido flexível, em que de acordo com a necessidade, são combinados dias específicos de presença física; e Presencial, cuja ida ao banco é diária para atender as necessidades dos clientes, como em áreas comerciais, de atacado e banco de investimento. Oferecemos a autonomia de operação para cada área decidir qual dos formatos gera melhores resultados e maior eficiência ao seu tipo de atividade.

Redução de participação minoritária na XP Inc

Em 26 de novembro de 2020, divulgamos que o Conselho de Administração do Itaú Unibanco aprovou a cisão parcial do investimento detido na XP Inc. para uma nova sociedade, XPart S.A. Após manifestação favorável do US Federal Reserve Board, a XPart S.A. foi constituída em 31 de maio de 2021, pela parcela do investimento na XP Inc e pelo montante em dinheiro correspondente a R\$ 10 milhões, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de janeiro de 2021. Em 1º de outubro de 2021, foi aprovada a incorporação da XPart S.A. pela XP Inc. Diante da incorporação e consequente extinção da XPart S.A. pela XP Inc., os acionistas do Itaú Unibanco Holding que passaram a deter, também, participação acionária na XPart S.A., receberam em substituição a participação acionária na Xp Inc.

Após todos os eventos descritos, o Itaú Unibanco Holding deixou de ter participação acionária na XP Inc. Contudo, informamos que obtivemos aprovação do BACEN para adquirir aproximadamente 11,38% do capital social total da XP Inc. (considerando a atual quantidade de ações emitidas), conforme previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, celebrado em 11 de maio de 2017, entre algumas de nossas afiliadas.

A consumação dessa operação está prevista para ocorrer em 2022, após a divulgação das demonstrações financeiras auditadas da XP Inc. referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. São necessárias, ainda, aprovações de órgãos reguladores no exterior para concretização de referida aquisição.

Zeramos a anuidade do cartão Instituto Ayrton Senna, que reverte parte do faturamento para a educação

Seguimos ampliando nosso movimento de incluir cartões sem anuidade em nossa prateleira de produtos. Dessa vez, retiramos da tarifa de um produto que apoia uma causa muito especial: trata-se do cartão Instituto Ayrton Senna Itaucard Platinum, que tem contribuído há mais de 20 anos com a educação do Brasil e já ajudou a levar ensino de qualidade a milhares de crianças e jovens. Criado em parceria com o Instituto Ayrton Senna, o produto reverte parte do valor das compras feitas pelos clientes para projetos de educação, sem que o cartonista pague mais por isso. É possível acompanhar a destinação dos recursos no site do Instituto.

Ampliamos o serviço de retirada de moeda estrangeira no Banco24Horas para todos os clientes

Cientes pessoa física de todos os segmentos podem comprar dólar e euro em espécie no app e retirar nos caixas Moeda Estrangeira Banco24Horas. Os caixas exclusivos para este serviço são identificados pela cor cinza com os símbolos do dólar e do euro. Atualmente, eles podem ser encontrados nos shoppings Cidade Jardim, Bourbon, Villa Lobos, Pamplona e Tiete Plaza Shopping, na cidade de São Paulo. A expansão para outros pontos, incluindo aeroportos, deve ocorrer nos próximos meses.

Lançamos linha de empréstimo pessoal para compras em e-commerce

Chamada de Itaú Parcela Fácil, a nova linha é voltada para quem quer comprar itens de maior valor para sua casa, família ou uso pessoal, permitindo parcelamentos em até 60 vezes (acima das 24 usualmente praticadas no cartão de crédito) e 90 dias para começar a pagar. A nova solução já está disponível para compras de produtos Electrolux no site da marca e será expandida para outros parceiros nos próximos meses. A novidade está disponível para clientes Itaú que já tenham limite de empréstimo pessoal pré-aprovado - e além dos prazos mais amplos, tem como grande vantagem não comprometer o limite do cartão de crédito.

RECLAME AQUI

Em meio a tantas mudanças e desafios, recebemos o reconhecimento de melhor atendimento nas categorias: Banco, Cartões de Crédito, Cartões de Crédito Co-Branded, Consórcio, Financiamento de Autos, Operadoras e Administradoras de Cartão no Prêmio Reclame Aqui 2021, que foi realizada entre setembro e outubro de 2021, e contou com a participação de mais de 800 empresas brasileiras. O prêmio é de grande importância para nós, dada a seriedade com que a pesquisa é realizada e a relevância do Reclame Aqui para o consumidor.



Aumentamos a nossa participação no Itaú Corpbanca

Aumentamos nossa participação de 39,22% para 56,60% no capital votante e total do Itaú Corpbanca. Esse aumento de participação acionária aconteceu no âmbito do aumento de capital do Itaú Corpbanca, por meio do exercício dos direitos de subscrição. O efeito esperado em nossos índices de capital é imaterial.

Emissão de Letras Financeiras Subordinadas Nível 2

Em setembro de 2021, realizamos emissão de Letras Financeiras Subordinadas Nível 2 no montante total de R\$ 5,5 bilhões em negociações privadas com investidores profissionais. Essas Letras Financeiras possuem prazo de vencimento de 10 anos com opção de recompra a partir de 2026, sujeito a prévia autorização do Banco Central do Brasil. As Letras ficam autorizadas a compor o nosso Capital Nível 2 do Patrimônio de Referência.

Seguimos com o compromisso de contribuir com R\$ 400 bilhões para o desenvolvimento sustentável até 2025 por meio de iniciativas de negócio que promovam uma economia sustentável, cada vez mais verde e inclusiva. Abaixo, o status dessa iniciativa:

R\$ 170 bilhões já alocados

de agosto de 2019 à dez de 2021

R\$ 128 bi
crédito para setores de impacto positivo
energia renovável, saúde e educação, infraestrutura, papel e celulose e agronegócio

R\$ 23 bi
produtos ESG do Varejo
crédito para mulheres, financiamento de carros elétricos e híbridos, microcrédito

R\$ 19 bi (1)
estruturação de renda fixa com selo ESG
operações no mercado local e externo (green, sustainable and sustainability-linked bonds, etc.)

(1) Valor calculado considera proporcionalmente a parcela de participação do Itaú na estruturação de operações ESG, sendo que o valor total dessas operações corresponde a R\$ 58 bilhões.

Fomos selecionados, mais uma vez, para compor o DJSI World

Pelo 22º ano consecutivo, na edição 2021/2022, integramos a carteira do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI World), sendo o único banco latino-americano a fazer parte desse importante índice desde a sua criação em 1999. O DJSI World é composto por empresas líderes globais em sustentabilidade, representando 10% das 2.500 maiores empresas do índice S&P Global BMI com melhor avaliação em fatores econômicos, ambientais e sociais. Também fomos selecionados para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, pelo 17º ano consecutivo, e permanecemos na carteira do Índice de Igualdade de Gênero Bloomberg de 2022.

Itaú Unibanco está dentro do índice IGPTW da B3

Lançado no início de janeiro de 2022, o novo índice IGPTW B3 é uma parceria entre a B3 e a Great Place to Work (GPTW), que busca capturar a geração de resultados positivos das empresas que investem no ambiente de trabalho, ou seja, que estão embarcadas num processo constante de transformação cultural que privilegia as relações entre as pessoas e o desenvolvimento dos funcionários. A primeira carteira do recém-lançado índice reúne ações de 45 empresas. Onze delas fazem parte do ranking das 150 melhores empresas para trabalhar e possuem peso dobrado no índice em relação às outras 34 empresas que são certificadas pela Great Place to Work (GPTW). A Pesquisa Melhores Empresas para Trabalhar já é realizada desde 1997 pelo GPTW e Época Negócios, e pelo 13º ano nos classificamos. Neste ano, atingimos o 2º lugar entre as companhias com mais de 10 mil funcionários. Somos o melhor banco para trabalhar no Brasil e somos uma das dez melhores empresas para profissionais com deficiência, também de acordo com a GPTW.

Lançamos a primeira carteira recomendada ESG do Brasil com ativos de renda fixa e variável

Disponibilizamos uma carteira mensal inédita com recomendações de investimentos em renda fixa e variável selecionados com base nos critérios ESG (Environmental, Social e Governance). A primeira edição traz 11 produtos, entre Fundos ESG, Fundos sociais, ações, ETFs, COEs, Certificados e Títulos. No documento, são indicadas diferentes composições de portfólio, de acordo com perfis variados e considerando investidores gerais e qualificados. Os principais objetivos da iniciativa são oferecer recomendações para os clientes que veem os critérios ESG como fundamentais para sua decisão de investimento, não se restringindo apenas a indicações de ações, e usar a abrangência da nossa marca como agente de mudança para incentivar gestores, emissores e investidores a considerarem novas opções e soluções para investimentos sustentáveis.

Queremos promover o acesso e ampliação de direitos, melhorar a qualidade de vida nas cidades e fortalecer o poder de transformação das pessoas.

Para isso, reafirmamos nosso pacto com a sociedade brasileira por meio de nosso Compromisso de Investimento Social Privado.

	Brasil		LATAM (3)		Total (R\$ milhões)
	Valor (R\$ milhões)	Número de Projetos	Valor (R\$ milhões)	Número de Projetos	
Não incentivado (1)	613,3	1.123	26,7	109	640,1
Educação	315,0	735	3,7	40	318,8
Esporte	0,5	5	-	-	0,5
Cultura.....	129,5	87	11,6	27	141,1
Mobilidade Urbana.....	58,2	21	4,4	4	62,6
Diversidade.....	6,7	27	-	-	6,7
Inovação e Empreendedorismo	50,5	24	0,4	9	50,9
Desenv. e Participação Local	46,1	220	4,9	28	51,0
Saúde	6,8	4	1,7	1	8,5
Incentivado (2)	114,7	225	6,5	3	121,3
Cultura.....	56,4	96	6,2	2	62,6
Educação	10,0	37	0,3	1	10,3
Esporte	9,6	36	-	-	9,6
Saúde	24,8	20	-	-	24,8
Idoso	14,0	36	-	-	14,0
Total	728,1	1.348	33,3	112	761,3

(1) Recursos próprios das empresas do banco e dos orçamentos próprios das fundações e institutos. (2) Recursos com incentivo fiscal através de leis como Rouanet, Incentivo ao Esporte, entre outras. (3) Os valores em moeda estrangeira foram convertidos para reais em 31 de dezembro de 2021.

Diante da pandemia da covid-19, o investimento social privado se torna ainda mais relevante, fomentando iniciativas necessárias para a travessia deste período de dificuldades. Criar o compromisso de Investimento Social Privado significa reafirmar nosso pacto com a sociedade brasileira, fortalecendo laços de confiança em meio a incerteza. Nossa agenda de Investimento Social Privado, que assim como os demais compromissos está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, é focada em quatro grandes frentes de atuação: Educação, Cultura, Mobilidade e Longevidade, áreas que em que já temos histórico de atuação.

Reconhecimento à área de RI em duas categorias



Prêmio APIMEC

IBRI

Pelo 2º ano consecutivo, fomos reconhecidos pela APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais) e pelo IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores), nas categorias: Melhor Profissional de Relações com Investidores; e Melhor Prática e Iniciativa de Relações com Investidores.



Melhor Relatório Anual no Prêmio ABRASCA

Fomos também vencedores do 23º Prêmio ABRASCA com o Melhor Relatório Anual na categoria de companhia aberta com receita líquida igual ou superior a R\$ 3 bilhões. Conquistamos pela terceira vez este prêmio que reconhece relatórios elaborados com maior clareza, transparência, qualidade das informações e inovação.

Criar valor é obter resultados financeiros superiores ao custo de capital que remunerem os nossos acionistas e demais stakeholders por meio de relações éticas e responsáveis, pautadas pela confiança e transparência, e com foco na sustentabilidade dos negócios.

Abaixo, apresentamos os principais indicadores que compõem o nosso resultado:

Em R\$ bilhões	2021	2020	Variação
Informações de Resultado			
Produto Bancário (1).....	125,6	114,8	9,4%
Margem Financeira Gerencial.....	78,1	70,1	11,5%
Margem Financeira com Clientes	70,5	65,1	8,3%
Margem Financeira com Mercado.....	7,7	5,0	53,3%
Receitas de Prestação de Serviços.....	39,9	37,2	7,1%
Receitas de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e das Despesas de Comercialização	7,6	7,5	1,7%
Custo do Crédito.....	(20,2)	(30,2)	-33,0%
Despesas não Decorrentes de Juros	(51,2)	(50,2)	2,0%
Resultado Recorrente Gerencial	26,9	18,5	45,0%
Lucro Líquido Contábil	25,0	18,9	32,1%
Retorno Recorrente Gerencial sobre o Patrimônio Líquido Médio anualizado (2).....	19,3%	14,5%	4,8 p.p.
Informações Patrimoniais			
Ativos totais.....	2.166,0	2.116,1	2,4%
Total de Operações de Crédito (3).....	1.027,2	869,5	18,1%
Índice de Inadimplência (90 dias).....	2,5%	2,3%	0,2 p.p.
Índice de Capital Nível I.....	13,0%	13,2%	-0,



Itaú Unibanco Holding S.A.

Companhia Aberta - CNPJ 60.872.504/0001-23

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2021 (continuação)

Ações	2021	2020	Variação
Média Ponderada da Quantidade de Ações			
em Circulação - em milhões	9.777	9.760	0,2%
Lucro Líquido por Ação - Básico - R\$	2,56	1,94	31,9%
Valor Patrimonial por Ação - R\$ (Em circulação em 31/12)	14,8	14,0	5,6%
Outros	2021	2020	Variação
Agências	4.335	4.336	0,0%
Agências Físicas e Postos de Atendimento Bancário (PABs)	4.112	4.141	-0,7%
Agências Digitais	223	195	14,4%
Colaboradores (em milhares)	99,6	96,5	3,2%
Brasil	87,3	83,9	4,1%
Exterior	12,3	12,6	-2,9%

(1) Soma das Receitas da Prestação de Serviços e do Resultado de Operações de Seguros e Previdência Privada antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização, líquidas de Resseguros. (2) O cálculo do retorno foi efetuado dividindo-se o Resultado Recorrente Gerencial pelo Patrimônio Líquido Médio. O quociente dessa divisão foi multiplicado pelo número de períodos no ano para se obter o índice anual. As bases de cálculo dos retornos foram ajustadas pelos valores dos dividendos propostos após as datas de fechamento dos balanços ainda não aprovados em assembleias gerais ordinárias ou em reuniões do Conselho de Administração. (3) Carteira de Crédito com Garantias Financeiras Prestadas e Títulos Privados.

Análise de Resultado

Os percentuais de aumento ou diminuição nesta seção referem-se à comparação entre o acumulado do ano de 2021 em relação ao mesmo período de 2020, exceto quando indicado de forma diferente.

Em 2021 o lucro líquido contábil atingiu R\$ 25,0 bilhões, com aumento de 32,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Após ajustes dos itens extraordinários, nosso resultado recorrente gerencial atingiu R\$ 26,9 bilhões, com aumento de 45,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. O retorno recorrente gerencial sobre o patrimônio líquido médio foi de 19,3%. Destacamos o crescimento de 18,1% da carteira de crédito total. A seguir, apresentamos o crescimento das carteiras nos principais segmentos:

- 30,1% em pessoas físicas;
- 23,4% em micro, pequenas e médias empresas no Brasil;
- 16,6% em grandes empresas no Brasil;
- 2,8% na América Latina, crescimento de 10,9% desconsiderando o impacto da variação cambial no período.

Na comparação com 2020, houve crescimento de 11,0% na originação de crédito no Brasil, sendo:

- 35,8% para pessoas físicas, destaque para as produções recordes nas carteiras de crédito imobiliário e de veículos;
- crescimento de 6,3% para micro, pequenas e médias empresas; e
- crescimento de 0,1% para grandes empresas.

O efeito positivo do crescimento da carteira, associado com a gradual mudança do mix da carteira para créditos relacionados ao segmento de varejo, levaram a um crescimento de 8,3% na margem financeira com clientes. Merece destaque o crescimento verificado nos últimos meses do ano de 2021 das linhas de crédito como cartão de crédito financiado, cheque especial e crédito pessoal, produtos com melhores spreads. Além disso, o aumento verificado no decorrer do ano na taxa de juros trouxe um impacto positivo para a remuneração de nosso capital de giro próprio e para a margem de passivos. Esses efeitos positivos foram parcialmente compensados por menores spreads em produtos de crédito. Somado a esse crescimento da margem com clientes, também tivemos aumento na margem financeira com o mercado e redução no custo do crédito. Ambos os movimentos estão relacionados com a alta volatilidade no mercado durante o 1º trimestre de 2020. As receitas com prestação de serviços e seguros aumentaram 5,8% no ano.

Esse aumento ocorreu em função do maior faturamento na atividade de emissão de cartões e dos maiores ganhos com assessoria econômico-financeira em função da maior atividade do mercado de capitais.

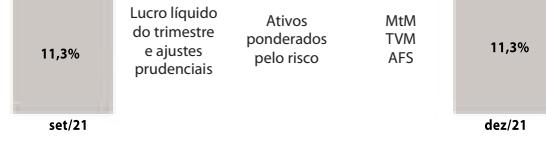
As despesas não decorrentes de juros subiram 0,5% no Brasil, mesmo com a inflação acumulada de 10,1% no período. Vale notar que seguimos investindo em tecnologia e em nossos negócios, e nosso programa de eficiência tem contribuído de forma decisiva para essa performance. O aumento de 2,0% das despesas no consolidado está relacionado com a variação cambial das operações na América Latina.

O Índice de Capital Nível I mede a relação entre o capital do banco e o nível de risco de seus ativos. A manutenção em níveis adequados visa a proteger a instituição em caso de eventos de stress severos.

É por meio da gestão de capital que buscamos otimizar a aplicação dos recursos dos acionistas e garantir a solidez do banco.

Apresentamos os principais eventos que impactaram o nosso índice no quarto trimestre de 2021:

Índice de capital Nível I

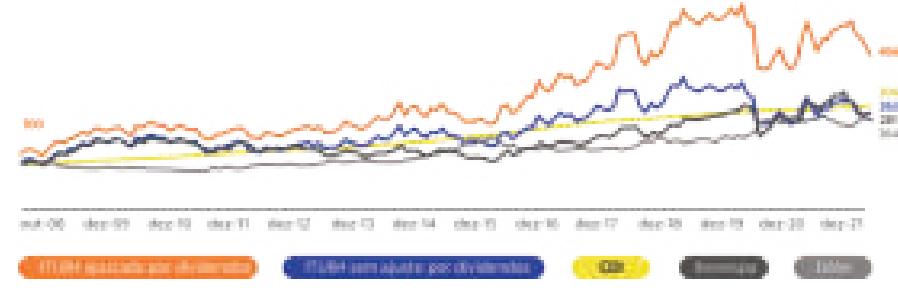


Em 31 de dezembro de 2021, o nosso índice de Capital Nível I atingiu 13,0%, 4,0 p.p. acima do nível mínimo regulatório com os adicionais de capital principal (9,0%). Nossa Capital Nível I é composta por 11,3% de Capital Principal e 1,7% de Capital Complementar Nível I.

O gráfico a seguir demonstra o volume financeiro negociado diariamente com nossas ações, que possuem participação relevante em índices de mercado no Brasil e no exterior.

Nossas ações continuam sendo negociadas com elevada liquidez, tanto no Brasil como nos Estados Unidos, com aumento de 50,7% no volume médio diário negociado desde 2019. Em 2021 nosso payout foi de 23,2% e nosso dividend yield foi de 2,7%.

Além disso, nossas ações encerram o trimestre cotadas a R\$ 20,95 (ITUB4 - ação preferencial) e R\$ 19,09 (ITUB3 - ação ordinária). Apresentamos a evolução de R\$ 100 investidos desde a fusão entre Itaú e Unibanco em novembro de 2008.



Evento subsequente: aquisição da corretora Ideal

Em janeiro de 2022, celebramos com a Ideal Holding Financeira S.A. e suas subsidiárias ("Ideal") um contrato de compra e venda de até 100% de seu capital social. A compra será realizada em duas etapas ao longo de 5 anos. Na primeira, iremos adquirir 50,1% do capital social e votante da Ideal, por meio de um aporte primário e da aquisição secundária de ações que totalizam aproximadamente R\$ 650 milhões, passando a deter o controle da companhia. Na segunda, após 5 anos, poderemos exercer o direito de compra do percentual restante (49,9%) do capital social da Ideal. A gestão e a condução dos negócios da Ideal continuarão autônomas em relação ao Itaú Unibanco. Nesse contexto a Ideal continuará atendendo seus clientes e o Itaú Unibanco não terá exclusividade na prestação de serviços.

Essa aquisição reforça nosso ecossistema de investimentos e permitirá (i) contar com talento e expertise dos profissionais da Ideal, reconhecidos pela alta capacidade de inovar; (ii) a oferta de produtos e serviços financeiros ("broker as a service") em modelo B2B2C por meio da plataforma white label; (iii) a possível aceleração da entrada no mercado de agentes autônomos de investimento; e (iv) o aperfeiçoamento da distribuição de produtos e serviços de investimento para clientes pessoas físicas. A Ideal é uma corretora 100% digital e atualmente oferece soluções de trading eletrônico e DMA (direct market access), dentro de uma plataforma flexível e cloud-based. O investimento na Ideal reforça o compromisso com nossos clientes pela busca de soluções transformadoras em um mercado em franca expansão, permitindo a ampliação da oferta de produtos e serviços nos canais mais convenientes a cada perfil de cliente e o desenvolvimento sustentável nos negócios.

A conclusão desta operação está sujeita às aprovações do CADE e do BACEN.

Publicação das Demonstrações Financeiras

Em 25 de abril de 2019, foi publicado no Diário Oficial da União a Lei nº 13.818/19, que trouxe alteração no art. 289 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) e estabeleceu a extinção da obrigatoriedade de realizar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações no Diário Oficial da União, do Estado ou do Distrito Federal. Assim, desde 01 de janeiro deste ano, as companhias somente precisarão realizar as publicações obrigatórias em jornal de grande circulação editado na localidade em que se situar a sua sede. As nossas demonstrações financeiras serão publicadas de forma resumida no jornal "O Estado de São Paulo", com divulgação simultânea da íntegra no site <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores que, diante do cenário de crise, atendem ao chamado e se comprometem a manter o funcionamento de nossas operações, permitindo que continuemos a obter resultados sólidos. Agradecemos aos nossos clientes e acionistas pela compreensão, interesse e confiança que nos motivam a fazer sempre melhor.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 27 de janeiro de 2022).

Auditoria independente - Instrução CVM nº 381

Procedimentos Adotados pela Sociedade

A nossa política de atuação, incluindo empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2021, foram contratados serviços junto aos auditores externos no total de R\$ 81.658 mil dos quais R\$ 75.536 mil correspondem a serviços de auditoria externa.

Abaixo indicamos as datas de contratação e natureza dos serviços contratados diferentes de auditoria externa, sendo que todos têm prazo de até um ano:

Relacionados a Auditoria: 25 de fevereiro, 04 e 22 de março, 29 de julho, 23 de setembro e 23 de novembro

- Trabalhos de asseguração independente sobre controles internos, inclusive sobre certos serviços prestados a clientes; relatório de sustentabilidade, relatório MD&A (Management Discussion & Analysis) e Relatório Anual Integrado; certos compromissos assumidos com reguladores; cumprimento de covenants financeiros e diligências contábeis. - R\$ 4.472 mil (5,9% dos honorários de auditoria externa).

Serviços Tributários: 05 e 25 de fevereiro, 04 de março e 21 de dezembro - Revisão sobre cálculos e liquidação de impostos e aderência a normativa tributária. - R\$ 688 mil (0,9% dos honorários de auditoria externa).

Outros Serviços: 05 de fevereiro, 26 de maio, 21 de junho e 12 de julho - Aquisição de treinamento, consultoria de gerenciamento de riscos de sistema implementado em subsidiária, diagnóstico sobre a adequação de controles internos e aquisição de materiais técnicos. - R\$ 962 mil (1,3% dos honorários de auditoria externa).

Justificativa dos Auditores Independentes - PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados ao Itaú Unibanco e suas controladas. A política de atuação com o Itaú Unibanco na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços, incluindo a sua aprovação pelo Comitê de Auditoria.

BACEN - Circular nº 3.068/01

Declaramos ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 145,3 bilhões, representando 20,6% do total de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos em dezembro de 2021.

International Financial Reporting Standards (IFRS)

Divulgamos as demonstrações contábeis completas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), na mesma data desta publicação, conforme Ofício Circular CVM/SEP 01/13. As demonstrações contábeis estão disponíveis no site de Relações com Investidores (www.itau.com.br/relacoes-com-investidores > resultados e relatórios > central de resultados).

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Completas do Itaú Unibanco Holding S.A. e de suas controladas, relativos ao período de janeiro a dezembro de 2021, seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e as recomendações do International Accounting Standards Board (IASB). As informações apresentadas neste material estão disponíveis no site de Relações com Investidores (RI) do Itaú Unibanco. Acesse: www.itau.com.br/relacoes-com-investidores > resultados e relatórios > central de resultados.

Volume Médio Diário Negociado das Ações do Itaú Unibanco Holding (R\$ milhões)





Itaú Unibanco Holding S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (Em Milhões de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2021		31/12/2020		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2021		31/12/2020	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Circulante e Não Circulante		2.136.498		2.079.608				2.007.337		1.965.213	
Disponibilidades		44.512		46.224				850.372		809.010	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3b e 4	243.916		294.486		Depósitos					
Aplicações no Mercado Aberto		166.931		237.859		Depósitos à Vista					
Aplicações no Mercado Aberto e Depósitos Interfinanceiros - Recursos Garantidores das Provisões Técnicas		8b	1.524	1.074		Depósitos de Poupança					
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros			69.661	55.553		Depósitos Interfinanceiros					
Aplicações Voluntárias no Banco Central do Brasil			5.800	--		Depósitos a Prazo					
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	3c, 3d e 5	706.306		712.070		Outros Depósitos					
Carteira Própria		247.666		302.624							
Vinculados a Compromissos de Recompra		104.941		49.270							
Vinculados a Prestação de Garantias		29.102		14.287							
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação		39.941		40.378							
Vinculados ao Banco Central do Brasil		5		6.016							
Instrumentos Financeiros Derivativos		68.856		76.124							
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas		8b	215.795	223.371							
Relações Interfinanceiras		160.354		134.260							
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		55.727		44.171							
Depósitos no Banco Central do Brasil		104.592		90.059							
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		21		13							
Correspondentes		14		17							
Relações Interdependências		369		381							
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	6	774.927		662.645							
Operações com Características de Concessão de Crédito		3e	819.074	710.553							
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)		3f	(44.147)	(47.908)							
Outros Créditos		202.661		226.606							
Ativos Fiscais Correntes		8.513		10.103							
Ativos Fiscais Diferidos		11b I	58.307	64.080							
Diversos		10a	135.841	152.423							
Outros Valores e Bens	3g	3.453		2.936							
Bens Não Destinados a Uso		728		870							
(Provisões para Desvalorizações)		(356)		(539)							
Prêmios Não Ganhos de Resseguros		10		7							
Despesas Antecipadas		3g e 10c	3.071	2.598							
Permanente		29.521		36.474							
Investimentos	3h	6.676		16.202							
Participações em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto		6.346		15.891							
Outros Investimentos		538		520							
(Provisão para Perdas)		(208)		(209)							
Imobilizado		3i e 13	6.417	6.493							
Imóveis		4.587		4.360							
Outras Imobilizações		16.239		15.323							
(Depreciações Acumuladas)		(14.409)		(13.190)							
Ágio e Intangível		3j, 3k e 14	16.428	13.779							
Ágio		793		989							
Ativos Intangíveis		35.204		29.692							
(Amortização Acumulada)		(19.569)		(16.902)							
Total do Ativo		2.166.019		2.116.082							

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Em Milhões de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	2º Semestre		01/01 a		
		2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020	
Receitas da Intermediação Financeira		93.359		152.239		
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos		54.241		93.739		
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		33.436		46.950		
Receitas Financeiras das Operações com Seguros, Previdência e Capitalização		2.015		5.399		
Resultado de Operações de Câmbio		1.120		2.538		
Resultado das Aplicações Compulsórias		2.547		3.613		
Despesas da Intermediação Financeira		(57.058)		(81.184)		(90.010)
Operações de Captação no Mercado		(35.468)		(51.245)		(54.882)
Despesas Financeiras de Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização		(1.810)		(5.344)		(8.121)
Operações de Empréstimos e Repasses		(19.780)		(24.595)		(27.007)
Resultado da Intermediação Financeira Antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa		36.301		71.055		47.154
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	6	(10.458)		(15.284)		(26.760)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(12.170)		(18.484)		(30.140)
Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		1.712		3.200		3.380
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		25.843		55.771		20.394
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(7.190)		(17.038)		(18.410)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	10e	22.695		43.273		39.574
Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização		2.369		3.843		3.334
Despesas de Pessoal	10f	(12.799)		(24.836)		(22.415)
Outras Despesas Administrativas	10g	(11.512)		(21.657)		(22.162)
Despesas de Provisões	9b	(1.198)		(3.492)		(3.575)
Provisões Cíveis		(432)		(820)		(889)
Provisões Trabalhistas		(812)		(2.652)		(2.110)
Provisões Fiscais e Previdenciárias		77		65		(29)
Outros Riscos		(31)		(85)		(547)
Despesas Tributárias	3p e 11a II	(4.152)		(8.238)		(6.190)
Resultado de Participações em Coligadas, Entidades Controladas em Conjunto e Outros Investimentos		339		1.345		1.530
Outras Receitas Operacionais		2.079		3.412		2.082
Outras Despesas Operacionais	10h	(5.011)		(10.688)		(10.588)
Resultado Operacional		18.653		38.733		1.984
Resultado não Operacional	2d	380		1.090		4.999
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações		19.033		39.823		6.983
Imposto de Renda e Contribuição Social	3p e 11a I	(6.501)		(13.394)		9.798
Devidos sobre Operações do Período		(2.710)		(7.502)		(9.670)
Referentes a Diferenças Temporárias		(3.791)		(5.892)		(19.468)
Participações no Lucro - Administradores -						



Itaú Unibanco Holding S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA (Em Milhões de Reais)

	Nota	2021	31/12/2021	31/12/2020		Nota	2021	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido Ajustado		64.398	94.233	59.570	(Redução)/Aumento em Passivos				
Lucro Líquido		12.014	24.988	18.909	Depósitos		56.871	41.362	301.950
Ajustes ao Lucro Líquido:		52.384	69.245	40.661	Captações no Mercado Aberto		20.861	(9.490)	10.703
Pagamento Baseado em Ações		260	(20)	217	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		15.513	6.500	(6.931)
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		22.256	19.941	11.677	Obrigações por Empréstimos e Repasses		11.228	13.805	6.807
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6c	12.170	18.484	30.140	Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização		(9.271)	(16.008)	(7.505)
Resultado de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		18.768	24.279	20.774	Provisões e Outras Obrigações		(2.359)	7.948	(1.208)
Despesa de Juros de Operações com Debêntures				Resultado de Exercícios Futuros		(101)	(57)	465	
Variação das Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização		5.004	9.851	10.332	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.886)	(5.885)	(5.827)
Depreciações e Amortizações		2.841	5.403	5.007	Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades Operacionais	57.022	90.692	82.133	
Despesa de Atualização/Encargos de Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos	9b	144	578	893	Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Recebidos de Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto		254	661	487
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos	9b	1.237	3.565	3.602	Recursos da Venda de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda		28.961	41.428	31.149
Receita de Atualização/Encargos de Depósitos em Garantia	9b	(229)	(376)	(344)	Recursos do Resgate de Títulos Valores Mobiliários Mantidos				
Tributos Diferidos (excluindo os efeitos fiscais do Hedge)		6.771	8.730	(1.767)	Até o Vencimento		6.387	17.674	12.172
Resultado de Participações em Coligadas, Entidades Controladas em Conjunto e Outros Investimentos		(339)	(1.345)	(1.530)	(Aquisição)/Alienação de Bens não destinados a Uso		209	402	725
Resultado de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda		(11.798)	(16.220)	(22.166)	Alienação de Investimentos		200	848	4.013
Resultado de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento		(5.976)	(6.646)	(8.544)	Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Cisão da XP Inc.				
Resultado na Alienação de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		809	1.418	(1.107)	2d	---	(10)	---	
Resultado na Alienação de Investimentos, Bens não destinados a Uso e Imobilizado		(24)	(573)	(4.197)	Alienação de Imobilizado		43	172	331
Resultado de Participações de Não Controladores	15e	409	1.233	(2.240)	Distrato de Contratos de Intangível		7	40	309
Outros		81	943	(86)	(Aquisição) de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda		(20.690)	(60.479)	(58.745)
Variações de Ativos e Passivos ...		(7.376)	(3.541)	22.563	(Aquisição) de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento		(13.212)	(32.832)	(43.311)
(Aumento)/Redução em Ativos				(Aquisição) de Investimentos		(38)	(67)	(66)	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(15.214)	50.549	(40.675)	(Aquisição) de Imobilizado		(804)	(1.414)	(1.716)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)		33.446	39.271	(84.172)	(Aquisição) de Intangível		(5.369)	(7.667)	(3.591)
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		(6.375)	(14.533)	1.189	Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Investimento	4.052	(41.244)	(19.263)	
Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências (Ativos/Passivos)		(2.904)	2.603	4.636	Captação de Obrigações por Dívida Subordinada		5.500	8.229	5.260
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos		(107.009)	(131.024)	(145.499)	Resgate de Obrigações por Dívida Subordinada		(18.231)	(32.388)	(10.581)
Outros Créditos e Outros Valores e Bens		(176)	11.418	(11.370)	Variação da Participação de Não Controladores		97	(1.194)	2.998

Atribuído à participação de
Outros

	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda (1)	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge (2)	Lucros Acumulados	Total PL - Acionistas Controladores	Total PL - Acionistas não Controladores	Total
Saldos em 01/07/2021	90.729	(528)	1.987	47.118	(365)	(1.527)	5.228	(6.617)	—	136.025	10.617	146.642
Transações com os Acionistas	—	—	260	—	—	—	—	—	—	260	54	314
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	—	—	260	—	—	—	—	—	—	260	—	260
(Aumento)/Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 15)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	54	54
Reorganização Societária (Nota 2d e 3l)	—	—	—	1.547	—	—	—	—	—	1.547	—	1.547
Outros	—	—	—	5	—	—	—	—	—	5	—	5
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos	—	—	—	—	—	—	—	—	28	28	—	28
Total do Resultado Abrangente	—	—	—	—	(1.898)	41	782	(596)	12.014	10.343	409	10.752
Lucro Líquido Consolidado	—	—	—	—	—	—	—	—	12.014	12.014	409	12.423
Outros Resultados Abrangentes	—	—	—	—	(1.898)	41	782	(596)	—	(1.671)	—	(1.671)
Destinações:												
Reserva Legal	—	—	—	672	—	—	—	—	(672)	—	—	—
Reservas Estatutárias	—	—	—	7.716	—	—	—	—	(7.716)	—	—	—
Dividendos	—	—	—	—	—	—	—	—	(586)	(586)	(58)	(644)
Juros sobre o Capital Próprio	—	—	—	—	—	—	—	—	(3.068)	(3.068)	(3.068)	(3.068)
Saldos em 31/12/2021	90.729	(528)	2.247	57.058	(2.263)	(1.486)	6.010	(7.213)	—	144.554	11.022	155.576
Mutações no Período	—	—	260	9.940	(1.898)	41	782	(596)	—	8.529	405	8.934
Saldos em 01/01/2020	97.148	(1.274)	1.979	36.568	1.262	(1.339)	1.975	(4.332)	—	131.987	10.861	142.848
Transações com os Acionistas	—	367	344	—	—	—	—	—	—	711	2.998	3.709
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	—	367	200	—	—	—	—	—	—	567	—	567
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	—	—	144	—	—	—	—	—	—	144	—	144
(Aumento)/Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 15)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2.998	2.998
Outros	—	—	—	(62)	—	—	—	—	—	(62)	—	(62)
Dividendos - Declarados após período anterior	—	—	—	(4.709)	—	—	—	—	—	(4.709)	—	(4.709)
Juros sobre o Capital Próprio - Declarados após período anterior	—	—	—	(5.102)	—	—	—	—	—	(5.102)	—	(5.102)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos	—	—	—	—	—	—	—	—	118	118	—	118
Total do Resultado Abrangente	—	—	—	—	(790)	(192)	4.298	(3.587)	18.909	18.638	(2.240)	16.398
Lucro Líquido Consolidado	—	—	—	—	—	—	—	—	18.909	18.909	(2.240)	16.669
Outros Resultados Abrangentes	—	—	—	—	(790)	(192)	4.298	(3.587)	—	(271)	—	(271)
Destinações:												
Reserva Legal	—	—	—	948	—	—	—	—	(948)	—	—	—
Reservas Estatutárias	—	—	—	13.091	—	—	—	—	(13.091)	—	—	—
Dividendos	—	—	—	—	—	—	—	—	(1.756)	(1.756)	(506)	(2.262)
Juros sobre o Capital Próprio	—	—	—	—	—	—	—	—	(3.232)	(3.232)	(3.232)	(3.232)
Saldos em 31/12/2020	97.148	(907)	2.323	40.734	472	(1.531)	6.273	(7.919)	—	136.593	11.113	147.706
Mutações no Período	—	367	344	4.166	(790)	(192)	4.298	(3.587)	—	4.606	252	4.858
Saldos em 01/01/2021	97.148	(907)	2.323	40.734	472	(1.531)	6.273	(7.919)	—	136.593	11.113	147.706
Transações com os Acionistas	—	379	111	—	—	—	—	—	—	490	(1.194)	(704)
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	—	379	193	—	—	—	—	—	—	572	—	572
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	—	—	(82)	—	—	—	—	—	—	(82)	—	(82)
(Aumento)/Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 15)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(1.194)	(1.194)
Cisão Parcial (Nota 2d)	(6.419)	—	(187)	(3.392)	77	—	(23)	24	—	(9.920)	—	(9.920)
Reorganização Societária (Nota 2d e 3l)	—	—	—	1.547	—	—	—	—	—	1.547	—	1.547
Outros	—	—	—	(14)	—	—	—	—	—	(14)	—	(14)
Reversão de Dividendos ou Juros sobre o Capital Próprio - Declarados												
após período anterior	—	—	—	166	—	—	—	—	—	166	—	166
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos	—	—	—	—	—	—	—	—	102	102	—	102
Total do Resultado Abrangente	—	—	—	—	(2.812)	45	(240)	682	24.988	22.663	1.233	23.896
Lucro Líquido Consolidado	—	—	—	—	—	—	—	—	24.988	24.988	1.233	26.221
Outros Resultados Abrangentes	—	—	—	—	(2.812)	45	(240)	682	—	(2.325)	—	(2.325)
Destinações:												
Reserva Legal	—	—	—	1.312	—	—	—	—	(1.312)	—	—	—
Reservas Estatutárias	—	—	—	16.705	—	—	—	—	(16.705)	—	—	—
Dividendos	—	—	—	—	—	—	—	—	(1.466)	(1.466)	(130)	(1.596)
Juros sobre o Capital Próprio	—	—	—	—	—	—	—	—	(5.607)	(5.607)	(5.607)	(5.607)
Saldos em 31/12/2021	90.729	(528)	2.247	57.058	(2.263)	(1.486)	6.010	(7.213)	—	144.554	11.022	155.576
Mutações no Período	(6.419)	379	(76)	16.324	(2.735)	45	(263)	706	—	7.961	(91)	7.870

(1) Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Coligações e Entidades Controladas em Conjunto relativo a Títulos Disponíveis para Venda.

(1) Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Colaboradoras e Consórcios
(2) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior

BALANÇO PATRIMONIAL (*Em Milhões de Reais*)

Ativo		Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo e Patrimônio Líquido		Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante e Não Circulante					Circulante e Não Circulante				
Disponibilidades			76.316	75.857	Reservados para Acionistas			73.893	73.700
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez			23	41	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		3b e 7d	8.754	7.898
Aplicações no Mercado Aberto			3b e 4	65.752	Instrumentos Financeiros Derivativos			8.754	7.898
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros			7.429	2.729	Provisão para Risco		3d e 5f	367	—
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos			58.323	63.525	Outras Obrigações			230	226
Carteira Própria			3c, 3d e 5	434	Obrigações Fiscais Correntes		64.542	65.576	
Instrumentos Financeiros Derivativos			160	201	Obrigações Fiscais Diferidas		3n, 3p e 11c	124	92
Outros Créditos			274	96	Sociais e Estatutárias			248	249
Ativos Fiscais Correntes			10.064	9.224	Dívidas Subordinadas			2.800	3.138
Ativos Fiscais Diferidos			3.384	3.500	Diversas		7f	61.309	61.559
Rendas a Receber			1.756	2.172	Patrimônio Líquido			61	538
Depósitos em Garantia de Contingências, Provisões e Obrigações Legais			3.714	2.129	Capital Social		15	144.564	136.699
Diversos			106	78	Reservas de Capital			90.729	97.148
Outros Valores e Bens			1.104	1.345	Reservas de Lucros			2.247	2.323
Despesas Antecipadas			3g	43	Outros Resultados Abrangentes			55.165	39.126
Permanente				41	(Ações em Tesouraria)		3c e 3d	(3.049)	(991)
Investimentos			3h e 12	142.141	134.542			(528)	(907)





Itaú Unibanco Holding S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	2º Semestre 2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Receitas da Intermediação Financeira				
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		1.890	4.297	4.102
Resultado de Operações de Câmbio		1.891	4.298	4.101
Despesas da Intermediação Financeira		(1.975)	(3.657)	(3.425)
Operações de Captação no Mercado		(1.975)	(3.657)	(3.425)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(85)	640	677
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		12.833	25.514	15.871
Despesas de Pessoal		(62)	(127)	(152)
Outras Despesas Administrativas		(26)	452	(837)
Despesas de Provisão		—	—	17
Provisão Civil		—	—	(6)
Provisão Fiscais e Previdenciárias		—	—	23
Despesas Tributárias	11a II	(96)	(280)	(163)
Resultado de Participações em Controladas	12	12.990	25.485	17.066
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		27	(16)	(54)
Resultado Operacional		12.748	26.154	16.554
Resultado não Operacional		427	435	355
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		13.175	26.589	16.909
Imposto de Renda e Contribuição Social	3p	276	(337)	2.062
Devidos sobre Operações do Período		699	40	211
Referentes a Diferenças Temporárias		(423)	(377)	1.851
Participações no Lucro - Administradores - Estatutárias		(8)	(16)	(10)
Lucro Líquido		13.443	26.236	18.961
Lucro por Ação - Básico				
Ordinárias		1,37	2,68	1,94
Preferenciais		1,37	2,68	1,94
Lucro por Ação - Diluído				
Ordinárias		1,37	2,67	1,93
Preferenciais		1,37	2,67	1,93
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica				
Ordinárias		4.958.290.359	4.958.290.359	4.958.290.359
Preferenciais		4.819.741.579	4.818.741.579	4.801.324.161
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Diluída				
Ordinárias		4.958.290.359	4.958.290.359	4.958.290.359
Preferenciais		4.883.534.958	4.873.042.114	4.843.233.835

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em Milhões de Reais)

	2º Semestre 2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Lucro Líquido			
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(1.781)	(2.539)
Coligadas/Controladas		(1.781)	(2.539)
Hedge		(597)	699
Hedge de Fluxo de Caixa		(81)	544
Variação de Valor Justo		7	7
Efeito Fiscal		(3)	(3)
Coligadas/Controladas		(85)	540
Hedge de Investimentos Líquidos em Operação no Exterior		(516)	155
Variação de Valor Justo		60	1.064
Efeito Fiscal		21	(445)
Coligadas/Controladas		(597)	(464)
Remunerações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego (%)		40	44
Coligadas/Controladas		40	(191)
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		783	(262)
Variação de Valor Justo		115	(337)
Coligadas/Controladas		668	75
Total de Outros Resultados Abrangentes		(1.555)	(2.058)
Total do Resultado Abrangente		11.888	24.178
11.888		24.178	18.425

(*) Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 15) (Em Milhões de Reais)

	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda	Remunerações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge (1)	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 01/07/2021	90.729	(528)	1.987	45.348	(316)	(1.526)	4.360	(4.012)	—	136.042
Transações com os Acionistas	—	—	260	—	—	—	—	—	—	260
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	—	—	260	—	—	—	—	—	—	260
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos	—	—	—	—	—	—	—	—	28	28
Total do Resultado Abrangente	—	—	—	—	—	—	—	—	13.443	11.888
Lucro Líquido	—	—	—	—	—	—	—	—	13.443	13.443
Outros Resultados Abrangentes	—	—	—	—	—	—	115	85	—	200
Parcela de Outros Resultados Abrangentes de Coligadas e Controladas	—	—	—	—	(1.781)	40	668	(682)	—	(1.755)
Destinações:										
Reserva Legal	—	—	—	672	—	—	—	—	(672)	—
Reservas Estatutárias	—	—	9.145	—	—	—	—	—	(9.145)	—
Dividendos	—	—	—	—	—	—	—	—	(586)	(586)
Juros sobre o Capital Próprio	—	—	—	—	—	—	—	—	(3.068)	(3.068)
Saldos em 31/12/2021	90.729	(528)	2.247	55.165	(2.097)	(1.486)	5.143	(4.609)	—	144.564
Mutações no Período	—	—	260	9.817	(1.781)	40	783	(597)	—	8.522
Saldos em 01/01/2020	97.148	(1.274)	1.979	34.846	1.262	(1.339)	1.083	(1.461)	—	132.244
Transações com os Acionistas	—	367	344	—	—	—	—	—	—	711
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	—	367	200	—	—	—	—	—	—	567
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	—	—	144	—	—	—	—	—	—	144
Dividendos - Declarados após período anterior	—	—	—	(4.709)	—	—	—	—	—	(4.709)
Juros sobre o Capital Próprio - Declarados após período anterior	—	—	—	(5.102)	—	—	—	—	—	(5.102)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos	—	—	—	—	—	—	—	—	118	118
Total do Resultado Abrangente	—	—	—	—	(820)	(191)	4.322	(3.847)	18.961	18.425
Lucro Líquido	—	—	—	—	—	—	—	—	18.961	18.961
Outros Resultados Abrangentes	—	—	—	—	—	—	1.592	(3.230)	—	(1.638)
Parcela de Outros Resultados Abrangentes de Coligadas e Controladas	—	—	—	—	(820)	(191)	2.730	(617)	—	1.102
Destinações:										
Reserva Legal	—	—	948	—	—	—	—	—	(948)	—
Reservas Estatutárias	—	—	13.143	—	—	—	—	—	(13.143)	—
Dividendos	—	—	—	—	—	—	—	—	(1.756)	(1.756)
Juros sobre o Capital Próprio	—	—	—	—	—	—	—	—	(3.232)	(3.232)
Saldos em 31/12/2020	97.148	(907)	2.323	39.126	442	(1.530)	5.405	(5.308)	—	136.699
Mutações no Período	—	367	344	4.280	(820)	(191)	4.322	(3.847)	—	4.455
Saldos em 01/01/2021	97.148	(907)	2.323	39.126	442	(1.530)	5.405	(5.308)	—	136.699
Transações com os Acionistas	—	379	111	—	—	—	—	—	—	490
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	—	379	193	—	—	—	—	—	—	572
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	—	—	(82)	—	—	—	—	—	—	(82)
Cisão Parcial (Nota 2d)	(6.419)	—	(187)	(3.392)	77	—	(23)	24	—	(9.920)
Reversão de Dividendos ou Juros sobre o Capital Próprio - Declarados após período	—	—	—	166	—	—	—	—	—	166
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos	—	—	—	—	—	—	—	—	102	102
Total do Resultado Abrangente	—	—	—	—	(2.616)	44	(239)	675	26.2	



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

Itaú Unibanco Holding S.A. (ITAU UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras, sua matriz está localizada na Praça Alfredo Egídio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

O ITAU UNIBANCO HOLDING está presente em 18 países e territórios e fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, controladas e afiliadas internacionais. Atua na atividade bancária em todas as modalidades, por meio de suas carteiras: comercial; de investimento; de crédito imobiliário; de crédito, financiamento e investimento; de arrendamento mercantil e de operações de câmbio.

O ITAU UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("UPAR"), uma empresa de participações que detém 51,71% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa S.A. ("ITAÚSA"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egídio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. JOHNSTON"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 39,21% das ações ordinárias do ITAU UNIBANCO HOLDING.

Estas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de fevereiro de 2022.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

a) Apresentação

As demonstrações contábeis do ITAU UNIBANCO HOLDING e de suas controladas (ITAU UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO) foram elaboradas de acordo com a Lei

das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e avaliação dos ativos financeiros. As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Com a entrada em vigor da Resolução BCB nº 2/2020, a partir de janeiro de 2021, as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no Balanço Patrimonial Consolidado, sendo que as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos da Demonstração do Resultado Consolidado. As operações de adiantamento sobre contratos de câmbio são reclassificadas de Outras Obrigações - Carteira de Câmbio para Operações de Crédito. O resultado de câmbio é representado pela variação e

diferença de taxas incidentes sobre as contas patrimoniais representativas de moedas estrangeiras. A perda de crédito esperada para compromissos de empréstimos é apresentada no passivo em Provisão para Garantias Financeiras Prestadas e Compromissos de Empréstimos, porém detalhada nas notas explicativas junto à Provisão Complementar para Créditos de Liquidação Duvidosa.

b) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas do ITAU UNIBANCO HOLDING contemplam as operações realizadas por suas agências e controladas no país e no exterior, e os fundos de investimentos que a entidade possui controle.

No ITAU UNIBANCO HOLDING, os ágios registrados em controladas são amortizados com base na expectativa de rentabilidade futura e em laudos de avaliação ou pela realização dos investimentos, conforme normas e orientações do CMN e do BACEN.

A diferença no Lucro Líquido e no Patrimônio Líquido entre ITAU UNIBANCO HOLDING e ITAU UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO (Nota 15d) resulta, substancialmente, da adoção de critérios distintos na amortização de ágios originados nas aquisições de investimentos, no registro de transações com acionistas não controladores onde não há alteração de controle (Nota 3l) e no registro da variação cambial, anterior a 1º de janeiro de 2017, sobre os investimentos no exterior e hedge desses investimentos, cuja moeda funcional é diferente da controladora, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

Os efeitos da variação cambial sobre os investimentos no exterior estão apresentados na rubrica Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos na Demonstração do Resultado Consolidado para as controladas cuja moeda funcional é igual à da controladora e na rubrica Outros Resultados Abrangentes para as controladas cuja moeda funcional é diferente da controladora.

A tabela a seguir apresenta as principais empresas consolidadas, cuja somatória representa mais de 95% do total do ativo consolidado, bem como a participação do ITAU UNIBANCO HOLDING em seus capitais votantes:

No País	Moeda Funcional (1)	País de Constituição	Atividade	Participação % no capital votante em		Participação % no capital total em	
				31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Banco Itaú BBA S.A.....	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Consignado S.A.....	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaucard S.A.....	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itauleasing S.A.....	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização.....	Real	Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil.....	Real	Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento.....	Real	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
HiperCard Banco Múltiplo S.A.....	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itausig Seguradora S.A.....	Real	Brasil	Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Corretora de Valores S.A.....	Real	Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Seguros S.A.....	Real	Brasil	Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco S.A.....	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.....	Real	Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento.....	Real	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Redecard Instituição de Pagamento S.A. (2).....	Real	Brasil	Adquirente	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
No Exterior							
Itau CorpBanca Colombia S.A.....	Peso Colombiano	Colômbia	Instituição Financeira	49,30%	34,16%	49,30%	34,16%
Banco Itaú (Suisse) S.A.....	Franco Suíço	Suíça	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Argentina S.A.....	Peso Argentino	Argentina	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Paraguai S.A.....	Guarani	Paraguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Uruguay S.A.....	Peso Uruguai	Uruguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau Bank, Ltd.....	Dólar	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA International plc.....	Real	Reino Unido	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA USA Securities Inc.....	Real	Estados Unidos	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau CorpBanca (3).....	Peso Chileno	Chile	Instituição Financeira	56,60%	39,22%	56,60%	39,22%

(1) Todas as dependências no exterior do ITAU UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possuem moeda funcional igual a da controladora, com exceção da CorpBanca New York Branch cuja moeda funcional é Dólar.

(2) Nova denominação social da Redecard S.A.

(3) ITAU UNIBANCO HOLDING controla o ITAU CORPBANCA conforme acordo de acionistas.

c) Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas e Individuais exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis, devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As estimativas e julgamentos que apresentam risco significativo e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos são divulgados a seguir. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e julgamentos.

Tópico

Notas

Consolidação	2c (I) e 2b
Valor Justo dos Instrumentos Financeiros.....	2c (II) e 17
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	2c (III) e 6
Redução ao Valor Recuperável (<i>Impairment</i>) do Ágio.....	2c (IV) e 14
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	2c (V) e 11
Planos de Pensão de Benefício Definido	2c (VI) e 19
Provisões, Contingências e Obrigações Legais.....	2c (VII) e 9
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização	2c (VIII) e 8

(I) **Consolidação** - Entidades controladas são as sociedades nas quais o ITAU UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. A avaliação de controle é realizada de forma contínua. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é estabelecido até a data em que o controle deixa de existir. As demonstrações contábeis consolidadas são preparadas utilizando políticas contábeis uniformes. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

(II) **Valor Justo dos Instrumentos Financeiros** - O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de *inputs* específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na Nota 17.

(III) **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa** - A análise da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações concedidas pelo ITAU UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é realizada a partir da avaliação da classificação do atraso (Ratings AA-H), de forma individual ou coletiva, estabelecida na Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN. A Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes de modelos e, conforme sua experiência, realiza ajustes que podem ser decorrentes da condição de crédito de determinados clientes ou de ajustes temporários decorrentes de situações ou novas circunstâncias que ainda não foram refletidas na modelagem. Além da classificação do atraso, considera também os seguintes aspectos:

- Horizonte de 12 meses, com utilização de cenários macroeconômicos base, ou seja, sem ponderação; e
- Classificação de maior risco de acordo com a operação, cliente, atraso, renegociação, dentre outros.

Os critérios para provisão para créditos de liquidação duvidosa estão detalhados na Nota 21.

(IV) **Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*) do Ágio** - A revisão do ágio por redução ao valor recuperável reflete a melhor estimativa da Administração sobre os fluxos de caixa futuros das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), com a identificação das UGC e a estimativa de seu valor justo menos custos de venda e/ou valor em uso.

Para determinação desta estimativa, o ITAU UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza-se da metodologia do fluxo de caixa descontado para um período de 5 anos, premissas macroeconômicas, de taxa de crescimento e taxa de desconto.

A taxa de desconto geralmente reflete variáveis financeiras e econômicas como a taxa de juros livre de risco e um prêmio de risco.

As UGC ou grupos de UGC são identificados no nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de administração interna.

(V) **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido** - Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa a compensar na medida em que i) se considera provável que o ITAU UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO gerará lucro tributável futuro para a sua utilização; e ii) apresente histórico de lucros ou receitas tributáveis em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais. A realização esperada do ativo fiscal diferido é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 11.

(VI) **Planos de Pensão de Benefício Definido** - O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam premissas como taxa de desconto, a qual é apropriada ao final de cada exercício e usada para determinar o valor presente da estimativa de saídas de caixa futuras. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o ITAU UNIBANCO



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação) (Continuação)

Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados nos que se refere às alterações no seu valor justo em relação ao valor justo do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

• Hedge de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor justo com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado;

• Hedge de Fluxo de Caixa - A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor justo com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na Demonstração do Resultado;

• Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior - É contabilizado de forma similar ao hedge de fluxo de caixa, ou seja, a parcela do ganho ou perda sobre o instrumento de hedge que for determinada como hedge efetivo é reconhecida no Patrimônio Líquido, reclassificado para o resultado do período em caso de alienação da operação no exterior. A parcela não efetiva é reconhecida no resultado do período.

e) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos (Operações com Característica de Concessão de Crédito) - Registradas a valor presente, calculadas pro rata die com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 60º dia de atraso, observada a expectativa do recebimento. Após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Nas operações com cartões de crédito estão incluídos os valores a receber, decorrentes de compras efetuadas pelos seus titulares. Os recursos, correspondentes a esses valores, a serem pagos às credenciadoras, estão registrados no passivo, na rubrica Relações Interfinanceiras - Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.

f) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas atendidas às normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, dentre as quais se destacam:

• As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência;

• Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com prazo a decorrer superior a 36 meses.

g) Outros Valores e Bens - Compostos por Bens Não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis, veículos e outros bens disponíveis para venda (próprios desativados, recebidos em dação de pagamento ou oriundos de execução de garantias). Estes bens são ajustados a valor justo por meio da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes. Além disso, são registrados Prêmios não Ganhos de Resseguros (Nota 3m) e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

h) Investimentos - Incluem o ágio identificado na aquisição de coligadas e entidades controladas em conjunto, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulado. São reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

• Coligadas: são empresas nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO tem influência significativa, porém não detém o controle.

• Entidades Controladas em Conjunto: o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui negócios em conjunto (joint ventures) nos quais as partes possuem o controle conjunto e direito sobre os ativos líquidos do negócio.

i) Imobilizado - É contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas e demais detalhamentos são apresentados na Nota 13.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita no âmbito de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

j) Ágio - Corresponde ao valor excedente pago na aquisição de investimentos e é amortizado com base na expectativa de rentabilidade futura ou por sua realização. É submetido semestralmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa (UGC) e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

A composição dos ativos intangíveis está descrita na Nota 14.

k) Intangível - É composto por: (i) Valor de ágio pago na aquisição de sociedades, transferido para o ativo intangível em razão da incorporação do patrimônio da adquirida pela adquirente; (ii) Direitos na aquisição de folhas de pagamento e contratos de associações, amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou na medida que os benefícios econômicos fluem para a empresa; e (iii) Software, amortizados em cinco anos, e carteiras de clientes, amortizados em até dez anos.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada e os de vida útil indefinida são testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

l) Transações de Capital com Acionistas Não Controladores - Alterações de participação em uma controlada, que não resultam em perda de controle,

são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido Consolidado.

m) Operações de Seguros, Previdência e Capitalização - Contratos de seguros estabelecem para uma das partes, mediante pagamento (prêmio) pela outra parte, a obrigação de pagar, a esta, determinada importância, no caso de ocorrência de um sinistro. O risco de seguro é definido quando um evento futuro e incerto, de natureza súbita e imprevista, independente da vontade do segurado, cuja ocorrência pode provocar prejuízos de natureza econômica.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

Os prêmios de seguros, cosseguros aceitos e despesas de comercialização são contabilizados pela emissão da apólice ou de acordo com o prazo de vigência do seguro, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e despesas de comercialização diferidas. Os juros decorrentes do fracionamento de prêmios de seguros são contabilizados quando incorridos. As receitas de contribuições previdenciárias, a receita bruta com títulos de capitalização e as correspondentes constituições das provisões técnicas são reconhecidas por ocasião do recebimento.

Planos de Previdência Privada

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

No curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedem os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos são lançados diretamente no resultado quando incorridos, com exceção dos custos de aquisição diferidos (comissões pagas aos corretores, agenciamento e angariação), que são lançados proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo correspondente ao contrato de seguro.

Passivos de Contratos de Seguros

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos, mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas.

Teste de Adequação do Passivo

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realiza o teste de adequação dos passivos utilizando premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Caso a análise demonstre insuficiência, qualquer deficiência identificada será contabilizada no resultado do período.

n) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes - são possíveis direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente correspondem a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

• **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões;

• **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, não sendo nenhuma provisão registrada;

NOTA 4 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365 dias	Total	%	31/12/2021	31/12/2020	Total	%
Aplicações no Mercado Aberto	139.619	26.537	--	775	166.931	68,4	237.859	80,7		
Posição Bancada (1)...	33.744	7.183	--	775	41.702	17,1	55.863	19,0		
Posição Financiada....	101.812	12.634	--	--	114.446	46,9	155.825	52,8		
Com Livre Movimentação	14.218	12.634	--	--	26.852	11,0	24.157	8,2		
Sem Livre Movimentação	87.594	--	--	--	87.594	35,9	131.668	44,6		
Posição Vendida.....	4.063	6.720	--	--	10.783	4,4	26.171	8,9		
Total (2)	197.856	33.568	5.840	6.652	243.916	100,0	294.486	100,0		
% por prazo de vencimento	81,1	13,8	2,4	2,7	100,0					
Total - 31/12/2020	229.917	49.038	8.353	7.178	294.486					
% por prazo de vencimento	78,1	16,7	2,8	2,4	100,0					

(1) Inclui R\$ 9.268 (R\$ 11.119 em 31/12/2020) referente a Aplicação no Mercado Aberto com livre movimentação, cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e BACEN.

(2) Inclui provisão para desvalorização de títulos no montante de R\$ (57) (R\$ (6) em 31/12/2020).

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING a carteira é composta por Aplicação no Mercado Aberto - Posição Bancada no montante de R\$ 7.429 (R\$ 2.729 em 31/12/2020) com vencimento até 30 dias, Aplicação em Depósitos Interfinanceiros sem montante no período atual (R\$ 8.408 em 31/12/2020) com vencimento até 30 dias, R\$ 7.087 (sem montante em 31/12/2020) com vencimento de 31 a 180 dias, R\$ 7.843 (R\$ 5.448 em 31/12/2020) com vencimento de 181 a 365 dias e R\$ 43.393 (R\$ 49.669 em 31/12/2020) com vencimento acima de 365 dias.

NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores justos.

a) Resumo por Vencimento

	31/12/2021	31/12/2020
Títulos Públicos - Brasil		
Custo	Resultado	Patrimônio Líquido
236.168	(1.609)	(1.778)
Letras Financeiras do Tesouro	2	--
Letras do Tesouro Nacional	(945)	(163)
Notas do Tesouro Nacional	(652)	(1.585)
Tesouro Nacional/Securitização	110	--
Títulos da Dívida Externa Brasileira	51.391	(14)
60.978		



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação) (Continuação)

a) Resumo por Vencimento (continuação)

	31/12/2021										31/12/2020		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo refletido no:	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Justo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Valor Justo
Cotas de Fundos de PGBL/VGBL (1)	197.648				197.648	28,0	197.648						205.820
Subtotal - Títulos e Valores Mobiliários	642.619		(1.812)	(3.357)	637.450	90,3	226.367	15.105	16.637	52.404	71.821	255.116	635.946
Títulos para Negociação	331.452		(1.812)		329.640	46,7	206.861	2.868	3.469	23.941	43.485	49.016	381.598
Títulos Disponíveis para Venda	165.860			(3.357)	162.503	23,0	19.465	12.024	11.439	20.134	12.932	86.509	205.491
Títulos Mantidos até o Vencimento (2)	145.307				145.307	20,6	41	213	1.729	8.329	15.404	119.591	48.857
Instrumentos Financeiros Derivativos	41.857	26.999			68.856	9,7	15.337	6.161	6.029	5.628	8.831	26.870	76.124
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo)	684.476	25.187		(3.357)	706.306	100,0	241.704	21.266	22.666	58.032	80.652	281.986	712.070
Instrumentos Financeiros Derivativos (Passivo)	(41.664)		(22.305)		(63.969)		(7.107)	(7.066)	(9.108)	(7.642)	(8.679)	(24.367)	(79.599)

(1) Carteira de títulos dos planos de previdência PGBL e VGBL cuja propriedade e os riscos envolvidos são de clientes, contabilizada como Títulos e Valores Mobiliários - Títulos para Negociação, tendo como contrapartida no passivo, a rubrica Provisões Técnicas de Previdência (Nota 8a);

(2) Ajustes ao valor justo não contabilizados de R\$ (477) (R\$ 3.604 em 31/12/2020), conforme Nota 5e.

Durante o período, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO reconheceu por redução ao valor recuperável R\$ (170) (R\$ (1.453) de 01/01 a 31/12/2020) de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda. O Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos totalizou R\$ 2.029 (R\$ (741) de 01/01 a 31/12/2020).

No período de 01/01 a 31/12/2020, o resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos bem como Ajuste a valor Justo de Títulos e Valores Mobiliários (notadamente títulos privados) tiveram seus valores afetados por oscilações de taxas e outras variáveis de mercado oriundas do impacto da pandemia da COVID-19 sobre o cenário macroeconômico do período (Nota 22d).

b) Resumo por Tipo de Carteira

	31/12/2021											
	Carteira Própria	Compromissos de Recompra	Livre	Prestação de Garantias (*)	Banco Central							
Títulos Públicos - Brasil	102.512	75.046	38.909	2.688	5							13.621
Letras Financeiras do Tesouro	24.226	256	—	1.119	5							2.229
Letras do Tesouro Nacional	45.551	18.223	—	1.302	—							364
Notas do Tesouro Nacional	18.613	56.567	1.574	267	—							11.028
Tesouro Nacional/Securitização	140	—	—	—	—							88.049
Títulos da Dívida Externa Brasileira	13.982	—	37.335	—	—							51.317
Títulos Públicos - Outros Países	49.586	2.383	173	8.473								11
Argentina	1.156	—	—	180	—							1.336
Chile	19.923	1.429	—	39	—							21.391
Colômbia	3.583	—	75	173	—							3.831
Coreia	3.284	—	—	2.320	—							5.604
Espanha	3.952	—	—	2.180	62							6.132
Estados Unidos	6.513	—	—	677	—							7.190
México	9.514	—	—	2.894	—							12.408
Paraguai	496	954	—	8	—							11
Peru	7	—	—	—	—							7
Uruguai	1.158	—	98	2	—							1.258
Títulos de Empresas	95.568	27.512	859	17.941								4.515
Ações	7.042	—	—	1	—							682
Cédula do Produtor Rural	12.753	—	—	—	—							12.753
Certificados de Depósito Bancário	225	—	—	—	—							85
Certificados de Recebíveis Imobiliários	4.689	—	—	—	—							13
Cotas de Fundos	9.886				2							330
Direitos Creditórios	6.730	—	—	—	—							186
Renda Fixa	2.215	—	—	—	—							2.359
Renda Variável	941	—	—	2	—							943
Debêntures	44.414	27.512	—	14.779	—							1.645
Eurobonds e Assemelhados	9.344	—	859	—	—							3
Letras Financeiras	1.144	—	—	—	—							1.585
Notas Promissórias e Comerciais	4.156	—	—	3.159	—							172
Outros	1.915	—	—	—	—							1.915
Cotas de Fundos de PGBL/VGBL												197.648
Subtotal - Títulos e Valores Mobiliários	247.666	104.941	39.941	29.102	5							215.795
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo)	247.666	104.941	39.941	29.102	5							215.795
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativo) - 31/12/2020	302.624	49.270	40.378	14.287	6.016							223.371

(*) Representam os Títulos Vinculados a processos de Passivos Contingentes (Nota 9d), Bolsas e Câmaras de Liquidação e Custódia.

c) Títulos para Negociação - Abaixo, composição da carteira de Títulos para Negociação por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e justo e por prazo de vencimento.

	31/12/2021											
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Valor Justo	
Títulos Públicos - Brasil	104.364	(1.609)	102.755	31,0	2.006	2.251	2.326	20.799	37.737	37.636	153.646	
Letras Financeiras do Tesouro	23.886	2	23.888	7,2	—	2.184	—	10.282	5.547	5.875	30.111	
Letras do Tesouro Nacional	30.559	(945)	29.614	9,0	1.995	—	—	971	12.622	11.760</		



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação) (Continuação)

e) Títulos Mantidos até o Vencimento

Abaixo, composição da carteira de Títulos Mantidos até o Vencimento por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e por prazo de vencimento. O custo inclui mais/(menos) valia de R\$ (783) (R\$ 119 em 31/12/2020) referente ao ajuste ao valor justo de títulos reclassificados de Disponível para Venda para Mantidos até o Vencimento.

	31/12/2021									31/12/2020	
	Custo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Títulos Públicos - Brasil	84.570	58,2	—	—	—	—	12.836	71.734	84.789	44.013	47.712
Letras do Tesouro Nacional	32.658	22,4	—	—	—	—	7.831	24.827	31.548	—	—
Notas do Tesouro Nacional	7.516	5,2	—	—	—	—	—	7.516	8.119	8.223	9.664
Títulos da Dívida Externa Brasileira	44.396	30,6	—	—	—	—	5.005	39.391	45.122	35.790	38.048
Títulos Públicos - Outros Países	18.427	12,7	41	210	1.725	8.325	2.360	5.766	18.423	520	527
Chile	5.744	4,0	—	—	—	—	—	5.744	5.744	—	—
Colômbia	925	0,6	41	—	612	272	—	—	913	500	493
Coreia	5.604	3,9	—	—	1.113	4.121	370	—	5.604	—	—
Espanha	6.132	4,2	—	210	—	3.932	1.990	—	6.128	—	—
Uruguai	22	—	—	—	—	—	—	22	34	20	34
Títulos de Empresas	42.310	29,1	—	3	4	4	208	42.091	41.618	4.324	4.222
Certificados de Recebíveis Imobiliários	3.535	2,4	—	3	4	4	—	3.524	3.368	4.269	4.167
Debêntures	38.775	26,7	—	—	—	—	208	38.567	38.250	—	—
Eurobonds e Assemelhados	—	—	—	—	—	—	—	—	2	2	—
Outros	—	—	—	—	—	—	—	—	53	53	—
Total (*)	145.307	100,0	41	213	1.729	8.329	15.404	119.591	144.830	48.857	52.461
% por prazo de vencimento	—	—	—	0,1	1,2	5,7	10,6	82,2	—	—	—
Total - 31/12/2020	48.857	100,0	6.568	—	2.547	543	37	39.162	52.461	—	—
% por prazo de vencimento	—	—	—	13,4	—	5,2	1,2	0,1	80,1	—	—

(*) De forma a refletir a atual estratégia de gerenciamento de riscos, no período findo em 31/12/2021, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO alterou a classificação de Títulos Disponíveis para Venda, sendo R\$ 19.138 de Títulos Públicos - Brasil, R\$ 38.338 de Debêntures e R\$ 17.139 de Títulos Soberanos.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO negocia derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço e rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro da data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de swaps apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de swaps de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - São instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO compra e vende proteção de crédito, visando atender as necessidades de seus clientes e o gerenciamento do risco de suas carteiras.

CDS (Credit Default Swap) é um derivativo de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito da entidade de referência, o comprador da proteção tem direito a receber o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos, quando um evento de crédito ocorre, conforme os termos do contrato de CDS.

TRS (Total Return Swap) é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de um ativo ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato de TRS, as partes não transferem a propriedade dos ativos.

O valor total das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO era de R\$ 4.206 (R\$ 14.964 em 31/12/2020) e estava basicamente composto por títulos públicos. Mais informações sobre os controles internos e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos, podem ser consultadas na Nota 21 - Gerenciamento de Riscos, Capital e Limites de Imobilização.

I - Resumo Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor de custo e justo e por prazo de vencimento.

Ativo	31/12/2021									31/12/2020	
	Custo	(no Resultado/Patrimônio Líquido)	Valor Justo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Valor Justo
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	13.409	24.604	38.013	55,2	1.819	370	837	2.596	7.341	25.050	46.019
Contratos de Opções	20.340	890	21.230	30,8	10.525	3.504	3.787	1.908	688	818	20.161
Operações a Termo	2.954	(13)	2.941	4,3	1.515	1.078	289	56	3	—	1.959
Derivativos de Crédito	(271)	513	242	0,4	—	—	7	8	22	205	156
NDF - Non Deliverable Forward	5.256	687	5.943	8,6	1.193	1.207	1.109	1.053	752	629	7.596
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	169	318	487	0,7	285	2	—	7	25	168	233
Total	41.857	26.999	68.856	100,0	15.337	6.161	6.029	5.628	8.831	26.870	76.124
% por prazo de vencimento	—	—	—	—	22,4	8,9	8,8	8,2	12,8	38,9	—
Total - 31/12/2020	43.376	32.748	76.124	100,0	17.307	5.504	2.828	9.071	6.475	34.939	—
% por prazo de vencimento	—	—	—	—	22,7	7,2	3,7	11,9	8,5	46,0	—

Passivo	31/12/2021									31/12/2020	
	Custo	(no Resultado/Patrimônio Líquido)	Valor Justo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Valor Justo
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(15.271)	(19.375)	(34.646)	54,2	(1.562)	(638)	(1.057)	(2.275)	(6.944)	(22.170)	(51.789)
Contratos de Opções	(20.213)	(3.099)	(23.312)	36,4	(4.040)	(5.170)	(7.479)	(4.264)	(869)	(1.490)	(20.



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação) (Continuação)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação/Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365 dias	31/12/2021	31/12/2020
Contratos de Futuros	370.243	248.922	74.456	164.160	857.781	781.453
Contratos de Swaps	131.681	155.022	121.040	930.714	1.338.457	1.442.449
Contratos de Opções	1.230.470	268.254	46.117	82.558	1.627.399	1.743.520
Operações a Termo	3.173	13.402	9.551	3	26.129	23.989
Derivativos de Crédito	—	6.602	826	14.128	21.556	20.060
NDF - Non Deliverable Forward	77.962	113.359	48.091	39.119	278.531	313.463
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	199	739	648	4.631	6.217	6.585

III - Derivativos por Valor Referencial

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor referencial, por local de negociação (mercado organizado ou balcão) e contrapartes.

	31/12/2021						
	Contratos de Futuros	Contratos de Swaps	Contratos de Opções	Operações a Termo	Derivativos de Crédito	NDF - Non Deliverable Forward	Outros Instrumentos Financeiros Derivativos
Bolsa	857.781	817.629	1.530.730	25.368	7.535	65.035	—
Balcão	—	520.828	96.669	761	14.021	213.496	6.217
Instituições Financeiras	—	413.651	57.540	761	14.021	76.415	4.861
Empresas	—	103.758	38.078	—	—	136.270	1.353
Pessoas Físicas	—	3.419	1.051	—	—	811	3
Total	857.781	1.338.457	1.627.399	26.129	21.556	278.531	6.217
Total 31/12/2020	781.453	1.442.449	1.743.520	23.989	20.060	313.463	6.585

IV - Derivativos de Crédito

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio de Referência Exigido.

	31/12/2021			31/12/2020		
	Valor nominal da proteção vendida	Valor nominal da proteção comprada com valor subjacente idêntico	Posição Líquida	Valor nominal da proteção vendida	Valor nominal da proteção comprada com valor subjacente idêntico	Posição Líquida
CDS	(9.837)	6.109	(3.728)	(8.501)	3.705	(4.796)
TRS	(5.610)	—	(5.610)	(7.854)	—	(7.854)
Total	(15.447)	6.109	(9.338)	(16.355)	3.705	(12.650)

O efeito no Patrimônio de Referência do risco recebido (Nota 21c) foi de R\$ 135 (R\$ 86 em 31/12/2020).

Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

V - Hedge Contábil

I) **Fluxo de Caixa** - O objetivo deste hedge do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é proteger os fluxos de caixa de recebimento e pagamento de juros (CDB/Empréstimos Sindicalizados Operações Ativas/Captações/Compromissadas) e as exposições de taxa de câmbio futuro (transações previstas altamente prováveis não contabilizadas) referente ao seu risco de taxa de juros variável (CDI/LIBOR/UF*/TPM*/Selic) e risco de taxa de câmbio, tornando o fluxo de caixa constante (prefixado) e independente das variações do DI Cetip Over, LIBOR, UF*, TPM*/Selic e Taxas de câmbio.

*UF - Unidade de Fomento/TPM - Taxa de Política Monetária.

	31/12/2021					
	Objetos de Hedge		Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa		Instrumentos de Hedge	
	Valor Contábil	Ativos	Passivos	Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido (*)	Valor Nominal	Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge
Estratégias						
Risco de Taxa de Juros						
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	—	38.445	—	1.064	38.080	1.072
Hedge de Operações Ativas	8.621	—	—	(409)	8.213	(409)
Hedge de Compromissadas Ativas	40.526	—	—	(1.686)	39.962	(1.698)
Hedge de Ativos Denominados em UF	14.558	—	—	(127)	14.683	(127)
Hedge de Captações	—	5.749	—	30	5.779	30
Hedge de Operações de Crédito	131	—	—	—	131	1
Risco Cambial						
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	3.508	—	—	185	3.508	185
Total	67.344	44.194	—	(943)	110.356	(946)

	31/12/2020					
	Objetos de Hedge		Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa		Instrumentos de Hedge	
	Valor Contábil	Ativos	Passivos	Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido (*)	Valor Nominal	Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge
Estratégias						
Risco de Taxa de Juros						
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	—	101.929	—	(2.423)	(2.464)	(2.433)
Hedge de Operações Ativas	5.673	—	—	66	5.743	66
Hedge de Compromissadas Ativas	29.533	—	—	697	31.417	699
Hedge de Ativos Denominados em UF	16.674	—	—	(4)	16.677	(1)
Hedge de Captações	—	2.007	—	(10)	(10)	(11)
Hedge de Operações de Crédito	327	—	—	12	316	15
Risco Custos Variáveis						
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	31.594	—	—	(3)	(3)	15.803
Risco Cambial						
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	1.314	—	—	(105)	52	1.314
Total	85.115	103.936	—	(1.770)	(1.654)	176.683
(*) Registrado na rubrica Outros Resultados Abrangentes.						

	31/12/2021					
	Objetos de Hedge		Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa		Instrumentos de Hedge	
	Valor Contábil	Ativos	Passivos	Variação no valor reconhecida no Resultado (2)	Valor Nominal	Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge
Instrumentos de Hedge						
Risco de Taxa de Juros (3)						
Futuros	86.255	144	—	(1.035)	(1.031)	(4)
Swaps	20.593	5.749	14.688	(96)	(97)	1
Risco Cambial (4)						
Futuros	3.508	—	3.665	185	185	—
Total	110.356	5.893	18.353	(946)	(943)	(3)

	31/12/2020					
Objetos de Hedge		Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa		Instrumentos de Hedge		
	Valor Contábil	Ativos	Passivos	Variação no valor reconhecida no Resultado (2)	Valor Nominal	Variação no valor utilizado para calcular a inefetividade do Hedge



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação) (Continuação)

III) Investimento Líquido em Operação no Exterior - As estratégias de hedge de investimento líquido no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO consistem em um hedge de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz.

Estratégias Risco Cambial	31/12/2021					
	Valor Contábil		Objetos de Hedge		Instrumentos de Hedge	
	Ativos	Passivos	Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido (1)	Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira	Valor Nominal	Variação no valor utilizada para calcular a inefetividade do Hedge
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior	9.646	---	(12.695)	(12.695)	13.888	(12.730)
Total	9.646	---	(12.695)	(12.695)	13.888	(12.730)

Estratégias Risco Cambial	31/12/2020					
	Valor Contábil		Objetos de Hedge		Instrumentos de Hedge	
	Ativos	Passivos	Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido (1)	Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira	Valor Nominal	Variação no valor utilizada para calcular a inefetividade do Hedge
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior	15.277	---	(12.595)	(12.595)	24.619	(12.645)
Total	15.277	---	(12.595)	(12.595)	24.619	(12.645)

(1) Registrado na rubrica Outras Resultados Abrangentes.

No período, o montante de R\$ 11.752 foi revogado do relacionamento de hedge, cujo saldo remanescente na Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira (Patrimônio Líquido) é de R\$ (6.196), sem efeito no resultado em função da manutenção dos investimentos no exterior.

Instrumentos de Hedge Risco Cambial (3)	31/12/2021					
	Valor Nominal	Ativos	Passivos	Variação no valor utilizada para calcular a inefetividade do Hedge	Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido (2)	Inefetividade de Hedge Reconhecida no Resultado
Futuro	2.126	286	---	(2.780)	(2.765)	(15)
Futuro/NDF - Non Deliverable Forward.....	6.000	208	---	(3.049)	(3.062)	13
Futuro/Ativos Financeiros	5.762	6.566	3.653	(6.901)	(6.868)	(33)
Total	13.888	7.060	3.653	(12.730)	(12.695)	(35)

Instrumentos de Hedge Risco Cambial (3)	31/12/2020					
	Valor Nominal	Ativos	Passivos	Variação no valor utilizada para calcular a inefetividade do Hedge	Variação no valor reconhecida no Patrimônio Líquido (2)	Inefetividade de Hedge Reconhecida no Resultado
Futuro	5.052	---	31	(3.310)	(3.298)	(12)
Futuro/NDF - Non Deliverable Forward.....	15.196	445	---	(7.282)	(7.250)	(32)
Futuro/Ativos Financeiros	4.371	4.556	2.762	(2.053)	(2.047)	(6)
Total	24.619	5.001	2.793	(12.645)	(12.595)	(50)

(1) Registrado na rubrica Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.
(2) Registrado na rubrica Outras Resultados Abrangentes.
(3) Futuro negociado na B3 e Ativos Financeiros ou Contratos NDF contratados por nossas controladas no exterior.

O período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado será pela baixa total ou parcial dos investimentos.

IV) A seguir, apresentamos quadro com o prazo de vencimento das estratégias de Hedge Fluxo de Caixa, Hedge Risco de Mercado e Hedge de Investimento em Operação Líquidas no Exterior.

Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	31/12/2021					
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	10.680	13.838	6.771	5.257	---	1.534
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	3.508	---	---	---	---	---
Hedge de Operações Ativas	2.198	---	6.015	---	---	---
Hedge de Ativos Denominados em UF	10.148	4.535	---	---	---	---
Hedge de Captações (Fluxo de Caixa)	2.147	3.632	---	---	---	---
Hedge de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)	131	---	---	---	---	131
Hedge de Operações de Crédito (Risco de Mercado)	3.377	1.522	797	838	809	1.547
Hedge de Captações (Risco de Mercado)	1.206	1.072	302	273	2.920	3.916
Hedge de Títulos Disponíveis para Venda	326	2.108	1.153	2.487	680	3.670
Hedge de Operações Compromissadas Ativas	2.322	14.963	8.976	13.098	603	39.962
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior (*)	13.888	---	---	---	---	13.888
Hedge de Outros Ativos Financeiros (Risco de Mercado)	13.602	485	456	779	1.106	2.078
Total	63.533	42.155	24.470	22.732	5.515	13.348

Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	31/12/2020					
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	70.202	9.077	13.059	5.504	4.856	719
Hedge de Transação Prevista Altamente Provável	17.117	---	---	---	---	---
Hedge de Operações Ativas	3.604	2.139	---	---	---	5.743
Hedge de Ativos Denominados em UF	15.400	1.277	---	---	---	16.677
Hedge de Captações (Fluxo de Caixa)	1.765	27	204	---	---	1.996
Hedge de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)	212	104	---	---	---	316
Hedge de Operações de Crédito (Risco de Mercado)	2.999	1.793	1.297	447	898	1.771
Hedge de Captações (Risco de Mercado)	213	657	549	176	581	5.448
Hedge de Títulos Disponíveis para Venda	5.897	1.668	2.589	2.318	2.105	10.931
Hedge de Operações Compromissadas Ativas	22.186	2.297	6.130	---	804	31.417
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior (*)	24.619	---	---	---	---	24.619
Total	164.214	19.039	23.828	8.445	9.244	18.869

Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	31/12/2020					
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	70					



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação) (Continuação)

II - Por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco (continuação)

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2021		31/12/2020								
										Operações em Curso Anormal (1) (2)										
										Subtotal (a)	Subtotal - 31/12/2020	2.671	3.482	3.329	2.918	3.158	4.695	11.929	32.182	27.566
Parcelas Vencidas																				
01 a 14.....	---	---	680	944	1.262	1.295	1.519	3.016	7.381	16.097	13.505									
15 a 30.....	---	---	10	44	35	31	32	29	103	284	222									
31 a 60.....	---	---	643	145	120	113	107	74	193	1.395	1.007									
61 a 90.....	---	---	27	720	277	225	172	125	348	1.894	1.810									
91 a 180.....	---	---	---	24	768	131	289	130	312	1.654	1.437									
181 a 365.....	---	---	---	11	62	745	845	2.542	1.123	5.328	3.202									
Acima de 365 dias.....	---	---	---	---	50	74	116	5.020	5.260	5.538	289									
Subtotal (a)																				
Subtotal - 31/12/2020																				
Parcelas Vencidas																				
01 a 30.....	422.728	216.516	72.500	46.392	12.378	3.709	3.609	3.125	3.363	784.320	680.146									
31 a 60.....	31.188	48.152	9.153	7.106	2.513	329	382	188	630	99.641	78.053									
61 a 90.....	34.125	23.047	4.544	2.698	544	133	129	115	251	65.586	52.351									
91 a 180.....	21.303	14.648	4.070	2.392	435	165	329	114	179	43.635	40.074									
181 a 365.....	44.120	29.858	8.927	5.361	1.010	324	274	145	335	90.354	83.715									
Acima de 365 dias.....	57.955	30.042	10.772	7.383	1.553	711	641	395	435	109.887	93.285									
Parcelas Vencidas até 14 dias																				
Subtotal (b)																				
Subtotal - 31/12/2020																				
Total da Carteira (a + b)																				
Provisão Existente																				
Mínima.....	(2.494)	(1.918)	(2.979)	(5.064)	(4.465)	(3.339)	(4.788)	(7.718)	(15.348)	(48.931)	(52.158)									
Garantias Financeiras Prestadas.....	---	(1.087)	(750)	(1.487)	(1.551)	(1.997)	(3.401)	(5.337)	(15.348)	(30.958)	(33.662)									
Complementar (3).....	(2.494)	(831)	(2.229)	(3.577)	(2.914)	(1.342)	(1.387)	(2.381)	(17.155)	(17.742)	(28.18)	(28.18)								
Provisão Existente Circulante																				
Provisão Existente Não Circulante																				
Total da Carteira em 31/12/2020																				
Provisão Existente em 31/12/2020																				
Mínima.....	340.273	197.751	72.654	46.572	12.482	3.760	3.683	3.156	3.419	786.892	682.987									
Garantias Financeiras Prestadas.....	(2.494)	(1.918)	(2.979)	(5.064)	(4.465)	(3.339)	(4.788)	(7.718)	(15.348)	(48.931)	(52.158)									
Complementar (3).....	(2.494)	(831)	(2.229)	(3.577)	(2.914)	(1.342)	(1.387)	(2.381)	(17.155)	(17.742)	(28.18)	(28.18)								
Total da Carteira em 31/12/2020																				
Provisão Existente em 31/12/2020																				
Mínima.....	340.273	197.751	72.654	46.572	12.482	3.760	3.683	3.156	3.419	786.892	682.987									
Garantias Financeiras Prestadas.....	(2.494)	(1.918)	(2.979)	(5.064)	(4.465)	(3.339)	(4.788)	(7.718)	(15.348)	(48.931)	(52.158)									
Complementar (3).....	(2.494)	(831)	(2.229)	(3.577)	(2.914)	(1.342)	(1.387)	(2.381)	(17.155)	(17.742)	(28.18)	(28.18)								
Total da Carteira em 31/12/2020																				
Provisão Existente em 31/12/2020																				
Mínima.....	340.273	197.751	72.654	46.572	12.482	3.760	3.683	3.156	3.419	786.892	682.987									
Garantias Financeiras Prestadas.....	(2.494)	(1.918)	(2.979)	(5.064)	(4.465)	(3.339)	(4.788)	(7.718)	(15.348)	(48.931)	(52.158)									
Complementar (3).....	(2.494)	(831)	(2.229)	(3.577)	(2.914)	(1.342)	(1.387)	(2.381)	(17.155)	(17.742)	(28.18)	(28.18)								
Total da Carteira em 31/12/2020																				
Provisão Existente em 31/12/2020																				
Mínima.....	340.273	197.751	72.654	46.572	12.482	3.760	3.683	3.156	3.419	786.892	682.987									
Garantias Financeiras Prestadas.....	(2.494)	(1.918)	(2.979)	(5.064)	(4.465)	(3.339)	(4.788)	(7.718)	(15.348)	(48.931)	(52.158)									
Complementar (3).....	(2.494)	(831)	(2.229)	(3.577)	(2.914)	(1.342)	(1.387)	(2.381)	(17.155)	(17.742)	(28.18)	(28.18)								
Total da Carteira em 31/12/2020</b																				



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação) (Continuação)

NOTA 7 - CAPTAÇÃO DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Resumo

	31/12/2021				31/12/2020
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365 dias	Total
Depósitos	402.930	52.259	38.563	356.620	850.372
Captações no Mercado Aberto.....	258.004	2.627	725	9.695	271.051
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	2.310	18.077	16.235	106.516	143.138
Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	7.386	30.470	29.627	29.522	97.005
Dívidas Subordinadas.....	—	7.105	14.098	53.833	75.036
Total.....	670.630	110.538	99.248	556.186	1.436.602
% por prazo de vencimento	46,7	7,7	6,9	38,7	100,0
Total - 31/12/2020.....	637.414	134.110	109.034	503.747	1.384.305
% por prazo de vencimento	46,0	9,7	7,9	36,4	100,0

b) Depósitos

	31/12/2021				31/12/2020
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365 dias	Total
Depósitos Remunerados	243.986	52.259	38.563	356.620	691.428
De Poupança	190.601	—	—	—	190.601
Interfinanceiros	822	1.334	1.334	286	3.776
A Prazo	52.563	50.925	37.229	356.334	497.051
Depósitos não Remunerados	158.944	—	—	—	158.944
À Vista	158.116	—	—	—	158.116
Outros Depósitos	828	—	—	—	828
Total.....	402.930	52.259	38.563	356.620	850.372
% por prazo de vencimento	47,4	6,2	4,5	41,9	100,0
Total - 31/12/2020.....	370.604	80.456	59.955	297.995	809.010
% por prazo de vencimento	45,8	9,9	7,4	36,9	100,0

c) Captações no Mercado Aberto

	31/12/2021				31/12/2020
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365 dias	Total
Carteira Própria	100.786	1.151	648	81	102.666
Títulos Públicos	74.728	1	17	—	74.746
Títulos Privados	24.862	815	—	—	25.677
Emissão Própria	—	1	—	20	21
Exterior	1.196	334	631	61	2.222
Carteira de Terceiros.....	115.511	—	—	—	115.511
Carteira Livre Movimentação.....	41.707	1.476	77	9.614	52.874
Total.....	258.004	2.627	725	9.695	271.051
% por Prazo de Vencimento	95,1	1,0	0,3	3,6	100,0
Total - 31/12/2020.....	250.035	3.001	1.962	25.543	280.541
% por Prazo de Vencimento	89,1	1,1	0,7	9,1	100,0

d) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	31/12/2021				31/12/2020
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365 dias	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	1.871	16.139	11.893	49.518	79.421
Letras Financeiras	1.093	12.313	6.904	3.749	24.059
Letras de Crédito Imobiliário	555	1.503	1.570	7.035	10.663
Letras de Crédito do Agronegócio	214	2.242	1.886	9.359	13.701
Letras Imobiliárias Garantidas	9	81	1.533	29.375	30.998
Obrigações por TVM no Exterior	422	1.895	4.259	56.384	62.960
Brazil Risk Note Programme	37	574	412	11.985	13.008
Structure Note Issued	216	614	1.079	4.867	6.776
Bônus	—	408	2.319	30.378	33.105
Fixed Rate Notes	86	—	—	5.581	5.667
Eurobonds	2	—	—	60	62
Hipotecárias	—	—	6	152	158
Outros	81	299	443	3.361	4.184
Captação por Certificados de Operações Estruturadas (*).....	17	43	83	614	757
Total.....	2.310	18.077	16.235	106.516	143.138
% por prazo de vencimento	1,6	12,7	11,3	74,4	100,0
Total - 31/12/2020.....	1.978	20.477	19.872	94.311	136.638
% por prazo de vencimento	1,5	15,0	14,5	69,0	100,0

(*) O valor justo da Captação por Certificados de Operações Estruturadas é de R\$ 790 (R\$ 1.018 em 31/12/2020).

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING a carteira é composta por Brazil Risk Note Programme no montante de R\$ 8.754 (R\$ 7.898 em 31/12/2020) com vencimento acima de 365 dias.

Letras Imobiliárias Garantidas

As Letras Imobiliárias Garantidas (LIGs) são títulos de crédito nominativos, transferíveis e de livre negociação, garantidos pela carteira de ativos do próprio emissor, submetida ao regime fiduciário.

O "Termo de Emissão de LIG", que esclarece as condições por operação de LIG, está disponível no site www.itaubank.com.br/relações-com-investidores, na seção resultados e relatórios/documentos regulatórios/letra imobiliária garantida.

I - Composição da Carteira de Ativos

A carteira de ativos vinculada às LIGs corresponde a 2,01% do ativo total do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. Sua composição é apresentada no quadro abaixo. Mais detalhes estão disponíveis do Demonstrativo da Carteira de Ativos - DCA, na seção resultados e relatórios/documentos regulatórios/letra imobiliária garantida.

31/12/2021 31/12/2020

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos Imobiliários	42.362	12.286
Títulos Públicos - Brasil	1.147	2
Total.....	43.509	12.288

Total da Carteira de Ativos

Total da Carteira de Ativos Ajustada.....

Obrigações por Emissão de LIGs.....

Remuneração do Agente Fiduciário.....

II - Requisitos da Carteira de Ativos

	31/12/2021	31/12/2020
Composição	97,4%	100,0%

Suficiência

 Valor Nominal

 Valor Presente sob Estresse

Prazo Médio Ponderado

 Da Carteira de Ativos

 Das LIGs em Circulação

Liquidex

 Ativos Líquidos

e) Obrigações por Empréstimos e Repasses

	31/12/2021				31/12/2020
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365 dias	Total

<tbl_r cells="6" ix="3" maxcspan="1" maxrspan="1" usedcols



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação) (Continuação)

b) Recursos Garantidores das Provisões Técnicas

	Seguros	Previdência	Capitalização		Total
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	187	322	969	179	368
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	2.326	1.964	210.455	218.351	3.014
Cotas de Fundos de PGBL/VGBL (1)	—	—	197.648	205.820	—
Títulos Públicos - Brasil.....	—	—	149.276	161.222	—
Letras do Tesouro Nacional, Letras Financeiras do Tesouro e Notas do Tesouro Nacional.....	—	—	129.741	152.910	—
Compromissadas.....	—	—	19.535	8.312	—
Títulos Privados.....	—	—	36.712	33.263	—
Ações, Compromissadas, Debêntures, CDB e Notas Promissórias e Comerciais.....	—	—	28.887	18.814	—
Letras Financeiras.....	—	—	7.438	14.346	—
Outros.....	—	—	387	103	—
Cotas de Fundos de PGBL/VGBL.....	—	—	9.919	9.215	—
Demais Títulos (2).....	—	—	1.741	2.120	—
Outros Títulos Públicos e Privados.....	2.326	1.964	12.807	12.531	3.014
Crédito com Operações de Seguros e Resseguros (3)	1.485	1.204	—	—	—
Direitos Creditórios.....	1.270	1.036	—	—	—
Outros Créditos.....	215	168	—	—	—
Total Recursos Garantidores (b).....	3.998	3.490	211.424	218.530	3.382
Total Cobertura Excedente (b-a).....	115	187	996	1.829	135
(1) Carteira de títulos dos planos de previdência PGBL e VGBL cuja propriedade e os riscos envolvidos são de clientes, contabilizada como Títulos e Valores Mobiliários - Títulos para Negociação, tendo como contrapartida no Passivo, a rubrica Provisões Técnicas de Previdência (Nota 8a).					
(2) Inclui Instrumentos Financeiros Derivativos, Empréstimo de Ações e Contas a Receber/Pagar.					
(3) Registrado em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.					

NOTA 9 - PROVISÕES, ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) **Ativos Contingentes:** não existem ativos contingentes contabilizados.

b) **Provisões e Contingências:** as provisões relativas às discussões administrativas e judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO são de longo prazo, e em virtude do tempo de tramitação desses processos impedem a divulgação de prazo para encerramento.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvido em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais, além dos destacados no decorrer desta nota, que possam afetar, de forma relevante, os resultados de suas operações.

Ações Cíveis

As provisões e as contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais, sendo os processos classificados da seguinte forma:

Processos Massificados: são relativos às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. A apuração da provisão é realizada mensalmente, considerando o valor esperado da perda, realizada por meio de aplicação de parâmetro estatístico, tendo em conta a natureza da ação e as características do juízo em que tramitam (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum). As contingências e provisões são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: são relativos às ações com características peculiares ou de valor relevante, apurando-se periodicamente a probabilidade de perda, a partir da determinação do valor do pedido e particularidades das ações. A probabilidade de perda é estimada conforme as particularidades das ações.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, apesar de ter observado as regras vigentes à época, figura como réu em ações ajuizadas por pessoas físicas que versam sobre a cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança, decorrente de planos econômicos implementados nas décadas de 80 e 90, bem como em ações coletivas ajuizadas por: (i) associações de defesa do consumidor; e (ii) Ministério Público, em nome dos titulares de cadernetas de poupança. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO constitui provisões quando do recebimento da citação, bem como no momento em que as pessoas físicas exigem a execução da decisão proferida pelo Judiciário, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu algumas decisões a favor dos titulares de cadernetas de poupança, mas não consolidou seu entendimento no tocante à constitucionalidade dos planos econômicos e sua aplicabilidade às cadernetas de poupança. Atualmente, os recursos relacionados a essa questão estão suspensos, por determinação do STF, até que haja um pronunciamento definitivo desta Corte quanto ao direito discutido.

Em dezembro de 2017, sob mediação da Advocacia-Geral da União (AGU) e supervisão do BACEN, poupadore (representados por duas associações civis, FEBRAPRO e IDEC) e a FEBRABAN assinaram instrumento de acordo com o objetivo de finalizar os litígios relacionados aos planos econômicos, tendo o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO aderido aos seus termos. Referido acordo foi homologado, em 01/03/2018, pelo Plenário do STF e os poupadore puderam aderir a seus termos pelo prazo de 24 meses.

Em razão do encerramento desse prazo, as partes assinaram um aditivo ao instrumento de acordo para prorrogar o período de adesão e, assim, contemplar um número maior de poupadore e, consequentemente, aumentar o encerramento das ações judiciais. Em maio de 2020 o STF homologou esse aditivo e concedeu o prazo de 30 meses para novas adesões, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 30 meses, condicionado à prestação de contas da quantidade de adesões ao longo do primeiro período.

Ações Trabalhistas

As provisões e as contingências decorrem de ações em que se discutem direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros. Esses processos possuem a seguinte classificação:

Processos Massificados: referem-se às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. O valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme modelo estatístico, que especifica as ações e é reavaliado considerando as decisões judiciais proferidas. As provisões e as contingências são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: referem-se às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação.

Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com Fundos de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

I - Provisões Cíveis e Trabalhistas e Outros Riscos

Segue abaixo a movimentação das provisões Cíveis, Trabalhistas e Outros Riscos:

	31/12/2021	31/12/2020			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros Riscos	Total	Total
Saldo Inicial - 01/01	3.511	8.015	1.483	13.009	13.189
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 3n)	(216)	(950)	—	(1.166)	(1.196)
Subtotal	3.295	7.065	1.483	11.843	11.993
Atualização/Encargos	221	155	—	376	673
Movimentação do Período Refletida no Resultado	820	2.652	85	3.557	3.546
Constituição (*).	1.176	2.888	119	4.183	4.025
Reversão	(356)	(236)	(34)	(626)	(479)
Pagamento	(1.244)	(2.532)	(10)	(3.786)	(4.369)
Subtotal	3.092	7.340	1.558	11.990	11.843
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 3n)....	225	879	—	1.104	1.166
Saldo Final	3.317	8.219	1.558	13.094	13.009
Circulante	1.266	2.528	1.558	5.352	5.862
Não Circulante	2.051	5.691	—	7.742	7.147
Saldo Final em 31/12/2020	3.511	8.015	1.483	13.009	

(*) Inclui, na provisão trabalhista, efeitos da provisão para reestruturação (Nota 22e).

II - Provisões Fiscais e Previdenciárias

As provisões fiscais e previdenciárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros, multa e, encargos, quando aplicável.

Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões:

	31/12/2021	31/12/2020		
	Obrigação Legal (Nota 11c)	Ações Fiscais e Previdenciárias	Total	Total
Saldo Inicial - 01/01	3.569	3.241	6.810	8.266
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 3n)	(—)	(71)	(71)	(68)
Subtotal	3.569	3.170	6.739	8.198
Atualização/Encargos	59	143	202	220
Movimentação do Período Refletida no Resultado	90	(82)	8	56
Constituição	100	80	180	142
Reversão	(10)	(162)	(172)	(86)
Pagamento	(366)	(157)	(523)	(1.735)
Subtotal	3.352	3.074	6.426	6.739
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 3n)....	—	72	72	71
Saldo Final	3.352	3.146	6.498	6.810
Circulante	—	10	10	65
Não Circulante	3.352	3.136	6.488	6.745
Saldo Final em 31/12/2020	3.569	3.241	6.810	

As principais discussões relativas a Ações Fiscais e Previdenciárias são descritas a seguir:

• INSS - Verbas não Remuneratórias - R\$ 1.823: defende-se a não incidência da contribuição previdenciária sobre verbas pagas a título de participação nos lucros. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 1.032;

• PIS e COFINS - Base de Cálculo - R\$ 641: defende-se a incidência de PIS e COFINS sobre o faturamento, devendo este ser entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 628.

III - Contingências



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação) (Continuação)

e) Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Cartões de Crédito e Débito.....	16.049	13.812
Serviços de Conta Corrente.....	7.803	8.002
Administração de Recursos.....	7.754	7.694
Fundos.....	6.972	7.043
Consórcios.....	782	651
Oparações de Crédito e Garantias Financeiras Prestadas.....	2.859	2.566
Oparações de Crédito.....	1.655	1.232
Garantias Financeiras Prestadas.....	1.204	1.334
Serviços de Recebimentos.....	2.020	1.897
Assessoria Económica, Financeira e Corretagem.....	3.584	2.891
Serviços de Custódia.....	605	573
Outras.....	2.599	2.139
Total.....	43.273	39.574

f) Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Remuneração.....	(10.276)	(10.204)
Participação dos Empregados nos Lucros.....	(5.579)	(4.079)
Benefícios Sociais.....	(4.376)	(4.125)
Encargos.....	(3.639)	(3.330)
Desligamento de Funcionários (*).	(719)	(329)
Treinamento.....	(118)	(107)
Pagamento Baseado em Ações (Nota 15f).....	(129)	(241)
Total.....	(24.836)	(22.415)

(*) Inclui efeitos da provisão para reestruturação (Nota 22e).

g) Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Serviços de Terceiros, Sistema Financeiro, Segurança e Transportes.....	(7.356)	(7.237)
Processamento de Dados e Telecomunicações.....	(3.962)	(3.987)
Instalações.....	(3.138)	(3.261)
Depreciação e Amortização.....	(4.084)	(3.960)
Propaganda, Promoções e Publicidade.....	(1.389)	(1.095)
Materiais.....	(465)	(321)
Viagens.....	(59)	(84)
Outras (*).....	(1.204)	(2.217)
Total.....	(21.657)	(22.162)

(*) Em 31/12/2020, contempla R\$ (1.047) referente às doações da iniciativa "Todos pela Saúde" (Nota 22d).

h) Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Comercialização - Cartões de Crédito.....	(4.950)	(4.133)
Operações sem Características de Concessão de Crédito, líquidas de provisão.....	(955)	(656)
Amortização de Ágios.....	(503)	(497)
Perdas com Sinistros.....	(590)	(474)
Ressarcimento de Custos Interbancários.....	(394)	(314)
Redução ao Valor Recuperável (*).....	(478)	(2.559)
Outras.....	(2.818)	(1.955)
Total.....	(10.688)	(10.588)

(*) Em 31/12/2020, contempla os efeitos da redução ao valor recuperável de ágios e ativos intangíveis do Itaú CorpBanca, líquidos dos efeitos tributários e da participação dos acionistas não controladores totaliza R\$ (19).

NOTA 11 - TRIBUTOS

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas controladas apuram separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda.....	15,00%	PIS (1).....	0,65%
Adicional de Imposto de Renda.....	10,00%	COFINS (1).....	4,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (2).....	25,00%	ISS até.....	5,00%

(1) Para as controladas não financeiras que se enquadram no regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS é de 1,65% e da COFINS é de 7,60%.

(2) Lei nº 14.183/21 (conversão da MP nº 1.034/21): publicada em 15 de julho de 2021, dispõe sobre a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos que passou a ser 25%. Para as empresas de seguro, de capitalização e demais financeiras passou a ser 20% e para as não financeiras permaneceu 9%. A majoração da alíquota é aplicada de 1º de julho até 31 de dezembro de 2021.

a) Despesas com Impostos e Contribuições

I-Demonstração do cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Devidos sobre Operações do Período	39.823	6.983
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(18.872)	(3.142)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Participações em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto.....	815	378
Varição Cambial de Investimentos no Exterior.....	437	7.201
Juros sobre o Capital Próprio.....	2.889	2.765
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (2).....	7.229	(16.872)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.502)	(9.670)

Referentes a Diferenças Temporárias

Constituição/(Reversão) do Período.....	(5.892)	19.468
(Despesas)/Receitas de Tributos Diferidos	(5.892)	19.468
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(13.394)	9.798

(1) Considera que no 1º semestre de 2021 a alíquota vigente de IRPJ e CSLL é igual a 45% e, no 2º semestre de 2021, é igual a 50%.

(2) Considera (Inclusões) e Exclusões Temporâneas.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Ativos Fiscais Diferidos, da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001 e das Obrigações Fiscais Diferidas são:

Ano de Realização	Ativos Fiscais Diferidos			
	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%
2022	15.448	28,3%	613	16,9%
2023	17.326	31,7%	667	18,4%
2024	10.724	19,6%	558	15,4%
2025	2.102	3,8%	298	8,2%
2026	2.004	3,7%	304	8,4%
acima de 2026	7.077	12,9%	1.186	32,7%
Total	54.681	100,0%	3.626	100,0%
Valor Presente (*)	48.773	3.096	51.869	

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconómicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos ativos fiscais diferidos apresentada acima não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

IV - Em 31/12/2021, os ativos fiscais diferidos não contabilizados correspondem a R\$ 1.909 e decorrem da avaliação da Administração sobre suas perspectivas de realização no longo prazo (R\$ 780 em 31/12/2020).

c) Obrigações Fiscais Correntes

Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar.....		3.401	3.455
Demais Impostos e Contribuições a Pagar.....		3.453	2.333
Obrigações Legais (Nota 9b II).....		3.352	3.569

Total.....

Circulante.....

Não Circulante.....

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o saldo das Obrigações Correntes totaliza R\$ 124 (R\$ 92 em 31/12/2020) e está representado basicamente por Impostos e Contribuições sobre Lucros e Demais Impostos e Contribuições a Pagar de R\$ 108 (R\$ 76 em 31/12/2020).

NOTA 12 - INVESTIMENTO - MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - ITAÚ UNIBANCO HOLDING (1)

Saldo em 31/12/2020

Empresas	Moeda Funcional	Patrimônio Líquido	Valor Patrimonial			Movimentação de 01/01 a 3					



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação) (Continuação)

Movimentação do Programa de Sócios

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
	Quantidade	Quantidade
Saldo Inicial	36.291.760	39.305.211
Novos (1).	14.583.318	10.488.126
Entregues	(11.652.700)	(11.408.109)
Cancelados	(2.278.382)	(2.093.468)
Saldo Final	36.943.996	36.291.760
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	1,80	1,69
Valor de Mercado Médio Ponderado (R\$)	16,71	23,37

(1) Em decorrência da redução da participação minoritária na XP Inc. e posterior incorporação da XPart S.A. (Nota 2d), a partir de outubro de 2021 houve acréscimo na quantidade de ações ITUB4 a serem entregues nos planos de remuneração variável.

II - Remuneração Variável

Neste plano, parte da remuneração variável dos administradores é paga em dinheiro e parte em ações pelo prazo de 3 anos. A entrega das ações é feita de forma diferida, sendo um terço por ano, mediante o cumprimento das condições previstas em regulamento interno. As parcelas diferidas e não pagas poderão ser revertidas proporcionalmente à redução significativa do lucro recorrente realizado ou resultado negativo do período.

Os administradores tornam-se elegíveis ao recebimento desses benefícios conforme seu desempenho individual, do negócio ou ambos. O montante do benefício é definido de acordo com as atividades de cada administrador, que deve atender, no mínimo, os requisitos de desempenho e conduta.

O valor justo das ações é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Movimentação da Remuneração Variável em Ações

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
	Quantidade	Quantidade
Saldo Inicial	27.407.231	20.220.934
Novos (1).	21.767.235	18.329.108
Entregues	(10.818.958)	(10.574.321)
Cancelados	(1.541.260)	(568.490)
Saldo Final	36.814.248	27.407.231
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	1,04	1,21
Valor de Mercado Médio Ponderado (R\$)	23,59	31,22

(1) Em decorrência da redução da participação minoritária na XP Inc. e posterior incorporação da XPart S.A. (Nota 2d), a partir de outubro de 2021 houve acréscimo na quantidade de ações ITUB4 a serem entregues nos planos de remuneração variável.

(1) Nova denominação social da Duratex S.A.

a) Transações com Partes Relacionadas:

	ITAÚ UNIBANCO HOLDING						ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO					
	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)				Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)			
	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020	Taxa Anual	31/12/2021	31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020	Taxa Anual	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	65.744	66.250	3.298	3.382							5.397	1.716
Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch	1,57% a 6,61%	58.315	54.339	2.904	2.660						18.539	84
Outras	9,15%	7.429	11.911	394	722	9,15%	2.301	18.539	84	63		
Operações de Crédito											654	727
Dexco S.A.											546	31
Outras											108	19
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Posição Ativa e Passiva)	(93)	69	862	69							5.397	303
Fundos de Investimentos	(93)	69	859	69							183	6
Copagaz - Distribuidora de Gás S.A.											90	14
Itáus S.A.											71	1
Aguas do Rio 4 SPE S.A.											771	1
Aegea Saneamento e Participações S.A.											60	---
Outras											844	34
Depósitos											514	10
Outras											(112)	30
Captações no Mercado Aberto											212	(10)
Alpargatas S.A.											(2)	(1)
Dexco S.A.											(443)	(165)
Aguas do Rio 4 SPE S.A.											(107)	(34)
Aguas do Rio 1 SPE S.A.											(15)	(28)
Aegea Saneamento e Participações S.A.											(32)	(3)
Outras											(13)	(3)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(596)	(14)									75%	(23)
Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch	(596)	(14)										
Valores a Receber (Pagar)/Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias, Despesas Administrativas e/ou Outras Operacionais	(191)	(66)	(22)	(14)							(273)	(26)
Instituto Unibanco											123	3
Fundação Itáu Unibanco - Previdência Complementar											93	42
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.											46	7
Olímpia Promoção e Serviços S.A.											5	(45)
Itáu Corretora de Valores S.A.	(1)	(1)	(16)	(14)								
Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch	(260)	(100)	1								(158)	(172)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocínado												7
Itaú Unibanco S.A.	76	35									1	12
Itáus S.A.											(10)	(1)
Aguas do Rio 4 SPE S.A.											(20)	
Aguas do Rio 1 SPE S.A.											(12)	
Outras	(6)	(6)	(1)								18	1
Aluguéis												
Fundação Itáu Unibanco - Previdência Complementar												(37)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocínado												(28)
Outras												(3)
Doações											(500)	(1.002)
Fundação Itáu para a Educação e Cultura											(500)	(1.000)
Outras												(2)
Patrocínios											12	12
Associação Cubo Coworking Itáu											12	(16)
												(14)
												(16)

As operações com o Pessoal-Chave da Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO apresentam Ativos de R\$ 100, Passivos de R\$ (6.136) e Resultado de R\$ (20) (R\$ 65, R\$ (6.623) em 31/12/2020 e R\$ (58) de 01/01 a 31/12/2020, respectivamente).

Além das operações acima discriminadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e partes relacionadas não consolidadas, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do Itaú Unibanco, registraram em Outras Despesas Administrativas, R\$ (6) (R\$ (5) de 01/01 a 31/12/2020) em função da utilização da estrutura comum.

b) Remunerações e Benefícios do Pessoal-Chave da Administração

As remunerações e benefícios atribuídos aos Administradores, membros do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO no período correspondem a:

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020

<tbl_r cells="3" ix="1" maxcspan="1"



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação) (Continuação)

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura da hierarquia de valor justo.

	31/12/2021				31/12/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos para Negociação	116.494	213.102	44	329.640	162.570	218.960	68	381.598
Títulos Públicos - Brasil	100.776	1.979	—	102.755	146.810	6.836	—	153.646
Letras Financeiras do Tesouro	23.888	—	—	23.888	30.111	—	—	30.111
Letras do Tesouro Nacional	29.614	—	—	29.614	75.448	—	—	75.448
Notas do Tesouro Nacional	44.893	1.979	—	46.872	38.199	6.836	—	45.035
Títulos da Dívida Externa Brasileira	2.381	—	—	2.381	3.052	—	—	3.052
Títulos Públicos - Outros Países	5.064	—	—	5.064	8.232	—	—	8.232
Argentina	931	—	—	931	1.482	—	—	1.482
Chile	378	—	—	378	843	—	—	843
Colômbia	1.059	—	—	1.059	3.603	—	—	3.603
Estados Unidos	2.599	—	—	2.599	2.085	—	—	2.085
Itália	—	—	—	—	130	—	—	130
México	19	—	—	19	5	—	—	5
Paraguai	10	—	—	10	3	—	—	3
Peru	7	—	—	7	4	—	—	4
Uruguai	61	—	—	61	77	—	—	77
Títulos de Empresas	10.654	13.475	44	24.173	7.528	6.304	68	13.900
Ações	2.852	—	—	2.852	3.055	348	—	3.403
Certificados de Depósito Bancário	—	182	—	182	219	—	—	219
Certificados de Recebíveis Imobiliários	—	135	—	135	—	—	68	68
Cotas de Fundos	652	9.360	—	10.012	576	3.944	—	4.520
Direitos Creditórios	—	6.916	—	6.916	2.524	—	2.524	2.524
Renda Fixa	33	2.120	—	2.153	33	1.343	—	1.376
Renda Variável	619	324	—	943	543	77	—	620
Debêntures	1.717	1.478	36	3.231	1.695	784	—	2.479
Eurobonds e Assemelhados	5.433	—	8	5.441	2.202	—	—	2.202
Letras Financeiras	—	1.632	—	1.632	802	—	—	802
Notas Promissórias e Comerciais	—	230	—	230	—	—	—	—
Outros	—	458	—	458	—	207	—	207
Cotas de Fundos de PGBL/VGBL	—	197.648	—	197.648	—	205.820	—	205.820
Títulos Disponíveis para Venda	89.187	71.031	2.285	162.503	133.115	68.950	3.426	205.491
Títulos Públicos - Brasil	39.760	5.556	140	45.456	70.573	1.117	184	71.874
Letras Financeiras do Tesouro	3.947	—	—	3.947	18	—	—	18
Letras do Tesouro Nacional	3.168	—	—	3.168	24.560	—	—	24.560
Notas do Tesouro Nacional	28.105	5.556	—	33.661	32.455	1.117	—	33.572
Tesouro Nacional/Seguritização	—	—	140	140	—	—	184	184
Títulos da Dívida Externa Brasileira	4.540	—	—	4.540	13.540	—	—	13.540
Títulos Públicos - Outros Países	37.135	—	—	37.135	44.193	8.806	—	52.999
Argentina	405	—	—	405	15	—	—	15
Chile	15.269	—	—	15.269	22.388	—	—	22.388
Colômbia	1.847	—	—	1.847	3.986	—	—	3.986
Coreia	—	—	—	—	—	3.936	—	3.936
Espanha	—	—	—	—	—	4.870	—	4.870

Movimentações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do Balanço Patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a Outros Derivativos indexados a ações.

	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)						Valor Justo em 31/12/2021	Total de Ganhos ou Perdas (Não Realizado)
	Valor Justo em 31/12/2020	Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível		
Títulos para Negociação	68	(151)	—	495	(265)	(103)	44	(4)
Títulos de Empresas	68	(151)	—	495	(265)	(103)	44	(4)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	68	(5)	—	220	(175)	(108)	—	—
Debêntures	—	(136)	—	251	(84)	5	36	(2)
Eurobonds e Assemelhados	—	(10)	—	24	(6)	—	8	(2)
Títulos Disponíveis para Venda	3.426	(656)	—	246	1.009	(406)	(1.334)	2.285
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	184	(23)	—	—	—	—	140	30
Títulos de Empresas	3.242	(633)	—	267	1.009	(406)	(1.334)	2.145
Cédula do Produtor Rural	64	(18)	—	3	88	(45)	82	(28)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.010	(192)	—	361	(144)	(1.011)	—	—
Debêntures	2.168	(423)	—	294	560	(217)	2.063	(473)

	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)						Valor Justo em 31/12/2021	Total de Ganhos ou Perdas (Não Realizado)
	Valor Justo em 31/12/2020	Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível		
Derivativos - Ativo	105	46	—	327	(284)	(42)	152	56
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	93	26	—	56	(43)	(42)	90	90
Contratos de Opções	12	20	—	271	(241)	—	62	(34)
Derivativos - Passivo	(110)	72	—	(233)	148	(2)	(125)	(24)
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(109)	8	—	(30)	22	(2)	(111)	(46)
Contratos de Opções	(1)	64	—	(203)	126	—	(14)	22

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 é mensurado utilizando-se técnicas baseadas em correlações com produtos associados e negociados em mercados ativos, estimativas internas e modelos internos.

Os dados não observáveis significativos usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são: taxas de juros, preços de ativo objeto e a volatilidade. Variações significativas em quaisquer desses inputs isolados podem resultar em alterações significativas no valor justo.

A tabela a seguir, demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos ou em cenários que variam choques nos preços e nas volatilidades para ativos não lineares:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Impactos	Impactos	Impactos	Impactos

| Grupos de Fatores de Risco de Mercado | Cenários | Resultado | Patrimônio | 31/12/2021 | |
<th colspan
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação) (Continuação)

b) Gerenciamento de Riscos

Apetite de Risco

O apetite de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é fundamentado na declaração do Conselho de Administração: "Somos um banco universal, operando predominantemente na América Latina. Apoiados em nossa cultura de riscos, atuamos com rigoroso padrão ético e de cumprimento regulatório, buscando resultados elevados e crescentes, com baixa volatilidade, mediante o relacionamento duradouro com o cliente, apreciamento correto dos riscos, captação pulverizada de recursos e adequada utilização do capital."

A partir desta declaração, foram definidas cinco dimensões (Capitalização, Líquidez, Composição dos resultados, Risco operacional e Reputação). Cada dimensão é composta por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, combinando formas complementares de mensuração, buscando uma visão abrangente das nossas exposições.

O Conselho de Administração é o responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do CGRC e do CRO - Chief Risk Officer.

Os limites de apetite de risco são monitorados frequentemente e reportados às comissões de riscos e ao Conselho de Administração, que orientarão a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam alinhadas à estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

Dentre os requerimentos do BACEN para o adequado gerenciamento de riscos e capital, destacam-se a Declaração de Apetite por Riscos (RAS, do inglês *Risk Appetite Statement*) e a implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, do programa de teste de estresse, a constituição de Comitê de Riscos e a indicação, perante o BACEN, do diretor para gerenciamento de riscos (CRO), com atribuição de papéis, responsabilidades e requisitos de independência.

Os fundamentos do apetite de riscos, do gerenciamento de riscos e as diretrizes para a forma de atuação dos colaboradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO no dia a dia para a tomada de decisão são:

- Sustentabilidade e satisfação dos clientes:** a visão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes, por isso, preocupa-se em gerar valor compartilhado para colaboradores, clientes, acionistas e sociedade, garantindo a perenidade do negócio. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO preocupa-se em fazer negócios que sejam bons para o cliente e para a instituição;

- Cultura de Risco:** a cultura de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO vai além de políticas, procedimentos e processos, e fortalece a responsabilidade individual coletiva de todos os colaboradores para que façam a coisa certa, no momento certo e de maneira correta, respeitando a forma ética de fazer negócios;

- Apreciação de risco:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO atua e assume riscos em negócios que conhece e entende, e evita os que não conhece ou para os quais não possui vantagem competitiva, avaliando cuidadosamente a relação de risco e retorno;

- Diversificação:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO tem baixo apetite por volatilidade nos resultados e por isso atua em uma base diversificada de clientes, produtos e negócios, buscando a diversificação dos riscos, além de priorizar negócios de menor risco;

- Excelência operacional:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO quer ser um banco ágil, com infraestrutura robusta e estável, de forma a oferecer um serviço de alta qualidade;

- Ética e respeito à regulação:** para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO ética é inegociável, por isso, a instituição promove um ambiente institucional íntegro, orientando os colaboradores a cultivar a ética nos relacionamentos e nos negócios, e o respeito às normas, zelando pela reputação da instituição.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO adota diversas iniciativas para disseminar a cultura de risco, tendo como base quatro princípios: a tomada consciente de riscos, a discussão e a ação sobre os riscos da instituição e a responsabilidade de todos pela gestão de riscos.

Esses princípios articulam as diretrizes do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO auxiliando os colaboradores a entender, identificar, mensurar, gerenciar e mitigar os riscos de maneira consciente.

I - Risco de Crédito

Risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

Há uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito, centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, as concentrações de carteira e os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico.

A política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO baseia-se em critérios internos como: classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e capital econômico alocado, entre outros e fatores externos como: taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, variação do consumo, entre outros.

Atendendo a Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do CMN, o documento "Relatório de Acesso Público - Risco de Crédito", que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de crédito, pode ser visualizado no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

II - Risco de Mercado

É a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), conforme estabelecido pelo CMN. Os índices de preços também são tratados como um grupo de fator de risco.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 e Circular 3.354, de 27 de junho de 2007, do BACEN. A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação. Já a carteira bancária caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição, realizadas sem a intenção de negociação e com horizonte de tempo de médio e longo prazos.

A gestão do risco de mercado é realizada com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;

- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);

- Stop Loss: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;

- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor justo ("MtM - Mark to Market"); e

- VaR Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira de negociação atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

A gestão do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) é realizada com base nas seguintes métricas:

- ΔEVE (Delta Economic Value of Equity): diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reaprecação de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reaprecação desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;

- ΔNI (Delta Net Interest Income): diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor justo, alocados nas datas de vencimento;

- Sensibilidade (DV01 - Delta Variation): impacto no valor justo dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;

- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (Gegas): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativosobjetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

Buscando o enquadramento das operações nos limites definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realiza hedge de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de hedge, e podem se caracterizar como hedge contábil ou econômico, ambos regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO (Nota 5 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos).

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

O consumo dos limites de risco de mercado é monitorado e divulgado diariamente através de mapas de exposição e sensibilidade. A área de risco de mercado analisa e controla a aderência destas exposições aos limites e alertas e os reporta tempestivamente para as mesmas da Tesouraria e demais estruturas previstas na governança.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre em ambientes com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

Em 31/12/2021, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO apresentou um VaR Total de R\$ 696, com aumento em relação ao ano anterior (R\$ 223 em 31/12/2020) devido ao aumento da volatilidade e da exposição em Taxas de Juros.

O documento "Relatório de Acesso Público - Gestão e Controle de Risco de Mercado" que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

III - Risco de Liquidez

É a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, estimar o fluxo de caixa e a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo e monitorar limites mínimos para absorver perdas em cenários de estresse para cada país onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO opera. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

O documento "Relatório de Acesso Público - Gestão e Controle de Risco de Liquidez", que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, e não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

IV - Risco Operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Os gestores das áreas executivas utilizam-se de metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pela área de controles internos, compliance e risco operacional.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, periodicamente, são apresentados os relatórios consolidados do monitoramento de riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócios.

Em linha com os princípios da Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do CMN, o documento "Relatório Acesso Público - Gestão Integrada Risco Operacional e Controles Internos", versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, pode ser acessado no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

V - Riscos de Seguros, Previdência Privada e Capitalização

Os principais riscos relacionados às carteiras de Seguros, Previdência Privada e Capitalização estão descritos a seguir e suas definições são apresentadas nos seus respectivos capítulos.

- Risco de subscrição: possibilidade de perdas decorrentes de operações de seguro, previdência privada e capitalização que contrarie as expectativas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões.
- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional.

O processo de gerenciamento desses riscos é independente e foca nas especificidades de cada risco.

VI - Riscos Emergentes

São aqueles com impacto, a médio e longo prazo, potencialmente material sobre os negócios, mas para os quais ainda não há elementos suficientes para sua completa avaliação e mitigação, devido à quantidade de fatores e impactos ainda não totalmente conhecidos, tais como as alternativas tecnológicas na substituição dos serviços bancários tradicionais e a transição demográfica dos clientes em contraste com as inovações tecnológicas. Suas causas podem ser originadas por eventos externos e resultarem no surgimento de novos riscos ou na intensificação de riscos já acompanhados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

A identificação e monitoramento dos Riscos Emergentes são assegurados pela governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, permitindo que estes riscos também sejam incorporados aos processos de gestão de riscos.

VII - Risco Socioambiental e Risco Climático

Risco Socioambiental é a possibilidade de ocorrência de perdas em função da exposição a eventos de origem social e/ou ambiental relacionados às atividades desenvolvidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

Os fatores socioambientais são considerados relevantes para os negócios do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, uma vez que podem afetar a criação de valor compartilhado no curto, médio e longo prazos.

A Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental (PRSA) estabelece as diretrizes, estratégias e os princípios fundamentais para a gestão de risco socioambiental, partindo de questões institucionais e abordando, por meio de procedimentos específicos, os riscos mais relevantes para a operação da Instituição.

Para mitigação do Risco Socioambiental são efetuadas ações de mapeamento de processos, riscos e controles, acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema e registro das ocorrências em sistemas internos. Além da identificação, as etapas de priorização, resposta ao risco, mitigação, monitoramento e reporte dos riscos avaliados complementam o gerenciamento deste risco no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

A gestão do risco socioambiental adota a estratégia de três linhas de defesa: a primeira linha de defesa (áreas de negócio) realiza a gestão do risco em suas atividades diárias, seguindo as diretrizes da PRSA, processos específicos, contando com avaliação especializada de equipes técnicas dedicadas situadas nos times de Compliance Corporativo, Risco de Crédito e Modelagem e Jurídica Institucional, que atuam de forma integrada na gestão de todas as dimensões do Risco Socioambiental atreladas às atividades do conglomerado.

Como exemplo de diretrizes específicas para a gestão deste risco, as unidades de negócio contam com a governança de aprovação de novos produtos e serviços, que contempla em sua avaliação o Risco Socioambiental, garantindo a observância deste requisito nos novos produtos aprovados pela Instituição, bem como com procedimentos socioambientais específicos para a própria operação da Instituição (patrimônio, infraestrutura de agências e tecnologia), fornecedores, crédito, investimentos e controladas chave.

A segunda linha de defesa, por sua vez, é representada por Risco de Crédito e Modelagem, por Controles Internos, assim como por Compliance, por meio da Gerência de Risco Socioambiental Corporativo, que dá suporte e garante a governança das atividades da primeira



Itaú Unibanco Holding S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2021 E 31/12/2020 PARA CONTAS PATRIMONIAIS E DE 01/01 A 31/12 DE 2021 E 2020 PARA RESULTADO (Em Milhões de Reais, exceto informações por ação) (Continuação)

II - Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Para o cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, que é obtido pela soma das seguintes parcelas:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MINT} + RWA_{OPAD}$$

- RWA_{CPAD} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada;
- RWA_{MINT} = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, composta pelo máximo entre o modelo interno e 80% do modelo padronizado, regulamentada pelas Circulares BACEN 3.646 e 3.674;
- RWA_{OPAD} = parcela relativa ao capital requerido para o risco operacional, calculada segundo abordagem padronizada.

Risco de Crédito tratamento mediante abordagem padronizada

	31/12/2021	31/12/2020
Risco de crédito em sentido estrito	1.044.344	921.934
Risco de crédito de contraparte (CCR)	922.824	778.153
Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	42.898	45.674
Do qual: mediante demais abordagens	27.616	27.119
Acréscimo relativo ao ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	15.282	18.555
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	8.102	5.960
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	5.001	4.897
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	95	623
Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	824	716
Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	2.195	1.506
	62.405	84.405
Risco de mercado	22.985	27.481
Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWA _{MPAD})	28.731	34.351
Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWA _{MINT})	14.751	22.362
Risco operacional	86.512	92.792
Total	1.153.841	1.042.207

III - Plano de Recuperação

Em resposta às últimas crises internacionais, o Banco Central publicou a Resolução nº 4.502, que requer o desenvolvimento de um Plano de Recuperação pelas instituições financeiras enquadradas no Segmento I, cuja exposição total em relação ao PIB seja superior a 10%. Este plano tem como objetivo restabelecer níveis adequados de capital e liquidez, acima dos limites operacionais regulatórios, diante de choques severos de estresse de natureza sistêmica ou idiossincrática. Desta maneira, cada instituição conseguirá preservar sua viabilidade financeira, ao mesmo tempo em que mitiga o impacto no Sistema Financeiro Nacional.

Mais detalhes sobre o Plano de Recuperação podem ser visualizados no site www.itau.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Resultados e Relatórios, Documentos Regulatórios, Pilar 3 e Gerenciamento de Riscos e Capital - Pilar 3.

IV - Teste de Estresse

O teste de estresse é um processo de simulação de condições econômicas e de mercado extremas nos resultados, liquidez e capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. A instituição realiza este teste com o objetivo de avaliar a sua solvência em cenários plausíveis de crise, bem como de identificar áreas mais suscetíveis ao impacto do estresse que possam ser objeto de mitigação de risco. A estimativa das variáveis macroeconômicas para cada cenário de estresse é realizada pela área de pesquisa econômica. A elaboração dos cenários de estresse considera a análise qualitativa da conjuntura brasileira e mundial, elementos históricos e hipotéticos, riscos de curto e de longo prazo entre outros aspectos, conforme definido na Resolução CMN 4.557.

Neste processo, são avaliados os principais riscos potenciais para a economia com base no julgamento da equipe de economistas do banco, referendados pelo Economista Chefe do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e com aprovação em Conselho de Administração. As projeções das variáveis macroeconômicas (como por exemplo, PIB, taxa básica de juros, taxas de câmbio e inflação) e do mercado de crédito (como captações, concessões, taxas de inadimplência, spread e tarifas) são geradas a partir de choques exógenos ou através de modelos validados por uma área independente.

Em seguida, os cenários de estresse adotados são utilizados para sensibilizar o resultado e o balanço orçados. Além da metodologia de análise de cenários, também são empregadas análises de sensibilidade e Teste de Estresse Reverso.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza as simulações para a gestão de riscos de seu portfólio, considerando Brasil (segregado em atacado e varejo) e Unidades Externas, dos quais decorrem os ativos ponderados ao risco e os índices de capital e de liquidez em cada cenário.

O teste de estresse é parte integrante do ICAAP, com o principal objetivo de avaliar se, mesmo em situações severamente adversas, a instituição teria níveis adequados de capital e liquidez, não impactando a sustentabilidade de suas atividades.

As informações geradas permitem a identificação de potenciais desafios aos negócios, subsidiando decisões estratégicas do Conselho de Administração, os processos orçamentários e de gerenciamento de riscos, além de servirem de insumos para métricas de apetite de risco da instituição.

V - Razão de Alavancagem

A Razão de Alavancagem é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular 3.748, de 27 de fevereiro de 2015, do BACEN. O objetivo da razão é ser uma medida simples de alavancagem não sensível a risco, logo não leva em consideração fatores de ponderação de risco ou mitigações. Conforme instruções dadas pela Carta-Circular 3.706, de 05 de maio de 2015, do BACEN, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO envia mensalmente ao BACEN a Razão de Alavancagem, cujo requerimento mínimo é de 3%.

NOTA 22 - INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

a) **Política de Seguros** - O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, apesar de possuir reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, tem como política seguir seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

b) **Moedas Estrangeiras** - Saldos patrimoniais, em reais, vinculados a moedas estrangeiras:

	31/12/2021	31/12/2020
Investimentos Permanentes no Exterior	73.646	60.699
Saldo Líquido dos Demais Ativos e Passivos Indexados em Moeda Estrangeira, Inclusive Derivativos	(54.737)	(81.912)
Posição Cambial Líquida	18.909	(21.213)

A posição cambial líquida, considerados os efeitos fiscais sobre os resultados do saldo líquido dos demais ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, reflete a baixa exposição às flutuações cambiais.

c) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Foram firmados acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução nº 3.263, de 24/02/2005, do CMN, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

d) Combate aos efeitos da COVID-19 "Coronavírus"

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO monitora os efeitos econômicos da pandemia da COVID-19 no Brasil e nos demais países em que atua, que podem afetar adversamente seus resultados. Desde o início do surto da COVID-19 no Brasil, foi estruturado o Comitê de Gestão de Crise Institucional. O Comitê Executivo estabeleceu uma agenda intensificada de gestão de crise responsável pelo acompanhamento da pandemia e seus impactos em suas operações, além das ações governamentais para mitigar os efeitos desta pandemia.

No Brasil foram adotadas medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, ao longo do ano de 2020 e 2021, pelo Governo Federal, Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), sendo destacadas:

i) Resolução CMN nº 4.782/20, e alterações realizadas pelas Resoluções CMN nº 4.791/20 e nº 4.856/20, que estabelecem, por tempo determinado, critérios para a caracterização das reestruturações de operações de crédito;

ii) Resoluções CMN nº 4.803/20 e nº CMN 4.855/20 que estabelecem critérios para mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações renegociadas e operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da COVID-19 na economia;

iii) Resolução CMN nº 4.838/20 que regulamenta o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE), cujo prazo para contratação se encerrou no quarto trimestre de 2020;

iv) Resolução CMN nº 4.846/20 que dispõe sobre as operações de crédito para financiamento de folha salarial realizadas, pelas instituições financeiras, no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE);

v) Resolução CMN nº 4.937/21 que regulamenta o Programa de Estímulo ao Crédito (PEC) estabelecido pela Medida Provisória nº 1.057/21, com condições semelhantes ao CGPE e prazo para contratação previsto até 31 de dezembro de 2021;

vi) Lei nº 13.999/20 e alteração realizada pela Lei nº 14.161/21, que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) com objetivo de desenvolvimento e fortalecimento dos pequenos negócios;

vii) Lei nº 14.042/20 que institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), com objetivo de facilitar o acesso ao crédito e de preservar as empresas, para a proteção de empregos e da renda. O PEAC possui duas modalidades: Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia (PEAC-FGI) e Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia de recebíveis (PEAC-Maquininha);

viii) Lei nº 14.148/21 que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), o qual objetiva criar condições para que o setor de eventos possa mitigar as perdas oriundas do estado de calamidade e o Programa de Garantia aos Setores Críticos (PGSC), garantir operações de crédito contratadas até 180 dias após a entrada em vigor da lei;

ix) Circular BACEN nº 3.990/20 que alterações realizadas pela Circular BACEN nº 3.992/20 que possibilita a realização de operações compromissadas em moeda estrangeira pelo BACEN.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO identificou os seguintes impactos em seus resultados, bem como efeitos nas estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas:

(a) aumento em 2020 e 2021 em operações de empréstimo e financiamento, em especial para micro, pequenas e médias empresas devido às medidas adotadas para mitigação dos impactos da COVID-19 pelas autoridades com a criação de programas como PESE, PRONAMPE, PEAC-FGI e CGPE, cujo saldo em dezembro de 2021 é de R\$ 21.492. Através do monitoramento constante dos padrões de comportamento e qualidade de crédito dos clientes, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO manteve o funcionamento normal de suas operações, apesar das condições adversas, e auxiliou os clientes na busca sustentável por seu reequilíbrio financeiro;

(b) com o objetivo de tratar de forma estruturada o endividamento e dar fôlego financeiro aos clientes, foram estabelecidas iniciativas que possibilitaram a extensão de carências, prazos e melhores condições de taxa de juros para clientes PF e Micro e Pequenas Empresas. Em dezembro de 2021 essa carteira é de R\$ 31,1 bilhões. Em março de 2020, foi estabelecido o Programa 60+, que entre outras medidas, possibilitava a carência de 60 dias para contratos adimplentes e em meados de abril o Programa Travessia. O Travessia possibilitou a extensão de carências entre 120 e 180 dias e prazos das operações entre 5 e 6 anos respectivamente para clientes PF e Micro e Pequenas empresas, em melhores condições de taxa de juros;

(c) redução de 5,4% no período nos pedidos de renegociação e prorrogação de prazos para as operações de crédito na medida em que a situação econômica se alterou. Em dezembro de 2021, 80,1% da carteira de operações de crédito geradas por meio dessas iniciativas estavam no prazo, 1,8% ainda estavam em período de carência, 6,5% estavam em atraso entre 15 e 90 dias e 11,6% estavam em atraso superior a 90 dias;

(d) a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 48.931 foi impactada em função do nível de risco e atraso, devido à alteração das perspectivas financeiras dos clientes e deterioração visível de variáveis macroeconômicas. Para reflexo total do risco de suas operações de crédito, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO adota o modelo de perda esperada para provisão de liquidação das operações desde o momento da concessão e é atualizado periodicamente em função das variáveis macroeconômicas e circunstâncias do cliente, sendo acrescida ao modelo em 2020, em razão da pandemia, uma ponderação nos cenários econômicos. Em dezembro de 2021, o nível de cobertura de provisões da carteira de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO representava 241% ante 320% em dezembro de 2020. Especificamente para perda esperada de operações que não apresentaram qualquer sinalização de deterioração até o momento (atraso ou redução de rating do cliente), o provisãoamento apresentou redução de 16,9% no período.

A governança de risco de crédito permitiu ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO rápida resposta para o acompanhamento dos impactos decorrentes da pandemia da COVID-19 em sua carteira de crédito, possibilitando acesso rápido às informações necessárias para discussões e ações dos fóruns diários de gestão de crises;

(e) o componente de marcação a mercado da carteira de títulos e valores mobiliários foi de -0,5% no primeiro trimestre de 2020, sendo uma parte decorrente de oscilações de taxas e da alta volatilidade dos preços nos mercados no início da pandemia, influenciando na mensuração dos itens avaliados à valor justo nos seus diversos níveis. Nos períodos subsequentes as variações observadas no componente de marcação a mercado não necessariamente guardam relação com os efeitos da pandemia;

(f) devido à pandemia da COVID-19, durante o ano de 2020, observou-se uma instabilidade no mercado de renda variável, ocasionando uma migração para instrumentos de renda fixa com liquidez. Esse movimento resultou no aumento da carteira de Certificados de Depósito Bancário (CDB), entretanto, ao longo de 2021 observou-se uma variação na carteira, com movimentações não necessariamente relacionadas aos efeitos da pandemia. Com o intuito de mitigação do risco de liquidez do sistema, o BACEN disponibilizou em 2020 às instituições financeiras linhas de crédito por meio de operações compromissadas em moeda estrangeira e compra de letres financeiras com garantia, sendo contratadas operações no montante total de R\$ 30.547 durante o período de vigência destas linhas;

(g) aumento no reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferido em 2020 em razão do maior volume de diferenças temporárias dedutíveis registradas no período. A pandemia reduziu as projeções de lucro tributável, entretanto, não foi responsável pela geração de prejuízo fiscal e base negativa no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. No período, não houve impactos relevantes da pandemia no reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferido no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO; e

(h) aumento nas despesas com sinistros relativos a COVID-19 de R\$ 361 no período, principalmente relacionado aos seguros de vida e prestamista.

Houve redução no quadro de atendimento presencial e aumento do espaçamento entre as pessoas nas centrais de atendimento para diminuir a circulação de pessoas e as possibilidades de contágio. Reduziu-se a média de circulação de pessoas nos polos administrativos, que passaram a trabalhar remotamente. Os colaboradores da administração central, centrais de atendimento e agências digitais estão substancialmente em home office. Cabe destacar que apesar das medidas mencionadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO manteve



Itaú Unibanco Holding S.A.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA SEGUNDO SEMESTRE DE 2021 (Continuação)

Auditória Independente - Mantido com os auditores independentes canal regular de comunicação para discussão do escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos, temas para maior foco de atenção e aspectos contábeis relevantes. Os aspectos relacionados à Certificação SOX, IFRS/SEC (20F) e a avaliação, pelos auditores independentes, da qualidade e adequação do sistema de controles internos foram apresentados e discutidos com o Comitê. O auditor independente do Conglomerado, e o auditor responsável pela auditoria independente das empresas de consórcio, informaram ao Comitê que, no decorrer de seus trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, não identificaram aspectos que possam ter impacto relevante no capital regulatório, outros indicadores regulatórios ou nas informações contábeis fornecidas ao regulador. O Comitê está acompanhando o desdobramento de processo envolvendo a PwC Chile e seus possíveis impactos no risco reputacional e continuidade da prestação de serviços, que exigam a avaliação de medidas futuras possíveis de serem adotadas.

A PwC e a EY reportaram o processo interno de controle de qualidade de trabalhos de auditoria e de independência, e os resultados de revisões de qualidade efetuados internamente por pares ou por reguladores. Também foi informado pelos auditores independentes o atendimento aos requisitos referentes aprovação em exame de certificação e carga horária mínima de participação em programa de educação continuada dos profissionais com funções gerenciais.

Como parte de suas atribuições, o Comitê está liderando o processo de negociação dos honorários do Auditor Independente do Conglomerado para 2022.

Auditória Interna - Efetuadas reuniões mensais com o Diretor Executivo de Auditoria Interna e com as diretorias que a compõem a Auditoria Interna (AI) do Conglomerado para acompanhamento da execução do planejamento e as alterações propostas, dos resultados dos trabalhos realizados, dos principais relatórios emitidos, conclusões e recomendações.

A AI apresentou ao Comitê os indicadores das atividades realizadas pela área em 2021, os aspectos do planejamento para 2022 e os resultados do Quality Assessment Review referente ao primeiro semestre de 2021. O Comitê deliberou pela aprovação do planejamento de 2022 da AI e recomendar sua aprovação pelo Conselho. O Comitê vem acompanhando as iniciativas da AI referentes proposta de atuação mais integrada da 2^a e 3^a linha de defesa considerando a possibilidade de aproveitamento dos trabalhos realizados por cada área e revisão do planejamento dinâmico. De ressaltar que a atuação da AI nas unidades internacionais está alinhada com a atuação no Brasil.

Demonstrações contábeis - Os principais critérios utilizados na preparação das demonstrações contábeis, bem como das notas explicativas e os relatórios da Administração e das empresas de auditoria independente, foram apresentados previamente ao Comitê pela Administração e pelos Auditores Independentes. O Comitê também acompanhou a elaboração e a divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Foram efetuadas reuniões com a Diretoria de Operações e Pagamentos (DOP) para acompanhamento do ambiente de controle do processamento de finanças, pessoal, fiscal e pagamentos, esteira trabalhista, cível e ofícios e com a área de Finanças sobre destiques normativos.

Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) - Em reunião conjunta entre a Diretoria Executiva de Finanças (DEF) e a AI foram apresentados ao Comitê os principais aspectos referentes a PDD. Foi discutido com a administração, a auditoria interna e os auditores independentes a consistência ao longo do tempo na aplicação dos critérios de cálculo de PDD, as mudanças decorrentes de novas informações e as variações da PDD nos principais segmentos.

Relacionamento com Clientes - Realizadas reuniões com o Departamento de Supervisão de Conduta do BACEN (DECON) e as diretorias das áreas de negócio e de suporte, jurídica e ouvidoria para acompanhamento do ambiente de controle e da evolução dos temas com impacto em clientes, incluindo discussões sobre *suitability*; qualidade da venda dos produtos e serviços; gestão de consequências; causa raiz das reclamações; e visão integrada das demandas de clientes.

Órgãos Reguladores - O Comitê tomou conhecimento dos resultados de inspeções e observações dos órgãos reguladores, as correspondentes ações da Administração, recebendo informações da AI e da área de Compliance sobre o follow-up dos apontamentos de órgãos reguladores do Brasil e das unidades internacionais. Manteve também reuniões com supervisores do Departamento de Supervisão Bancária (BACEN DESUP) e do Departamento de Supervisão de Conduta do BACEN (BACEN DECON).

O Comitê efetuou reuniões com diversos executivos do Conglomerado para acompanhamento do processo de implementação da Circular 3952/2019 e da Resolução 4734/19 bem como está acompanhando os potenciais impactos da Resolução CMN 4941/2021 nas atividades do Comitê.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD) e Prevenção a Fraude - Efetuadas reuniões com a auditoria interna e áreas de riscos sobre os resultados de suas avaliações dos processos de prevenção à lavagem de dinheiro e à fraude, das inspeções efetuadas pelos órgãos reguladores e análise dos impactos das novas normas BACEN e CVM.

Áreas de Negócio e Produtos - Reuniões são efetuadas com frequência anual com os executivos responsáveis pelas diversas áreas de negócios e de produtos para apresentação da estrutura de governança e de gestão de riscos e com maior frequência para os negócios

digitais/canais eletrônicos, seguros e cartões e novos negócios. O Comitê mantém reuniões trimestrais com a Diretoria responsável pelo projeto iti e novas estratégias do varejo e semestrais com as Diretorias responsáveis pelas áreas Imobiliárias e Consórcio e *Wealth Management and Services*, para acompanhamento das atividades e ambiente de controle.

Tecnologia e Segurança da Informação - Acompanhamento do processo pós implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e efetuadas reuniões trimestrais com a Diretoria de Segurança Corporativa referentes a temas de segurança da informação e *cyber security*, processo de migração para o *Cloud*, automação sustentada e transformação digital e comunidades ágeis. Em reuniões com as diretorias responsáveis e com a auditoria interna foi efetuado o acompanhamento do processo de implementação, governança e gestão de riscos do sistema de pagamentos instantâneos PIX, e *Open Finance*.

Risco Socioambiental - O Comitê acompanha a governança do risco socioambiental e principais desafios ao Conglomerado referentes risco climático e agenda ESG, através de reuniões periódicas com o Comitê, *Chief Executive Officers* (CEO), Diretoria de Compliance Corporativo, Diretoria de Risco de Crédito e Modelagem (DRCM) e área de Sustentabilidade. O Comitê também tem acompanhado as atividades do Comitê de Risco Socioambiental (CRSA) e da execução da Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental.

Unidades Internacionais - O Comitê acompanhou os aspectos de gestão de risco pelas unidades internacionais com foco especial naquelas que podem ter maior impacto para o Conglomerado, tais como segurança de informação, *Cyber Security*, novos negócios e PLD. Em particular, efetuou recomendações e acompanhou o modelo de governança desses riscos desde a matriz. Também acompanhou a atuação dos diversos Comitês de Auditoria à luz das políticas internas sobre sua composição, quórum, periodicidade de reuniões e agenda de atuação.

Durante o período o Comitê realizou reuniões com executivos locais e membros dos Comitês de Auditoria de diversas unidades internacionais, bem como com os responsáveis por esses negócios na matriz para discutir as operações, controles internos.

Outras atividades desenvolvidas no período - O Comitê coordena suas atividades com as do Comitê de Gestão de Risco e Capital, incluindo a participação do seu Presidente como observador nas reuniões desse comitê, e supervisionou o Programa Corporativo de Prevenção a Atos Ilícitos a partir de informações compiladas e apresentadas pelas áreas, bem como de outros mecanismos de que dispõe.

Foram apresentados relatos periódicos das suas atividades para o Conselho e mantidas reuniões trimestrais com os Copresidentes do Conselho e com o Diretor Presidente do Itaú Unibanco Holding S.A. para discussão de temas relevantes decorrentes do exercício de suas funções. Anualmente, o Comitê se reúne com o Conselho Fiscal.

Para realização das atividades e execução dos procedimentos acima descritos, o Comitê reuniu-se 33 dias no período de 02 de agosto de 2021 a 31 de janeiro de 2022, totalizando 167 reuniões, devidamente formalizadas em atas.

No decorrer das atividades executadas, o Comitê não tomou conhecimento sobre a ocorrência de fraudes ou de descumprimento de normas legais e regulamentares ou de erros de controles internos, contabilidade e auditoria que pudesse colocar em risco a continuidade do Conglomerado.

Conclusões

Ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do alcance da sua atuação, e com base nas atividades que desenvolveu no período, o Comitê conclui que durante o semestre findo em 31.12.2021:

- os sistemas de controles internos, a política de conformidade (*compliance*) e as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital são adequados ao porte e complexidade do Conglomerado e ao apetite de riscos aprovado;
- a cobertura e a qualidade dos trabalhos da Auditoria Interna são satisfatórias, atuando com adequada independência;
- as práticas contábeis relevantes adotadas pelo Conglomerado estão alinhadas com as adotadas no Brasil, incluindo as requeridas pelo BACEN, bem como com as normas contábeis internacionais emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); e
- são adequadas as informações fornecidas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, nas quais o Comitê apoia sua recomendação sobre as demonstrações contábeis, não sendo identificada qualquer situação que pudesse prejudicar a objetividade e independência do Auditor Independente.

Com base nos trabalhos e avaliações realizadas e considerando o contexto e a limitação de suas atribuições, o Comitê recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração, das demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A., para o ano e o semestre findos em 31.12.2021.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2022.

O Comitê de Auditoria

Gustavo Jorge Laboissière Loyola - Presidente
Alexandre Barros
Luciana Pires Dias

Otavio Yazbek
Rogério Carvalho Braga
Ricardo Baldin (Especialista Financeiro)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Concluído o exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2021 e constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros efetivos do Conselho Fiscal do **ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.** são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no período e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

São Paulo (SP), 10 de Fevereiro de 2022

José Caruso Cruz Henriques
Presidente

Alkimar Ribeiro Moura
Conselheiro

Artemio Bertholini
Conselheiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Co-presidentes

Pedro Moreira Salles

Roberto Egydio Setubal

Vice-Presidente

Ricardo Villela Marino

Conselheiros

Alfredo Egydio Setubal

Ana Lúcia de Mattos Barreto Villela

Candido Botelho Bracher

Fábio Colletti Barbosa

Frederico Trajano Inácio Rodrigues

João Moreira Salles

Marco Ambrogio Crespi Bonomi

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana

Pedro Luiz Bodin de Moraes

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente

Gustavo Jorge Laboissière Loyola

Membros

Alexandre de Barros

Luciana Pires Dias

Otavio Yazbek

Ricardo Baldin

Rogério Carvalho Braga

CONSELHO FISCAL

Presidente

José Caruso Cruz Henriques

Conselheiros

Alkimar Ribeiro Moura

Artemio Bertholini

DIRETORIA

Diretor Presidente e Integrante do Comitê Executivo

Milton Maluhy Filho

Diretores e Integrantes do Comitê Executivo

Alexandre Grossmann Zancani

Alexsandro Broedel Lopes

André Luis Teixeira Rodrigues

André Sapoznik

Carlos Fernando Rossi Constantini

Flávio Augusto Aguiar de Souza

Leila Cristiane Barboza Braga de Melo

Matias Granata

Pedro Paulo Giubbina Lorenzini

Ricardo Ribeiro Mandacaru Guerra

Sergio Guillinet Fajerman

Diretores

Adriano Cabral Volpini

Álvaro Felipe Rizzli Rodrigues

Andre Balestrin Castare

Daniel Sposito Pastor

Emerson Macedo Bortoloto

José Geraldo Franco Ortiz Júnior

José Virgílio Vita Neto

Paulo Sérgio Miron

Renato Barbosa do Nascimento

Renato da Silva Carvalho

Renato Lula Jacob (1)

Tatiana Greco

Teresa Cristina Athayde Marcondes Fontes

Contador

Arnaldo Alves dos Santos

CRC 1SP210058-O/3

Esta companhia adota práticas do Manual de Controle e Divulgação de Informações Relevantes da Associação Brasileira das Companhias Abertas

brasca
companhia associada

Ao Conselho de Administração e Acionistas

Itaú Unibanco Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Itaú Unibanco Holding S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Itaú Unibanco Holding S.A. e do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábe



Itaú Unibanco Holding S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Continuação)

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros com pouca liquidez e/ou sem mercado ativo (Notas 2 (c) II, 3(c), 3(d), 5 e 17) A mensuração do valor justo de instrumentos financeiros com pouca liquidez e/ou sem mercado ativo é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos e que envolvem premissas da administração para sua valorização. Adicionalmente, o gerenciamento de risco de mercado é complexo, especialmente em momentos de alta volatilidade, bem como em situações onde os preços observáveis ou parâmetros de mercado não estão disponíveis. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por aplicações em títulos emitidos por empresas e por contratos de derivativos. Essa é uma área que permanece como foco em nossa auditoria, uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas poderiam produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes.	Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros: <ul style="list-style-type: none">• Teste do desenho e da efetividade dos principais controles estabelecidos para valorização desses instrumentos financeiros, bem como da aprovação dos modelos e divulgações requeridas.• Com o apoio de nossos especialistas, analisamos as principais metodologias de valorização desses instrumentos financeiros e as premissas mais significativas adotadas pela administração mediante a comparação com metodologias e premissas independentes. Reexecutamos, em base amostral, a valorização de determinadas operações, bem como compararmos as premissas e metodologias utilizadas pela administração com nosso conhecimento sobre práticas de valorização usualmente adotadas e analisamos a consistência dessas metodologias com as aplicadas em períodos anteriores. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são apropriados e consistentes com as divulgações em notas explicativas.
Ambiente de tecnologia da informação O Banco e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações contábeis. A tecnologia representa aspecto fundamental na evolução dos negócios do Banco e suas controladas e nos últimos anos, foram feitos investimentos significativos de curto e longo prazo em sistemas e processos de tecnologia da informação. A estrutura de tecnologia, portanto, é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados. Adicionalmente, no contexto da pandemia da COVID-19, parte substancial das equipes do Banco e suas subsidiárias continuam realizando suas atividades de forma remota (<i>home office</i>) o que gera a necessidade de adaptações aos processos e infraestrutura de tecnologia para a manutenção da continuidade das operações. A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis, bem como ocasionar riscos relacionados à segurança da informação e <i>cybersecurity</i> . Dessa forma, essa área continuou como foco de nossos trabalhos de auditoria.	Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes do desenho e da efetividade dos principais controles relevantes, bem como a execução de testes relacionados com a segurança da informação, incluindo gestão de acesso, segregação de função e monitoramento da capacidade de operação da infraestrutura de tecnologia. Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.
Provisões e passivos contingentes (Notas 2 (c) VII, 3(n) e 9) O Banco e suas controladas apresentam provisões e passivos contingentes decorrentes principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. Além dos aspectos subjetivos na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, a evolução da jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme. Considerando a relevância dos valores e as incertezas e julgamentos envolvidos, como descrito acima, para a determinação e constituição da provisão e divulgações requeridas de passivos contingentes, continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria.	Confirmamos nosso entendimento e testamos o desenho e efetividade dos principais controles para identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro e divulgação das provisões e dos passivos contingentes, incluindo a totalidade e integridade da base de dados. Testamos os modelos utilizados para quantificação dos processos judiciais classificados de natureza cível e trabalhista. Em nossos testes da avaliação do risco dos processos judiciais individualizados de natureza tributária, cível e trabalhista, utilizamos o apoio de nossos especialistas nas respectivas áreas, quando aplicável, de acordo com a natureza dos processos. Também, realizamos procedimentos de confirmação, em base de testes, junto aos advogados internos e externos responsáveis pelos processos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação e constituição da provisão, bem como as divulgações efetuadas, são apropriados.
Outros assuntos Demonstrações do Valor Adicionado As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil (BACEN), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.	bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e a Análise Gerencial da Operação. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e a Análise Gerencial da Operação e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e a Análise Gerencial da Operação e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou na Análise Gerencial da Operação, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.	• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.	• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:	• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos,	• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
	• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
	Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2021 e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.
	Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2022



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3





MARINHA DO BRASIL

PAGADORIA DE PESSOAL DA MARINHA

Rua da Ponte, s/nº - Ilha das Cobras, Ed. 23 de AMRJ – 4º andar
CEP: 20091-000 – Rio de Janeiro – RJ
(21) 2104-6876 – papem.secom@marinha.mil.br

Rio de Janeiro/RJ, 11 de fevereiro de 2022.

Ao Senhor
VICTOR MAITAN
Gerente Comercial Poder Público
SHS Quadra 06 Bloco A Sala 309 – Centro Empresarial Brasil 21
70316-102 – Brasília/DF

Atestado de Capacidade Técnica

Atesto, na condição de Encarregado da Divisão de Bloqueio de Pagamentos e SISRES e de Fiscal do Contrato nº 73202/2021-013/00, a pedido do interessado, endereçado desse Atestado, que o BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04:

1. prestou de forma satisfatória o serviço de “pagamento dos valores líquidos devidos a todos os Beneficiários da Folha Salarial do Comando da Marinha”, pactuado por meio do Contrato nº 73200/2017-002/00 e aditivos posteriores no âmbito do Credenciamento nº 001/2016-PAPEM, durante o período de 02/01/2017 a 02/01/2022, contemplando uma média mensal de aproximadamente 40.000 correntistas favorecidos; e

2. vem prestando de forma satisfatória o serviço de “pagamento dos valores líquidos devidos a todos os Beneficiários da Folha Salarial do Comando da Marinha”, pactuado por meio do Contrato nº 73202/2021-013/00 no âmbito do Credenciamento nº 001/2021-PAPEM, de 03/01/2022 até o presente momento, contemplando uma média mensal de aproximadamente 40.000 correntistas favorecidos.

EDUARDO RIBEIRO ZREIK
Capitão-Tenente (IM)
Enc. da Div. de Bloqueio de Pagamentos e SISRES

Cópias:
PAPEM-20 s/anexos
Arquivo s/anexos

63438.001537/2022-91



VERIFICAÇÃO DAS
ASSINATURAS



ARQUIVO: capacidade-tecnica-itau.pdf

Código de verificação:

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas.



Tipo II - Assinatura Avançada

Eduardo Ribeiro Zreik 14089220 em 16:03:03 : 11/02/2022

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O **MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.285/0001-07, com sede no endereço informado no rodapé do presente, representado pelo seu Secretário de Compras, Sr. Samaroni Benedet, conforme designado no art. 3º do decreto municipal nº 8195 de 08 de junho de 2016, atesta a pedido da interessada, que a Instituição Financeira **ITAU UNIBANCO S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio Aranha, nº 100, Jabaquara, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP: 04.344-902, forneceu para este município **SERVIÇOS BANCÁRIOS**, contratados por meio dos termos abaixo discriminados:

Concorrência Pública nº 006/2010 – PMBC. Contrato nº 124/2010 – PMBC e aditivo, celebrado no dia 08/10/2010, findando em 16/11/2015:

- Processamento da Folha de Pagamento com movimentações financeiras bruta em média mensal de R\$30.000.000,00 com cerca de 5.486 servidores Ativos da administração;
- Atendimento aos servidores por meio de Posto de Atendimento Bancário e Caixas Eletrônicos;
- Credenciamento de Crédito Consignado através de Credenciamento.

Pregão Presencial nº 259/2015 – PMBC. Contrato nº 171/2015 – PMBC, celebrado no dia 17/11/2015 com prazo de sessenta meses, motivo pelo qual certifica tão somente até o presente momento, conforme preconiza o art. 3º, parágrafo único, do decreto municipal nº 8.195/2016ⁱ:

- Processamento da Folha de Pagamento com movimentações financeiras bruta em média mensal de R\$30.000.000,00 com cerca de 5.486 servidores Ativos da administração;
- Atendimento aos servidores por meio de Posto de Atendimento Bancário e Caixas Eletrônicos;
- Credenciamento de Crédito Consignado através de Credenciamento.

Pregão Presencial nº 172/2016 – PMBC. Contrato nº 183/2016 – PMBC, celebrado no dia 21/10/2016 com prazo de doze meses, tendo sido prorrogado por iguais e sucessivos períodos, motivo pelo qual certifica tão somente até o presente momento, conforme preconiza o art. 3º, parágrafo único, do decreto municipal nº 8.195/2016:

- Arrecadação de Tributos Municipais com média mensal de 250.000 carnês/boletos e volume financeiro de R\$10.000.000, padrão FEBRABAN.

Outrossim, conforme informações da **Secretaria da Fazenda**, declaro que os serviços prestados foram satisfatórios de acordo com as normas técnicas existentes e dentro do prazo contratual estabelecido, sem registro de ocorrências durante a execução e cumprimento das obrigações.

Balneário Camboriú, SC, 22 de junho de 2020.

Samaroni Benedet
Secretário de Compras
Portaria nº 25.245/2018

i

Art. 3º [...] Parágrafo único. Em caso excepcionais, serão expedidos atestados antes do término da execução de contrato, certificando somente, as parcelas já realizadas e avaliadas.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3E0C-A5BE-76F4-2BC5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ SAMARONI BENEDET (CPF 032.XXX.XXX-47) em 22/06/2020 17:33:00 (GMT-03:00)
Emitido por: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/3E0C-A5BE-76F4-2BC5>



CERTIDÃO

Certifica-se que, nesta data, o (a) ITAU UNIBANCO S.A. (CNPJ 60.701.190/0001-04) encontra-se autorizado por esta Autarquia:

- a. a funcionar como banco múltiplo;
- b. a operar com a(s) carteira(s):
 - Carteira Comercial
 - Carteira de Crédito Financ. e Investimento
 - Carteira de Crédito Imobiliário
 - Carteira de Investimento
 - Carteira de Arrendamento Mercantil
- c. a realizar operações de:
 - Mercado de Câmbio
 - Crédito Rural
- d. e credenciado (a) como participante do PIX.

2. Certifica-se, ainda, que, quando da emissão desta certidão, constava em nossos cadastros que a instituição não se encontrava submetida a regime de administração especial temporária, de intervenção ou de liquidação extrajudicial por parte deste Banco Central.

3. Certidão emitida eletronicamente às 11:53:26 do dia 15/7/2022, com base na Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995. Para verificar a autenticidade deste documento acesse o endereço <https://www3.bcb.gov.br/certiaut/validar>.

Código de validação: hcN3S2yIGfaE2BbcUZkF

Certidão emitida gratuitamente.

Itaú

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 08/2022

ITAÚ UNIBANCO S.A., inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Parque Jabaquara – São Paulo/SP, CEP 04344-902, por intermédio de seu representante legal e gerente, o sr. Tiago Bezerra Patú, portador da Carteira de Identidade – RG nº 6.308.666 SDS-PE e do CPF nº 1051.259.684-04, **DECLARA**, em cumprimento ao art. 4º, inc. VII, da Lei nº 10.520/02, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

Maceió/AL, 02 de agosto de 2022

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
066975726

Representante Legal:
Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
RG: 6.308.666 SDS-PE
CPF: 051.259.684-04

60 701 190/0001-04
ITAÚ UNIBANCO S/A
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100
Torre Olavo Setubal
Jabaquara-CEP:04344-902
São Paulo/SP



MEMÓRIA DE CÁLCULO – ÍNDICE DE BASILEIA
Balanço anual Holding 2021

PREGÃO ELETRÔNICO N° 08/2022

Itaú Unibanco Holding S/A, sediada à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Jabaquara, São Paulo/SP, através de seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA** possuir “Índice de Basileia” de no mínimo **8% (oito por cento)**, calculado em conformidade com as regras estabelecidas pela Resolução n.º 4.192, de 1 de março de 2013, do Banco Central do Brasil e alterações e complementações posteriores.

Os dados para o cenário de dez/21 são (valores em reais):

RWACPAD: **1.044.343.636.569**

PR: **169.797.280.017**

RWAMINT: **22.985.000.000**

PRE/PRMR: **92.307.247.755**

RWAOPAD: **86.511.960.363**

Índice de Basileia Mín. Requerido (Fator F): **8,0%**

RWA Total: **1.153.840.596.932**

$IB = \frac{PR}{(PMRM/Fator F)}$ $IB = \frac{169.797.280.017}{(92.307.247.755 / 8,0\%)}$ $IB = 14,7\%$	$IB = \frac{PR \times 100}{(PRE/Fator F)}$ $IB = \frac{169.797.280.017 \times 100}{(92.307.247.755 / 8,0\%)}$ $IB = 14,7\%$
--	---

Conforme a Circular BACEN nº 3.678/2013 que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), seguem as fórmulas para apuração do Índice de Basileia e valores para data base de dez/21:

$$B = \frac{PR}{RWA}$$

$$IB = \frac{169.797.280.017}{1.153.840.596.932}$$

$$IB = 14,7\%$$

Onde:

- IB = Índice de Basileia
- PR = Patrimônio de Referência, calculado conforme Resolução nº 4.192, de 2013;
- PMRM = Patrimônio de Referência Mínimo Requerido
- PRE = Patrimônio de Referência Exigido;
- RWA = Montante dos ativos ponderados pelas parcelas de risco de crédito, mercado e operacional sujeitos ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (Resolução nº 4.193, de 2013).

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
005975726

Maceió/AL, 02 de agosto de 2022

Representante Legal:

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
RG: 6.308.666 SDS-PE
CPF: 051.259.684-04

60 701 190/0001-04
ITAU UNIBANCO S/A
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100
Torre Olavo Setubal
Jabaquara-CEP:04344-902
São Paulo/SP

Itaú

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 08/2022

ITAU UNIBANCO S.A., inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Parque Jabaquara – São Paulo/SP, CEP 04344-902, por intermédio de seu representante legal e gerente, o sr. Tiago Bezerra Patú, portador da Carteira de Identidade – RG nº 6.308.666 SDS-PE e do CPF nº 1051.259.684-04, **DECLARA**, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação para o procedimento licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Maceió/AL, 02 de agosto de 2022

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
[Signature]
06975726

Representante Legal:

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
RG: 6.308.666 SDS-PE
CPF: 051.259.684-04

60 701 190/0001-04
ITAU UNIBANCO S/A
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100
Torre Olavo Setubal
Jabaquara-CEP:04344-902
São Paulo/SP

Itaú

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 27, V, DA LEI N°
8.666, DE 1993**

PREGÃO ELETRÔNICO N° 08/2022

ITAÚ UNIBANCO S.A., inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Parque Jabaquara – São Paulo/SP, CEP 04344-902, por intermédio de seu representante legal e gerente, o sr. Tiago Bezerra Patú, portador da Carteira de Identidade – RG nº 6.308.666 SDS-PE e do CPF nº 1051.259.684-04, **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins do disposto no art. 27, V, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Maceió/AL, 02 de agosto de 2022

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público

6975726

Representante Legal:

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
RG: 6.308.666 SDS-PE
CPF: 051.259.684-04

60 701 190/0001-04
ITAÚ UNIBANCO S/A
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100
Torre Olavo Setubal
Jabaquara-CEP:04344-902
São Paulo/SP

Itaú

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À RESOLUÇÃO N° 37/2009 DO CNMP

PREGÃO ELETRÔNICO N° 08/2022

ITAÚ UNIBANCO S.A., inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Parque Jabaquara – São Paulo/SP, CEP 04344-902, por intermédio de seu representante legal e gerente, o sr. Tiago Bezerra Patú, portador da Carteira de Identidade – RG nº 6.308.666 SDS-PE e do CPF nº 1051.259.684-04, **DECLARA**, em atenção às disposições proibitivas insertas na Resolução nº 37 do Conselho Nacional do Ministério Público, de 28 de abril de 2009, em especial ao artigo 3º, que, entre seus sócios, gerentes ou diretores, não há cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou de servidor (este quando ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento) do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Maceió/AL, 02 de agosto de 2022

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
006975726

Representante Legal:

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
RG: 6.308.666 SDS-PE
CPF: 051.259.684-04

60 701 190/0001-04
ITAÚ UNIBANCO S/A
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100
Torre Olavo Setubal
Jabaquara-CEP:04344-902
São Paulo/SP

Itaú

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE COTA DE APRENDIZAGEM

PREGÃO ELETRÔNICO N° 08/2022

ITAU UNIBANCO S.A., inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Parque Jabaquara – São Paulo/SP, CEP 04344-902, por intermédio de seu representante legal e gerente, o sr. Tiago Bezerra Patú, portador da Carteira de Identidade – RG nº 6.308.666 SDS-PE e do CPF nº 1051.259.684-04, **DECLARA**, sob as penas da lei, que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Número atual de contratação de jovens aprendizes: 1.600 (mil e seiscentos)

Maceió/AL, 02 de agosto de 2022

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
006975726

Representante Legal:

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
RG: 6.308.666 SDS-PE
CPF: 051.259.684-04

60 701 190/0001-04
ITAU UNIBANCO S/A
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100
Torre Olavo Setubal
Jabaquara-CEP:04344-902
São Paulo/SP

Itaú

RELAÇÃO DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 08/2022

ITAÚ UNIBANCO S.A., inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede à Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Parque Jabaquara – São Paulo/SP, CEP 04344-902, por intermédio de seu representante legal e gerente, o sr. Tiago Bezerra Patú, portador da Carteira de Identidade – RG nº 6.308.666 SDS-PE e do CPF nº 1051.259.684-04, **DECLARA** possuir no mínimo 03 (três) agências bancárias localizadas e em funcionamento no Município de Maceió, entre elas:

Nome	Número	Endereço	Responsável	Telefone
Agência 0369 - MACEIO AL	0369	R JOAO PESSOA 110 CENTRO - MACEIO - CEP: 57020 - 070	Walescka Moura	082 99308-1313
Agência 1465 - MACEIO FAROL	1465	AV FERNANDES LIMA 2399 FAROL - MACEIO - CEP: 57057 - 000	Wagner Luiz	082 99977-7395
Agência 7023 - PERSONNALITE MACEIO	7023	AV ALVARO OTACILIO 2835 PONTA VERDE - MACEIO - CEP: 57035 - 900	Cláudio Ape Alves	071 3004-3888

Maceió/AL, 02 de agosto de 2022

Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
~~069975726~~

Representante Legal:
Tiago Bezerra Patú
Gerente Poder Público
RG: 6.308.666 SDS-PE
CPF: 051.259.684-04

60 701 190/0001-04
ITAÚ UNIBANCO S/A
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100
Torre Olavo Setubal
Jabaquara-CEP:04344-902
São Paulo/SP